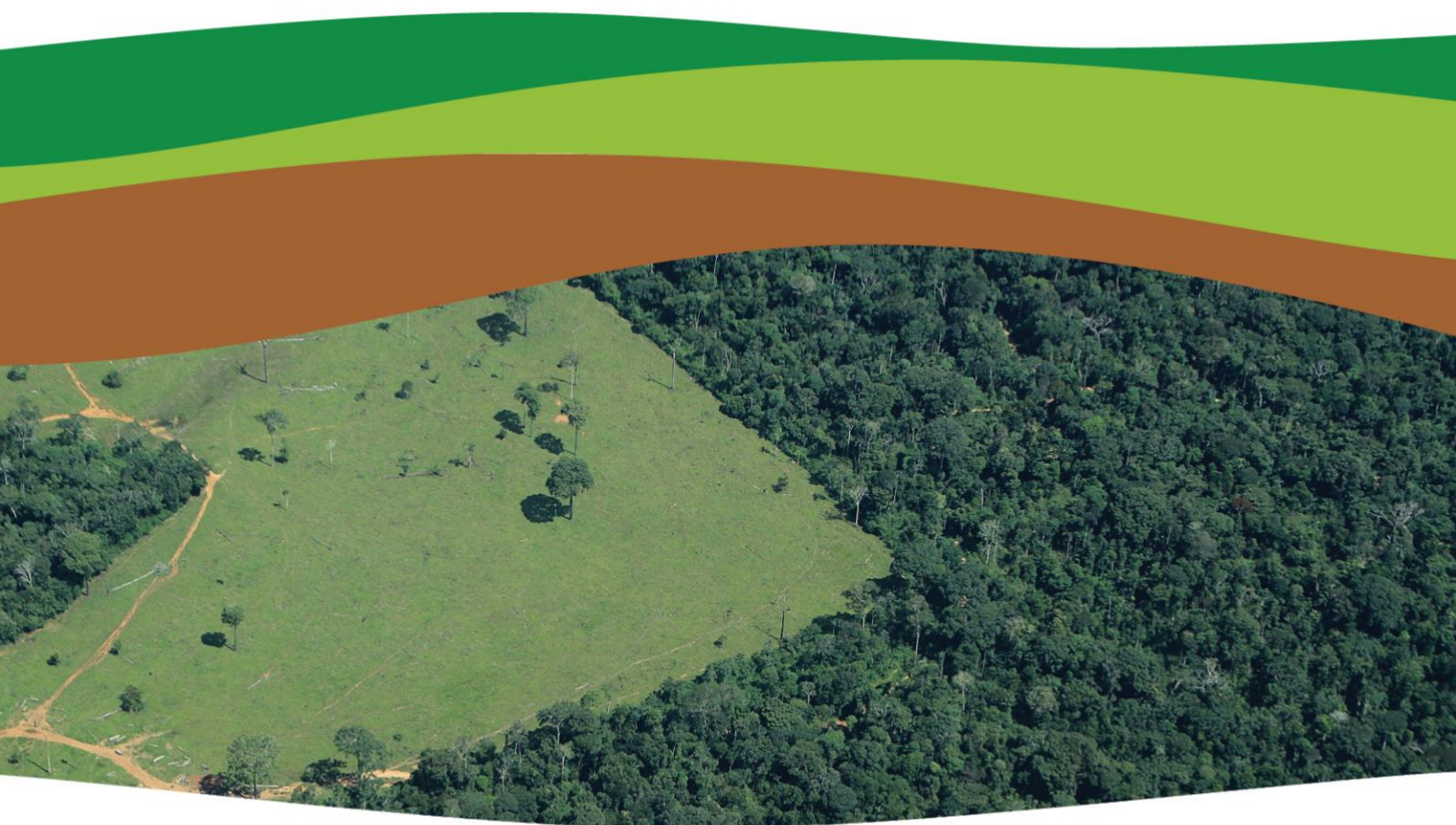


13



PlanaFlor

Análise dos proprietários de terra e do emprego no campo



Projeto PlanaFlor



Financiamento



NICFI Norway's International Climate and Forest Initiative



PlanaFlor

Análise dos proprietários de terra e do emprego no campo

AUTOR

Angelo Costa Gurgel, Baiena Feijolo Souto, Eduardo Santiago Rosseti, Gerônimo Roveda e Guilherme Vinhas

COMO CITAR

SOUTO, B., 2021. Análise dos proprietários de terra e do emprego no campo. Projeto PlanaFlor – Rio de Janeiro, RJ, número 13, 94 páginas. Disponível em: www.planaflor.org

REALIZAÇÃO

Este relatório foi elaborado no âmbito do projeto PlanaFlor: Green New Deal for Nature-Based Economic Recovery, executado em parceria entre a BVRio, a Conservation Strategy Fund Brasil a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), com apoio financeiro da Iniciativa Internacional da Noruega para o Clima e Florestas (NICFI). Os conteúdos aqui apresentados poderão ser reproduzidos, desde que a fonte e os autores sejam citados.

Projeto PlanaFlor



Financiamento



Sumário

Sumário Executivo	4
Introdução	20
Perfil dos Produtores Agropecuários	26
<i>Perfil do produtor que dirige o estabelecimento agropecuário</i>	29
<i>Perfil do produtor que dirige o estabelecimento agropecuário por grupos de área</i>	45
Mercado de Trabalho da Agropecuária	53
<i>Pessoal ocupado</i>	53
<i>Remuneração média mensal</i>	63
<i>Indicadores educacionais</i>	71
Como a pandemia afetou o mercado de trabalho da agropecuária em termos de população ocupada?	77
Referências bibliográficas	93

Sumário Executivo

A agropecuária apesar de ser o setor econômico com menor representatividade no Produto Interno Bruto (PIB) (6,8%, em 2020), foi o único que cresceu em 2020 (2,0%) – pior ano da pandemia de Covid-19 em termos econômicos. Além disso, vale ressaltar que não foi apenas em 2020 em que o setor foi o que mais se expandiu na economia brasileira, isso ocorreu também, de forma geral, nos últimos anos. Entre 2001 e 2020, as atividades agropecuárias cresceram, em média, 3,6% ao ano (a.a.), enquanto a indústria e o setor de serviços expandiram respectivamente, 1,1% e 2,1% a.a.

Além disso, é importante destacar que as atividades agropecuárias são muito relevantes para a geração de empregos no país (representam 10,0% das vagas totais brasileiras), bem como para ajudar a equilibrar as contas externas, uma vez que é um importante setor exportador (correspondem a 21,8% das vendas externas do país). Além da importância da agropecuária como setor isolado é válido ressaltar a relevância desse papel dentro de uma cadeia maior, denominada agronegócio, que representou, em 2020, 26,6% do PIB¹ e 20,3% do mercado de trabalho² brasileiro, de acordo com o CEPEA. Além disso, segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)³, o segmento correspondeu a 48,0% das exportações totais do país.

Diante da importância da agropecuária para o agronegócio brasileiro, bem como, conseqüentemente, para a economia do país, uma análise para conhecer o perfil dos produtores rurais torna-se necessária, sendo este, portanto, o objetivo desse trabalho. Para isso serão utilizadas duas fontes principais de informações: o Censo Agropecuário e Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio Contínua (PNADC), ambos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

¹ Os dados podem ser acessados em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>>.

² Os dados podem ser acessados em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/mercado-de-trabalho-do-agronegocio.aspx>>.

³ Os dados podem ser acessados em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/estatisticas-de-comercio-exterior>>.

Perfil do produtor agropecuário

Observa-se que entre os Censos Agropecuários de 2006 e 2017 o número de estabelecimento caiu (-2,0%), mas a área total aumentou (5,3%). Com isso, o tamanho médio das unidades produtivas cresceu 7,4% (de 64,47 para 69,24 hectares), refletindo o aumento na concentração agrária. Porém, vale ressaltar que, desde 1970, o tamanho médio dos estabelecimentos está entre 59 e 73 hectares (em 1920, era de 270,16 hectares). Logo, o cenário de concentração agrária alterou-se significativamente frente ao primeiro Censo Agropecuário, apesar da leve alta entre as duas últimas pesquisas (2006 e 2017).

Além disso, percebe-se que o setor agropecuário brasileiro é formado, sobretudo, por estabelecimentos de pequeno porte, uma vez que: (i) 50,3% dos estabelecimentos têm menos do que 10 hectares; (ii) 39,1% dos estabelecimentos têm entre 10 e 100 hectares; (iii) 9,1% dos estabelecimentos têm mais de 100 hectares; e 1,5% dos produtores rurais não possuem área.

Ademais, 99,7% dos estabelecimentos agropecuários, em 2017, estava, subordinados ao produtor rural. Desse total, 72,3% tinha o produtor individual como responsável e 27,6% tinha um condomínio, consórcio ou união de pessoas para cuidar da atividade produtiva.

Vale ressaltar que, entre os últimos Censos Agropecuários, houve aumento de participação dos estabelecimentos dirigidos pelo próprio proprietário (em 2006, era 76,2% e, em 2017, era de 81,0%), em detrimento, de modo geral, dos demais tipos de condição do produtor em relação às terras. Apesar disso, observa-se que há ainda uma precariedade da relação do produtor com a terra, uma vez que 19% estão na condição distinta de proprietário, como concessionário e assentado aguardando titulação definitiva, comodatário, arrendatário, parceiro e ocupante. Isso não é desejável, pois a condição legal da terra é um fator que implica maior ou menor segurança jurídica, acesso a políticas públicas, empréstimos, seguros e garantias, qualquer que seja a condição do produtor (Santana e Santos, 2021, p.196)⁴.

Considerando os estabelecimentos agropecuário por área, constata-se que, quanto maior o porte da unidade produtiva, maior é a participação do proprietário, uma vez que nos estabelecimentos com menos de 10 hectares, os proprietários respondem por 77,7% dos estabelecimentos e no caso de áreas com mais de 1.000 hectares, eles correspondem a 92,3% do total. A mesma dinâmica, de modo geral, ocorre entre os arrendatários. Em contrapartida, a participação dos concessionários ou assentados, parceiros, comodatários e ocupantes diminui conforme aumenta o porte dos estabelecimentos agropecuários.

⁴ Santana e Santos (2021). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10490/1/brua_23_artigo16.pdf>.

A atividade predominante nos estabelecimentos são: pecuária (48,9%), lavoura temporária (32,6%) e lavoura permanente (11,1%). De modo geral, a relevância dessas atividades (sobretudo, pecuária e lavouras temporárias) se mantém independentemente do tamanho do estabelecimento. No caso de produtores sem área, as lavouras temporárias têm maior relevância do que a pecuária. Além disso, observa-se que a maior parte dos estabelecimentos produzem com o objetivo de comercialização (58,5%). Porém, uma parcela relevante dos estabelecimentos produz apenas para o consumo próprio ou de seus familiares (40,5%).

Ademais, a agricultura familiar é a atividade dominante em 77,1% dos estabelecimentos agropecuários. Porém, como, de modo geral, são unidades produtivas de pequeno porte, representa apenas 25,9% da área total. Dessa forma, em média, a área destinada à agricultura familiar é de 20,76 hectares e a destinada à agricultura não familiar é de 200,0 hectares. Assim, um estabelecimento agropecuário sem a agricultura familiar é, em média, quase dez vezes maior do que aquele em que a agricultura familiar está presente.

Considerando os grupos de áreas dos estabelecimentos agropecuários dirigidos pelo produtor, observa-se que, de modo geral e conforme o esperado, quanto maior a área da unidade produtiva, menor é a participação da agricultura familiar. Dessa forma, de acordo com o Censo Agropecuário 2017, mais de 81,0% dos estabelecimentos agropecuários com até 100 hectares tinham a agricultura familiar como forma de produção. No caso das grandes unidades produtivas, com mais de 1.000 hectares, somente 0,4% dos estabelecimentos contavam com esse tipo de produção.

Contudo, vale destacar, apenas 35,4% dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar possuem a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP). A DAP é a “porta de entrada” do agricultor familiar às políticas públicas de incentivo à produção e geração de renda. Assim, a falta de acesso à DAP por parte do produtor rural, dificulta sobremaneira o acesso às políticas destinadas à agricultura familiar.

Além disso, os estabelecimentos agropecuários são, na maioria, dirigidos por pessoas do sexo masculino (81,3%). No entanto, a participação das mulheres aumentou ao longo do tempo, uma vez que, em 2006, apenas 12,7% dos estabelecimentos estavam submetidos a uma pessoa do sexo feminino. Assim, entre os dois Censos Agropecuários, enquanto o número de mulheres dirigindo os estabelecimentos cresceu 44,2%, o de homens contraiu em 9,0%. Ainda em relação ao sexo do produtor que dirige o estabelecimento agropecuário, nota-se que quanto maior o porte, maior é a participação masculina. Ou seja, enquanto que nas unidades produtivas com até 10 hectares os homens representam 76,0% do total, no caso dos estabelecimentos com, no mínimo, 1.000 hectares, a participação masculina chega em 91,9%.

Ademais, a maior parte dos produtores agropecuários que dirigem os estabelecimentos era, em 2017, pessoas da cor ou raça branca ou parda, representando, respectivamente, 45,4% e 44,5% do total. Nota-se que, quanto maior o porte da unidade produtiva, mais significativa é a participação dos brancos. No caso dos estabelecimentos com 1.000 ou mais hectares, sua

representatividade chega em 74,9% do total (em estabelecimentos com menos de 10 hectares a participação é de 36,8% e corresponde a 20,6% dos produtores sem área).

Em relação à idade, constata-se que, em 2017, 70,9% dos produtores que dirigiam os estabelecimentos agropecuários tinham 45 anos ou mais. Em 2006, essa proporção era de 61,2%. Ou seja, com o passar dos anos, os produtores têm, naturalmente, ficado mais velhos e, ao mesmo tempo, não está tendo uma renovação de produtores mais jovens, uma vez que a participação dos produtores com menos de 45 anos caiu de 38,8% para 29,1% entre os dois últimos Censos Agropecuários. Além disso, observa-se que os mais jovens são minoria em todos os portes de estabelecimento agropecuário e quanto maior o estabelecimento, maior é a participação dos produtores mais idosos.

O produtor agropecuário que dirige o estabelecimento tem, em média, baixa qualificação. Ou seja, de acordo com as informações de 2017, 73,1% dos produtores tinham até o ensino fundamental, 21,0% tinham até o ensino médio e 5,9% tinham o ensino superior. Apesar disso, houve uma evolução positiva entre os dois Censos, uma vez que, no de 2006, 89,9% tinham até o ensino fundamental e apenas 10,1% tinham acima desse nível de escolaridade.

Por fim, observa-se que a maior parte dos produtores agropecuários, em 2017, não recebeu orientação técnica (80,0%). Em 2006, essa proporção era ligeiramente menor (77,9%), o que evidencia que não houve evolução positiva nesse quesito ao longo do tempo, o que é um aspecto negativo, já que a dificuldade de acesso à assistência técnica é um problema muito citado entre os entraves da produção. É importante salientar que o acesso à orientação técnica também cresce à medida que aumenta a área do estabelecimento agropecuário.

Entre aqueles produtores que receberam algum tipo de orientação técnica, as principais origens dessa assistência ao estabelecimento agropecuário foram: governo (33,0%), própria ou contratada pelo produtor (26,1%) e cooperativas (21,3%). Além disso, quanto menor é o tamanho do estabelecimento, maior é a orientação técnica ofertada pelo Governo, seja ele federal, estadual ou municipal. Em contrapartida, nos estabelecimentos maiores, de 100 ou mais hectares, a orientação técnica própria tem maior relevância, chegando em 72,3% do total no caso das áreas a partir de 1.000 hectares.

Ademais, a agricultura familiar é a atividade dominante em 77,1% dos estabelecimentos agropecuários. Porém, como, de modo geral, são unidades produtivas de pequeno porte, representa apenas 25,9% da área total. Dessa forma, em média, a área destinada à agricultura familiar é de 20,76 hectares e a destinada à agricultura não familiar é de 200,0 hectares. Assim, um estabelecimento agropecuário sem a agricultura familiar é, em média, quase dez vezes maior do que aquele em que a agricultura familiar está presente.

Considerando os grupos de áreas dos estabelecimentos agropecuários dirigidos pelo produtor, observa-se que, de modo geral e conforme o esperado, quanto maior a área da unidade produtiva, menor é a participação da agricultura familiar. Dessa forma, de acordo com o Censo Agropecuário 2017, mais de 81,0% dos estabelecimentos agropecuários com até 100 hectares

tinham a agricultura familiar como forma de produção. No caso das grandes unidades produtivas, com mais de 1.000 hectares, somente 0,4% dos estabelecimentos contavam com esse tipo de produção.

Contudo, vale destacar, apenas 35,4% dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar possuem a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP). A DAP é a “porta de entrada” do agricultor familiar às políticas públicas de incentivo à produção e geração de renda. Assim, a falta de acesso à DAP por parte do produtor rural, dificulta sobremaneira o acesso às políticas destinadas à agricultura familiar.

Além disso, os estabelecimentos agropecuários são, na maioria, dirigidos por pessoas do sexo masculino (81,3%). No entanto, a participação das mulheres aumentou ao longo do tempo, uma vez que, em 2006, apenas 12,7% dos estabelecimentos estavam submetidos a uma pessoa do sexo feminino. Assim, entre os dois Censos Agropecuários, enquanto o número de mulheres dirigindo os estabelecimentos cresceu 44,2%, o de homens contraiu em 9,0%. Ainda em relação ao sexo do produtor que dirige o estabelecimento agropecuário, nota-se que quanto maior o porte, maior é a participação masculina. Ou seja, enquanto que nas unidades produtivas com até 10 hectares os homens representam 76,0% do total, no caso dos estabelecimentos com, no mínimo, 1.000 hectares, a participação masculina chega em 91,9%.

Ademais, a maior parte dos produtores agropecuários que dirigem os estabelecimentos era, em 2017, pessoas da cor ou raça branca ou parda, representando, respectivamente, 45,4% e 44,5% do total. Nota-se que, quanto maior o porte da unidade produtiva, mais significativa é a participação dos brancos. No caso dos estabelecimentos com 1.000 ou mais hectares, sua representatividade chega em 74,9% do total (em estabelecimentos com menos de 10 hectares a participação é de 36,8% e corresponde a 20,6% dos produtores sem área).

Em relação à idade, constata-se que, em 2017, 70,9% dos produtores que dirigiam os estabelecimentos agropecuários tinham 45 anos ou mais. Em 2006, essa proporção era de 61,2%. Ou seja, com o passar dos anos, os produtores têm, naturalmente, ficado mais velhos e, ao mesmo tempo, não está tendo uma renovação de produtores mais jovens, uma vez que a participação dos produtores com menos de 45 anos caiu de 38,8% para 29,1% entre os dois últimos Censos Agropecuários. Além disso, observa-se que os mais jovens são minoria em todos os portes de estabelecimento agropecuário e quanto maior o estabelecimento, maior é a participação dos produtores mais idosos.

O produtor agropecuário que dirige o estabelecimento tem, em média, baixa qualificação. Ou seja, de acordo com as informações de 2017, 73,1% dos produtores tinham até o ensino fundamental, 21,0% tinham até o ensino médio e 5,9% tinham o ensino superior. Apesar disso, houve uma evolução positiva entre os dois Censos, uma vez que, no de 2006, 89,9% tinham até o ensino fundamental e apenas 10,1% tinham acima desse nível de escolaridade.

Por fim, observa-se que a maior parte dos produtores agropecuários, em 2017, não recebeu orientação técnica (80,0%). Em 2006, essa proporção era ligeiramente menor (77,9%), o que

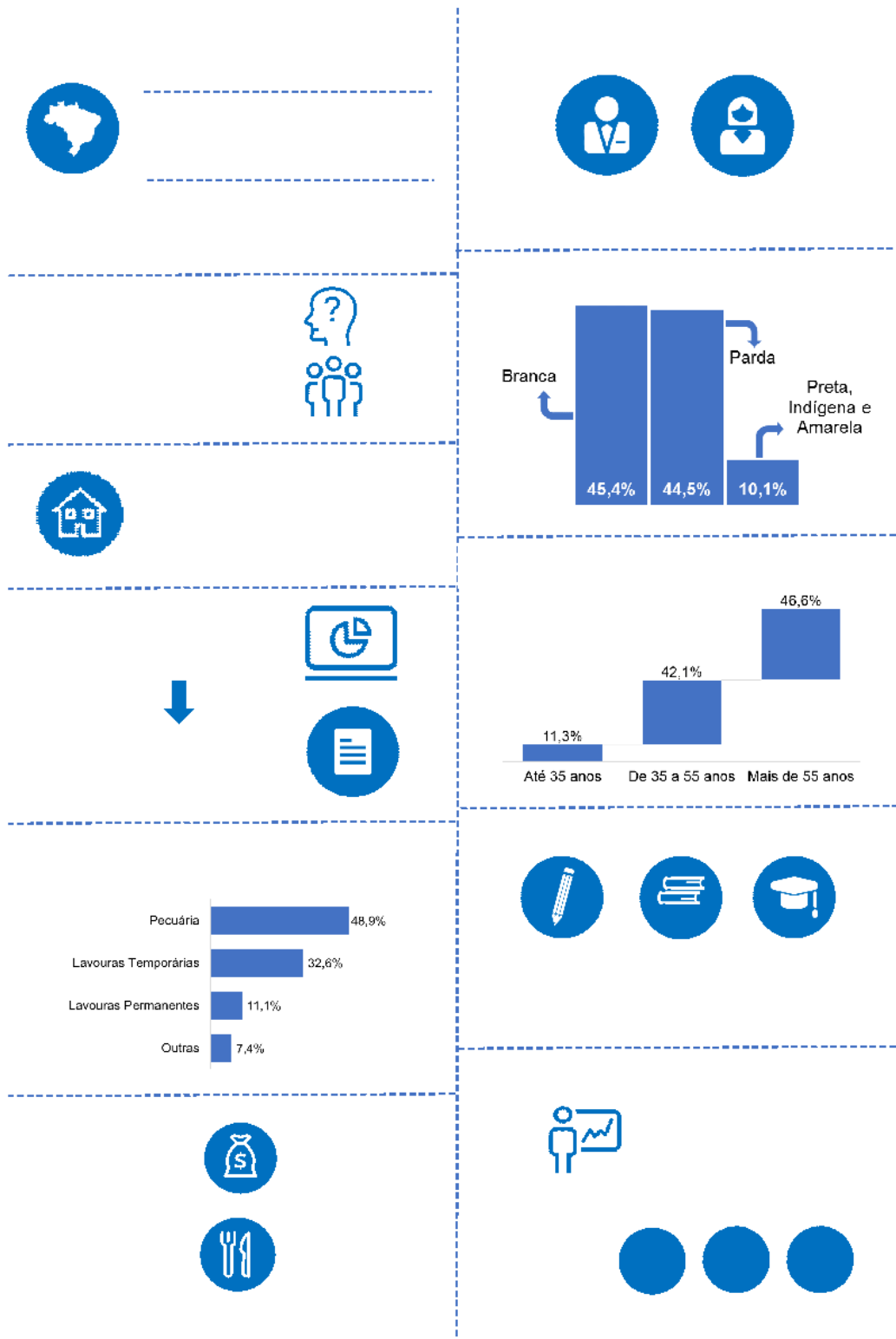
evidencia que não houve evolução positiva nesse quesito ao longo do tempo, o que é um aspecto negativo, já que a dificuldade de acesso à assistência técnica é um problema muito citado entre os entraves da produção. É importante salientar que o acesso à orientação técnica também cresce à medida que aumenta a área do estabelecimento agropecuário.

Entre aqueles produtores que receberam algum tipo de orientação técnica, as principais origens dessa assistência ao estabelecimento agropecuário foram: governo (33,0%), própria ou contratada pelo produtor (26,1%) e cooperativas (21,3%). Além disso, quanto menor é o tamanho do estabelecimento, maior é a orientação técnica ofertada pelo Governo, seja ele federal, estadual ou municipal. Em contrapartida, nos estabelecimentos maiores, de 100 ou mais hectares, a orientação técnica própria tem maior relevância, chegando em 72,3% do total no caso das áreas a partir de 1.000 hectares.

Dessa forma através das informações do Censo Agropecuário 2017 constata-se que:

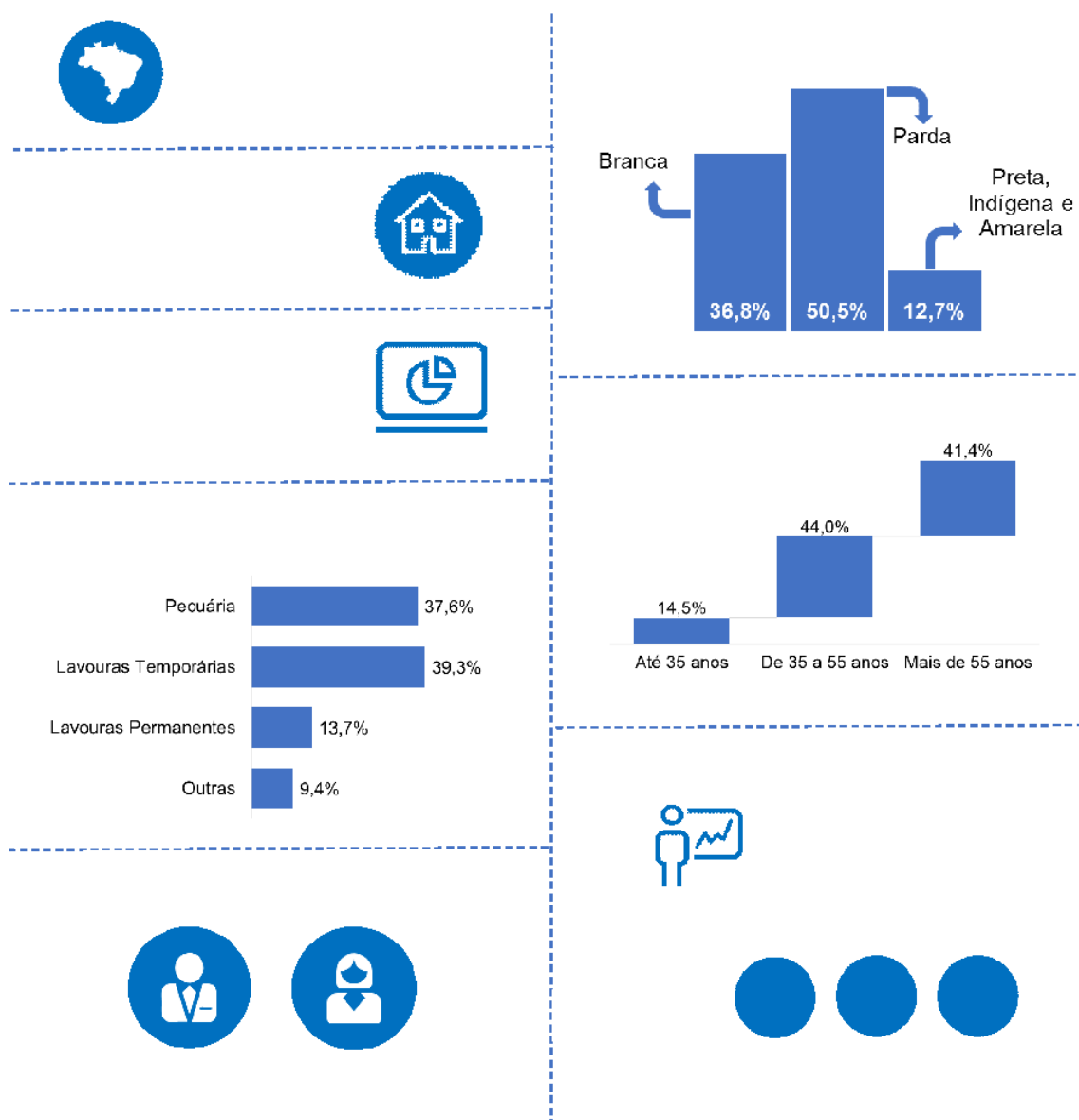
- O produtor individual, em média, é homem, branco ou pardo, com mais de 35 anos e tem até o ensino fundamental. É proprietário da terra. Pratica a agricultura familiar. Apesar disso, não tem acesso às políticas agrícolas, pois, de forma geral, não possui a DAP. Tem a pecuária, a lavoura temporária ou a permanente como atividades econômicas principais. Produz com a finalidade de comercialização e sem orientação técnica (Figura A).
- O proprietário de estabelecimentos com até 10 hectares, em média, é dono da terra, homem, pardo ou branco, com mais de 35 anos. Pratica a agricultura familiar, com pecuária ou lavoura temporária como atividade econômica principal, sem qualquer orientação técnica (Figura B).
- O proprietário de estabelecimentos com 10 a 100 hectares, em média, é dono da terra, homem, branco ou pardo, com mais de 55 anos. Pratica a agricultura familiar, com pecuária ou lavoura temporária como atividade econômica principal, sem qualquer orientação técnica (Figura C).
- O proprietário de estabelecimentos com mais 100 hectares, em média, é dono da terra, homem, branco, com mais de 55 anos. Não pratica a agricultura familiar, com pecuária como atividade econômica principal, sem qualquer orientação técnica (Figura D).
- O produtor rural sem área, em média, é: homem, pardo, entre 35 e 55 anos. Pratica a agricultura familiar, com lavoura temporária como atividade econômica principal, sem qualquer orientação técnica (Figura E).

Figura A. Perfil do produtor agropecuário



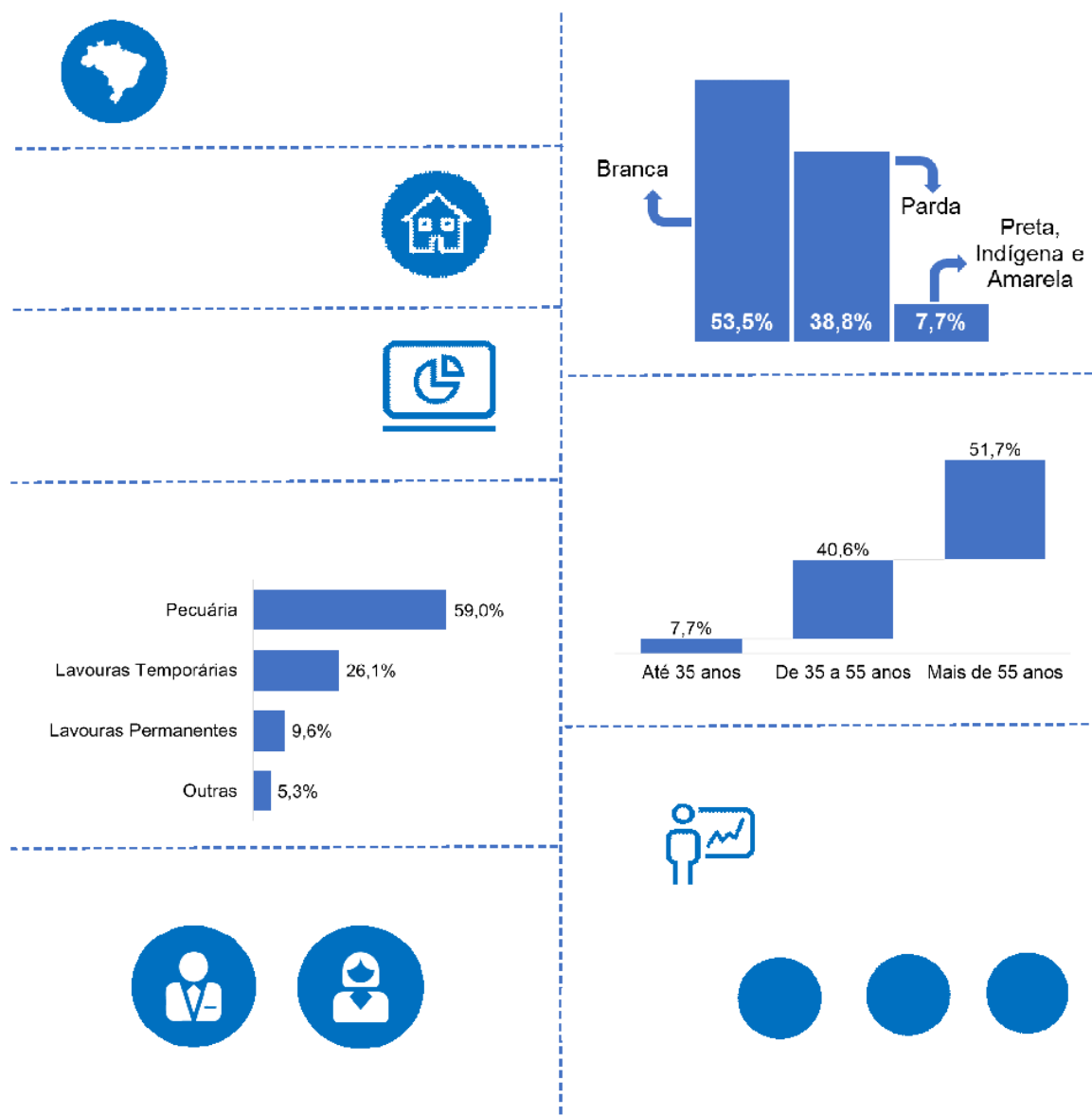
Fonte: Censo Agropecuário (2017). Elaboração dos autores.

Figura B. Perfil do produtor agropecuário de estabelecimentos com até 10 hectares



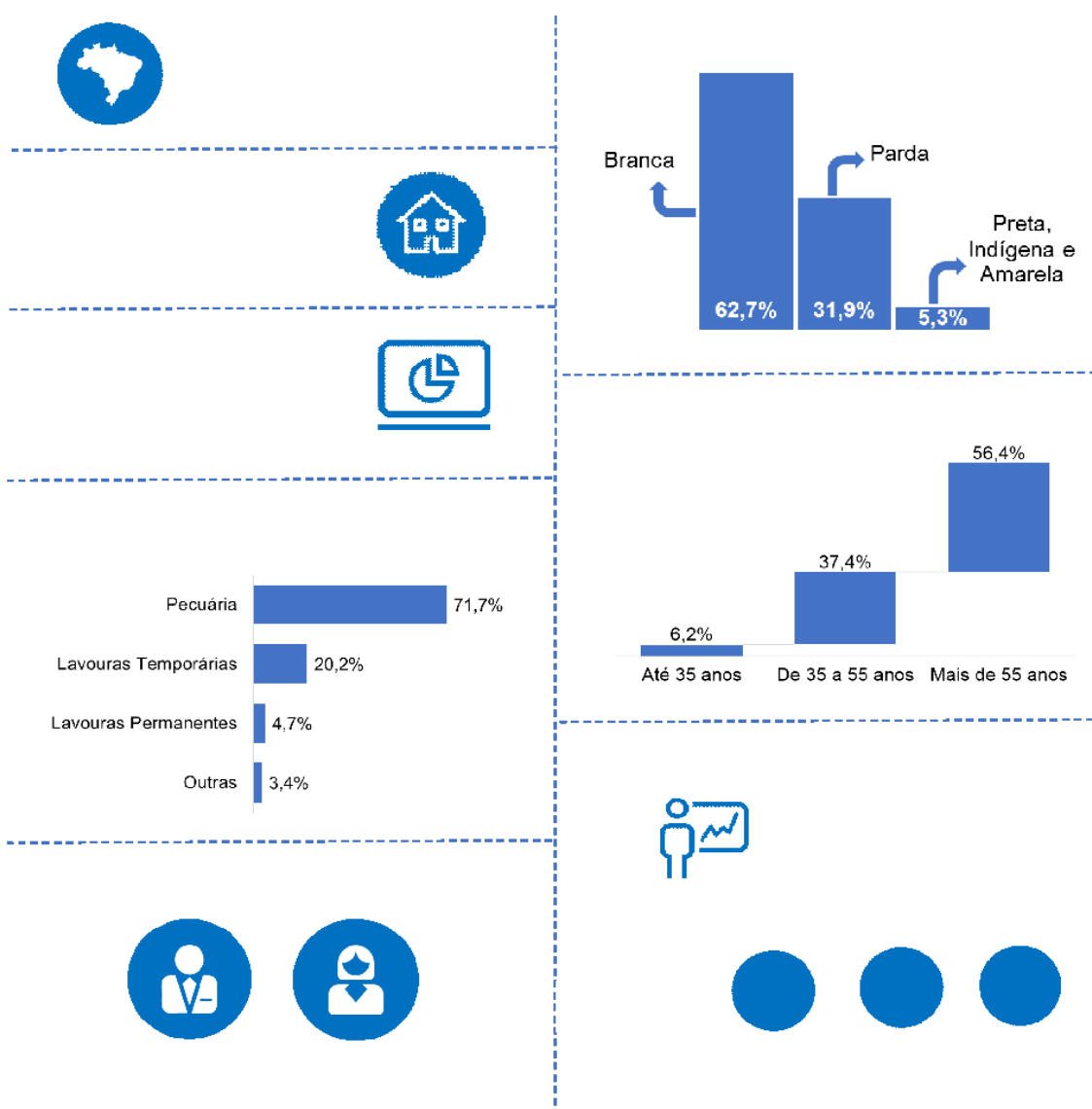
Fonte: Censo Agropecuário (2017). Elaboração dos autores.

Figura C. Perfil do produtor agropecuário de estabelecimentos de 10 a menos de 100 hectares



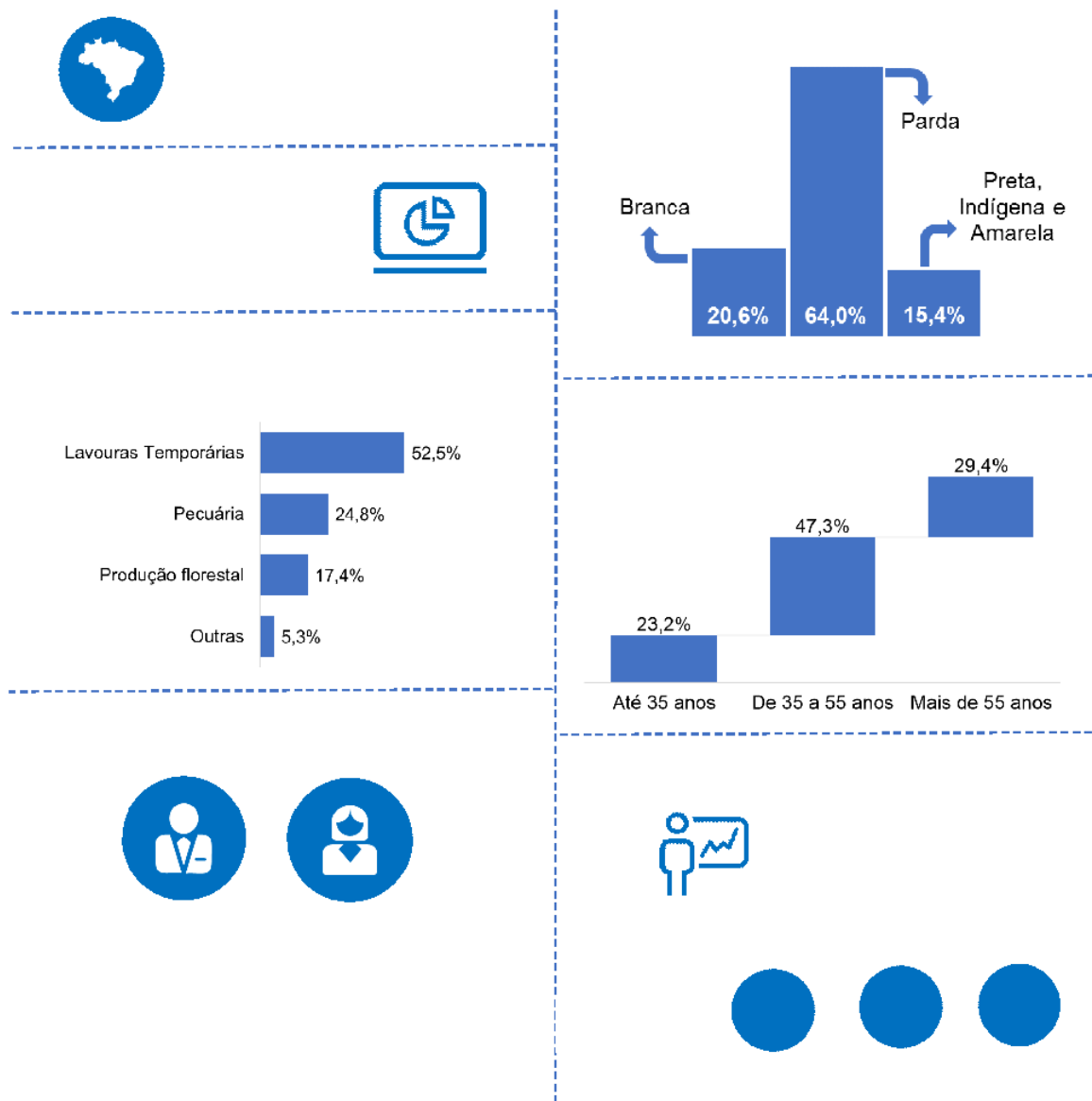
Fonte: Censo Agropecuário (2017). Elaboração dos autores.

Figura D. Perfil do produtor agropecuário de estabelecimentos com mais de 100 hectares



Fonte: Censo Agropecuário (2017). Elaboração dos autores.

Figura E. Perfil do produtor agropecuário sem área



Fonte: Censo Agropecuário (2017). Elaboração dos autores.

Perfil do mercado de trabalho agropecuário

O mercado de trabalho associado às atividades agropecuárias correspondeu, no segundo trimestre de 2021 (média móvel de quatro trimestres) a 8,6 milhões de pessoas, de forma que 66,2% (ou 5,7 milhões) estavam na agricultura e 33,8% (ou 2,9 milhões) na pecuária. Os postos de trabalho do setor agropecuário, dessa forma, corresponderam a 10,0% das vagas brasileiras, no período. Ao longo do tempo, nota-se uma perda dos postos de trabalho das atividades dentro da porteira (-16,4% frente a 2012), derivada da queda das ocupações na pecuária e, sobretudo, na agricultura.

No segundo trimestre de 2021, o pessoal ocupado nas atividades agropecuárias teve uma remuneração mensal de R\$ 1.507. Isso significa que, em média, um trabalhador da agropecuária recebeu, no período, 40,6% a menos do que os ocupados em outros setores.

Ademais, constata-se que a maior parte da população ocupada nas atividades agropecuárias trabalha por conta própria (47,0%) e recebe uma remuneração média de R\$ 1.293 – o que é 31,9% a menos do que recebe um ocupado na mesma categoria no mercado de trabalho brasileiro como um todo.

Por sua vez, os empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada, que correspondem a 20,4% dos ocupados na agropecuária, recebem por mês, em média, R\$ 868 – é a categoria que menos paga dentro da porteira e a que tem a maior diferença em relação à média do mercado de trabalho brasileiro (51,8%). Os empregadores, que representam apenas 3,4% do total, são os que recebem a maior remuneração nas atividades dentro da porteira (R\$ 6.506) - essa é a única categoria na qual o trabalhador do agro recebe mais do que o de outros setores do mercado de trabalho.

É importante considerar que o mercado de trabalho associado às atividades agropecuárias tem elevada informalidade quando se compara com a média das atividades econômicas do país. Ou seja, enquanto as atividades dentro da porteira têm 78,3% das pessoas ocupadas em vagas informais, na economia brasileira essa proporção é de 42,0%. Apesar disso, ao longo do tempo, houve suave melhora na formalidade das atividades agropecuárias, enquanto que no mercado de trabalho brasileiro como um todo houve aumento da informalidade. Em relação à remuneração média, nota-se que as pessoas ocupadas informalmente dentro da agropecuária recebem um valor mensal inferior (R\$ 1.232) ao recebido pelos trabalhadores formais (R\$ 2.328) – essa diferença também ocorre no mercado de trabalho brasileiro como um todo.

Por fim, conclui-se que as pessoas ocupadas nas atividades dentro da porteira são, majoritariamente, homens e, essencialmente, pardos ou brancos. Além disso, constata-se que os trabalhadores homens têm uma remuneração maior do que a das mulheres, bem como os brancos também ganham um rendimento maior comparativamente às pessoas de demais raças e cores. (Figura F)

Indicadores educacionais do mercado de trabalho agropecuário

O mercado de trabalho associado às atividades agropecuárias é marcado, assim como no caso dos produtores rurais, pela baixa qualificação, uma vez que 69,6% da população ocupada no setor, no segundo trimestre de 2021, tinha até o ensino fundamental. Apenas 25,8% tinham até o ensino médio (ou seja, incompleto ou completo) e 4,6%, o ensino superior (completo ou incompleto).

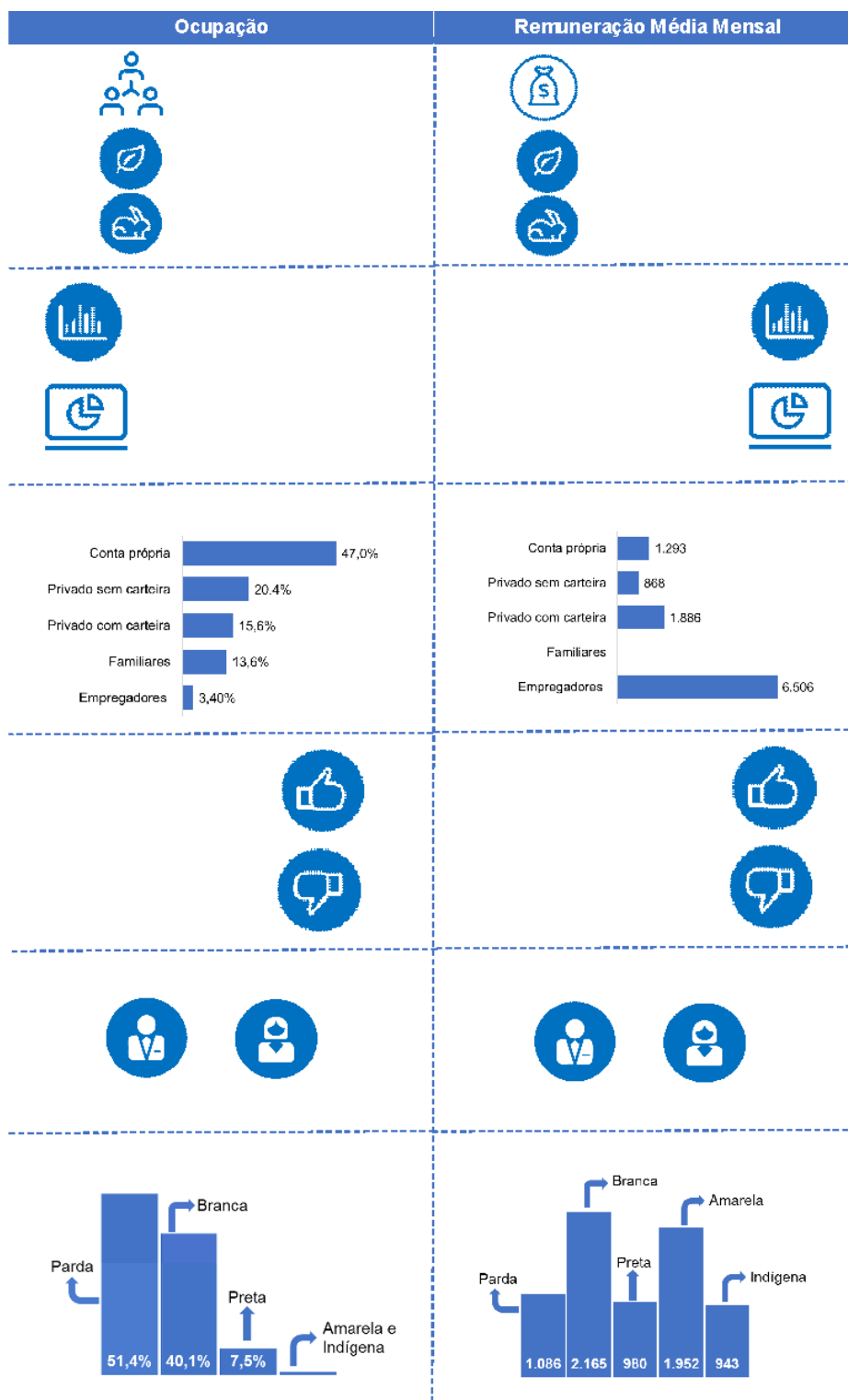
Vale ressaltar, a escolaridade da população ocupada dentro da porteira é, de modo geral, menor do que a do mercado de trabalho brasileiro como um todo. Apesar disso, é importante salientar que houve uma evolução positiva ao longo dos anos, uma vez que, entre o quarto trimestre de 2012 e o segundo trimestre de 2021, a população ocupada com baixa qualificação (sem instrução até ensino fundamental completo) diminuiu e a com maior escolaridade (médio incompleto até superior completo) aumentou.

Em termos de remuneração média, o pessoal ocupado sem instrução, com ensino fundamental incompleto e com ensino médio completo recebem uma quantia mensal inferior à do mercado de trabalho em geral. Por sua vez, os trabalhadores com fundamental completo, médio incompleto, superior completo e incompleto recebem uma remuneração maior do que um profissional com a mesma escolaridade considerando a média de todos os setores da economia.

Ao longo do tempo, observa-se uma redução da diferença salarial entre os ocupados com distintos níveis de escolaridade. Enquanto os trabalhadores com menores níveis de instrução (sem instrução, fundamental incompleto, fundamental completo, médio incompleto) tiveram aumento da remuneração, os ocupados com maiores qualificações (médio completo, superior incompleto e superior completo) tiveram queda da remuneração, no período, em termos reais (Figura G).

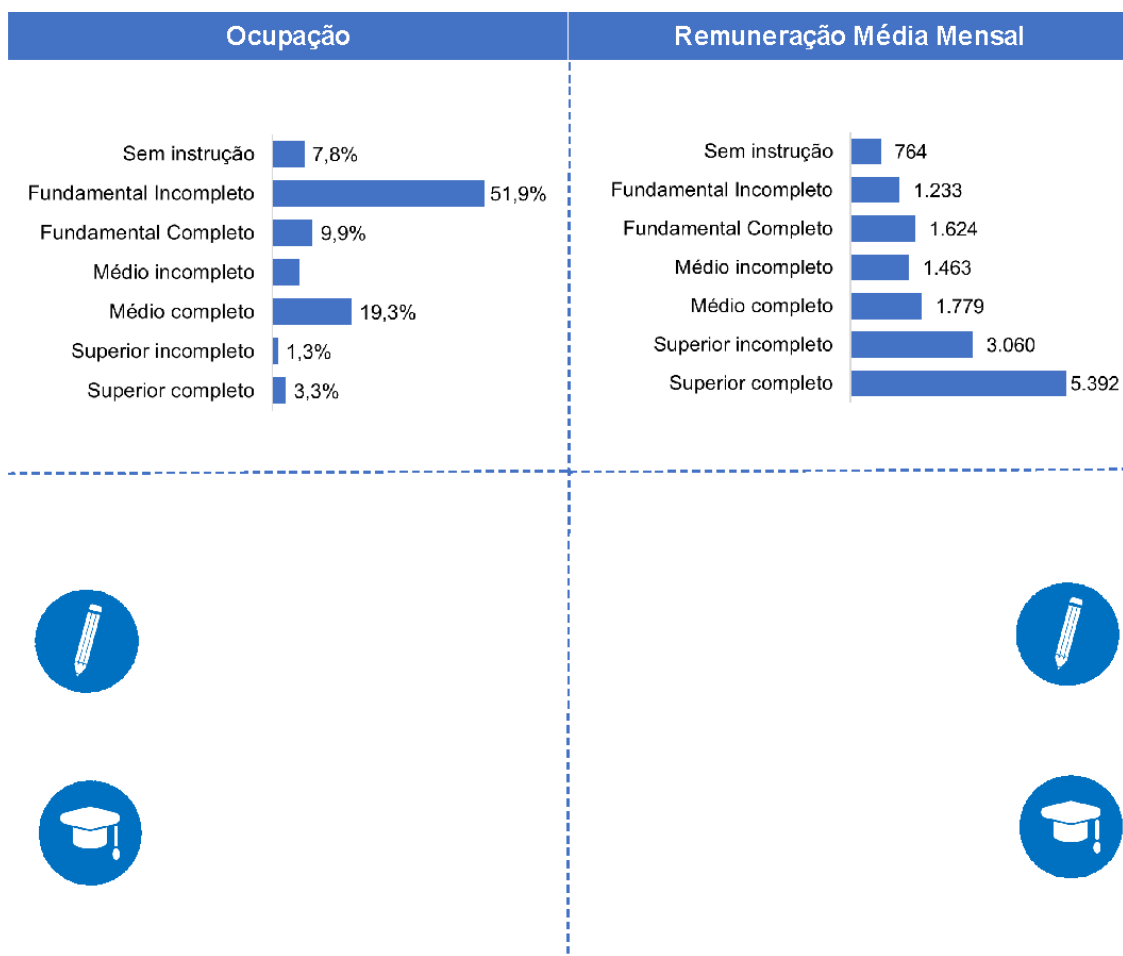
Figura F. Perfil do mercado de trabalho agropecuário

(segundo trimestre de 2021 – média móvel dos últimos quatro trimestres)



Fonte: PNADC. Elaboração dos autores.

Figura G. Perfil do mercado de trabalho agropecuário por escolaridade
(segundo trimestre de 2021 – média móvel dos últimos quatro trimestres)



Fonte: PNADC. Elaboração dos autores.

Como a pandemia de Covid-19 afetou o mercado de trabalho agropecuário?

A pandemia de Covid-19 atingiu o Brasil, notadamente, a partir do segundo trimestre de 2020. Naquele momento, diversas medidas de isolamento social foram adotadas com o objetivo de conter a propagação da doença no país. Naturalmente, a economia brasileira sofreu as consequências dessas medidas, impactando inclusive o mercado de trabalho da agropecuária.

Nesse sentido, constata-se que o número de ocupados na agropecuária vinha, desde o início de 2019, demonstrando, de modo geral, um leve crescimento (considerando a média móvel em quatro trimestres). Porém, com a chegada da Covid-19 no país, principalmente a partir do segundo trimestre de 2020, a população ocupada dentro da porteira passou a registrar fortes contrações, e se manteve em campo negativo até o primeiro trimestre de 2021, para então voltar a apresentar crescimento. Apesar disso, a atividade agropecuária acumulou, no segundo trimestre de 2021, uma expansão de 3,8% na sua população ocupada, ao mesmo tempo em que o mercado de trabalho como um todo registrou uma queda de 6,0% no número de vagas.

Logo, fica claro que apesar de o mercado de trabalho da agropecuária não ter passado ileso pelas turbulências da pandemia de Covid-19, o impacto foi menor do que aquele sofrido pela média das demais atividades econômicas. Assim, observa-se, conseqüentemente, um aumento da participação das ocupações na agropecuária frente ao mercado de trabalho brasileiro, passando de 9,1% no segundo trimestre de 2020 – início da crise sanitária no país – para 10,0% no mesmo período de 2021.

Vale ressaltar, no entanto, que a expansão dos ocupados no setor agropecuário, no segundo trimestre de 2021 (considerando o acumulado dos últimos quatro trimestres) não foi generalizada entre as categorias de ocupação. Ou seja, o crescimento da população ocupada no setor foi puxado, sobretudo, pelo aumento das ocupações por conta própria (alta de 11,4%) e dos trabalhadores familiares (11,0%). Todas as demais categorias sofreram contrações, sendo as mais representativas a dos empregados no setor privado com (-7,3%) e sem carteira assinada (-5,7%).

Além disso, constata-se que aumento da população ocupada no período foi obtido com o crescimento, notadamente, das ocupações informais. Isto é, enquanto as ocupações formais acumularam uma ligeira alta de 1,0%, as informais registraram uma expansão de 4,6%, no período. Como consequência, a taxa de informalidade do setor aumentou ligeiramente entre o segundo trimestre de 2020 (77,7%) e o mesmo período de 2021 (78,3%).

Por fim, observa-se que a pandemia de Covid-19 trouxe piores consequências aos trabalhadores do sexo masculino, bem como aos trabalhadores pardos e pretos e com menores níveis de escolaridade.

Introdução

A agropecuária pode ser definida, de acordo com o Guimarães e Pereira (2014, p.23)⁵ como um conjunto de atividades primárias, associadas ao cultivo da terra (agricultura) e à criação de animais (pecuária), tendo como objetivo fornecer alimentos para o consumo humano e animal, bem como ofertar matérias primas para as indústrias de celulose, têxteis, de borracha e de produção de energia.

É verdade que o setor possui baixa representatividade no Produto Interno Bruto (PIB), comparativamente aos demais setores. Isto é, em termos de geração de valor agregado, a agropecuária⁶, em 2020, alcançou o montante de R\$ 439,9 bilhões, representando apenas 6,8% do total, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Contudo, essa baixa participação das atividades agropecuárias no PIB, é importante salientar, é natural nas economias desenvolvidas ou em grandes economias emergentes uma vez que, conforme um país se desenvolve, é esperado que as atividades agropecuárias percam participação na composição do PIB, favorecendo inicialmente a indústria e, posteriormente, o setor de serviços.

A razão pela qual a fração das atividades agropecuárias é pequena é a baixa elasticidade-renda deste setor. De uma forma geral, todos os setores econômicos se beneficiam do crescimento da renda nacional, afinal, conforme o PIB expande e aumenta o poder de compra, a demanda por diversos bens fica mais aquecida. Todavia, este impacto é menor para o setor agropecuário, pois seus produtos geralmente apresentam menor elasticidade-renda da demanda. Ou seja, um aumento de 1% na renda nacional gera um aumento menor na demanda por produtos agropecuários do que por produtos industriais ou do setor de serviços. Este fenômeno tende a ser mais intenso conforme uma nação se desenvolve. Enfim, historicamente, observa-se que o impacto do crescimento da renda nacional sobre a demanda por produtos agrícolas é menor quanto mais desenvolvido for o país.

Apesar de as atividades agropecuárias serem o setor econômico com menor representatividade no PIB, ainda assim foi o único que cresceu em 2020 (2,0%) – pior ano da pandemia de Covid-19 em termos econômicos. Além disso, vale ressaltar que não foi apenas em 2020 em que a agropecuária foi o setor que mais cresceu na economia brasileira, isso ocorreu também, de forma geral, nos últimos anos. Entre 2001 e 2020, as atividades agropecuárias cresceram, em média, 3,6% a.a., enquanto a indústria e o setor de serviços expandiram respectivamente, 1,1% e 2,1% a.a. (Tabela 1).

⁵ Guimarães e Pereira (2014). Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/14158/2/Agropecu%C3%A1ria_P_BD.pdf.

⁶ Aqui compreendida como produção agrícola, pecuária e extrativista vegetal.

Tabela 1. Crescimento do PIB brasileiro desagregado por setor econômico (% a.a.)

Ano	Agropecuária	Indústria	Serviços	PIB
2001	5,2%	-0,6%	2,1%	1,4%
2002	8,0%	3,8%	3,1%	3,1%
2003	8,3%	0,1%	1,0%	1,1%
2004	2,0%	8,2%	5,0%	5,8%
2005	1,1%	2,0%	3,7%	3,2%
2006	4,6%	2,0%	4,3%	4,0%
2007	3,3%	6,2%	5,8%	6,1%
2008	5,8%	4,1%	4,8%	5,1%
2009	-3,7%	-4,7%	2,1%	-0,1%
2010	6,7%	10,2%	5,8%	7,5%
2011	5,6%	4,1%	3,5%	4,0%
2012	-3,1%	-0,7%	2,9%	1,9%
2013	8,4%	2,2%	2,8%	3,0%
2014	2,8%	-1,5%	1,0%	0,5%
2015	3,3%	-5,8%	-2,7%	-3,6%
2016	-5,2%	-4,6%	-2,2%	-3,3%
2017	14,2%	-0,5%	0,8%	1,3%
2018	1,3%	0,7%	2,1%	1,8%
2019	0,6%	0,4%	1,7%	1,4%
2020	2,0%	-3,5%	-4,5%	-4,1%
Média	3,6%	1,1%	2,1%	2,0%

Fonte: IBGE.

Além disso, é importante destacar que as atividades agropecuárias são muito relevantes para a geração de empregos no país, bem como para ajudar a equilibrar as contas externas, uma vez que é um importante setor exportador.

Dessa forma, em termos de mercado de trabalho, a agropecuária, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC)⁷ do IBGE, é o setor de ocupação de 8,6 milhões de pessoas⁸, representando 10,0% das vagas totais brasileiras.

Considerando o comércio externo do país, a agropecuária ganha ainda mais destaque. Em 2021 (acumulado até agosto), as exportações do setor corresponderam a US\$ 41,2 bilhões, de acordo

⁷ Dados podem ser acessados em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>>.

⁸ Média entre o período compreendido entre terceiro trimestre de 2020 e o segundo trimestre de 2021.

com o Ministério da Economia (ME)⁹. Esse montante representou, 21,8% das vendas externas totais brasileiras. Entre os principais produtos da agropecuária exportados estão: soja, café não torrado, algodão em bruto e milho não moído. Juntos, representam cerca de 96% da pauta exportadora do setor, tanto em valor como em volume. Ademais, os produtos agropecuários do Brasil alcançam 169 países, sendo os mais relevantes: China, nações da União Europeia e Estados Unidos.

A partir disso, de acordo com a *United States Department of Agriculture (USDA)*¹⁰, o país se destaca como o maior exportador mundial de suco de laranja (74,7% do volume total exportado no mundo, em 2020), soja (49,5%), açúcar (36,3%), carnes de frango (31,6%), café (29,1%) e carne bovina (23,5%).

Além da importância da agropecuária como setor isolado é válido ressaltar a relevância desse papel dentro de uma cadeia maior, denominada agronegócio. Isto é, de acordo com o CEPEA (2017, p. 5)¹¹, o agronegócio pode ser definido como um segmento econômico com ligações com a agropecuária, tanto a montante como a jusante, envolvendo: produção de insumo para a agropecuária, produção de matérias primas agropecuárias, processamento dessas matérias-primas e distribuição e demais serviços até o consumo final ou exportação. Ou seja, a agropecuária fornece matérias primas para a indústria, bem como recebe insumos para a sua produção, que são provenientes do setor manufatureiro. Além disso, para que os produtos da atividade cheguem nas indústrias e no consumidor final e os insumos agropecuários sejam utilizados pelos produtores, são necessários o transporte e a comercialização desses bens, o que impacta positivamente no setor de serviços (Figura 1). Dessa forma, a agropecuária, além da sua importância como setor, ela tem forte relevância em um contexto maior, o agronegócio, que representou, em 2020, 26,6% do PIB¹² e 20,3% do mercado de trabalho¹³ brasileiro, de acordo com o CEPEA. Além disso, de acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)¹⁴, o segmento correspondeu a 48,0% das exportações totais do país.

⁹ Dados podem ser acessados em: <<https://www.gov.br/produzidade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano>>.

¹⁰ Informações disponíveis em: <<https://apps.fas.usda.gov/psdonline/app/index.htm#/app/advQuery>>.

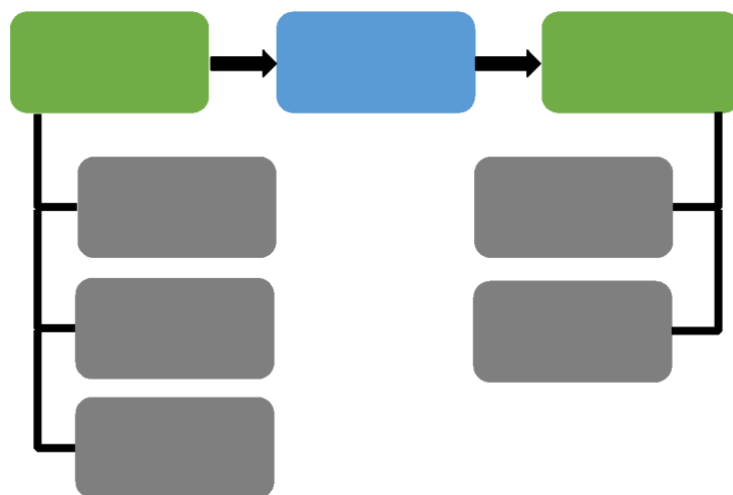
¹¹ Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA). Metodologia - PIB do Agronegócio Brasileiro: Base e Evolução. Piracicaba, 2017. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Metodologia%20PIB_divulga%C3%A7%C3%A3o.pdf>.

¹² Os dados podem ser acessados em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>>.

¹³ Os dados podem ser acessados em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/mercado-de-trabalho-do-agronegocio.aspx>>.

¹⁴ Os dados podem ser acessados em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/estatisticas-de-comercio-exterior>>.

Figura 1. Representação do agronegócio



Fonte: Elaboração dos autores.

Diante da importância da agropecuária para o agronegócio brasileiro, bem como, conseqüentemente, para a economia do país, uma análise para conhecer o perfil dos produtores rurais torna-se necessária, sendo este, portanto, o objetivo desse trabalho. Para isso, serão utilizadas algumas fontes de dados oficiais:

- i. Censo Agropecuário: de acordo com o IBGE (2021)¹⁵, a pesquisa tem como objetivo investigar informações sobre os estabelecimentos agropecuários¹⁶ e as atividades neles desenvolvidas, abrangendo características do produtor e do estabelecimento. Tem como unidade de coleta toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais ou aquícolas, subordinada a uma única administração (produtor ou administrador), independentemente de seu tamanho, de sua

¹⁵ IBGE (2021). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=o-que-e->>.

¹⁶ De acordo com o IBGE, estabelecimento agropecuário é toda unidade de produção/exploração dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais ou aquícolas, independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica (se pertence a um produtor, a vários produtores, a uma empresa, a um conjunto de empresas etc.), ou de sua localização (área urbana ou rural), tendo como objetivo a produção, seja para venda (comercialização da produção), seja para subsistência (sustento do produtor ou de sua família). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf>.

forma jurídica ou de sua localização, com o objetivo de produção para subsistência ou para venda. O Censo Agropecuário 2017 teve como período de referência o ano-safra (outubro de 2016 a setembro de 2017)^{17,18}.

Vale ressaltar que, assim como evidencia Magalhães et. a. (2018, p. 5)¹⁹, o grande diferencial do Censo Agropecuário em relação às demais pesquisas está no nível de detalhamento das informações, que além de abranger dados de produção, apresenta também dados socioeconômicos que caracterizam o produtor. Com isso, de acordo com os autores, o Censo Agropecuário configura-se como o retrato mais detalhado disponível da agropecuária brasileira. Logo, através do Censo Agropecuário, será possível analisar o perfil do produtor agropecuário, sejam nos estabelecimentos formalmente estabelecidos ou não.

- ii. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC): segundo o IBGE²⁰, a PNADC visa acompanhar as flutuações trimestrais da força de trabalho e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país. Com essa base de dados será analisado tanto o mercado de trabalho agropecuário formal, bem como o informal. Além disso, será possível estudar o perfil educacional das pessoas associadas ao mercado de trabalho agropecuário. Vale salientar que para diversos níveis de detalhamento serão utilizados os microdados²¹ da pesquisa.

É importante destacar que o Censo Agropecuário também contempla informações sobre o mercado de trabalho associado às atividades agropecuárias, porém, como a PNADC está disponível e apresenta uma gama maior de variáveis, bem como uma periodicidade mais longa e apresenta informações mais atuais, essa será a base de dados utilizada para analisar esse tema.

¹⁷ Vale ressaltar que o Censo Agropecuário 2006 considerou o ano civil (isto é, de janeiro a dezembro de 2016). Apesar de essa distinção de período de referência parecer ser só um detalhe, ela é, pelo contrário, muito importante, pois, isso afeta a contagem de estabelecimentos provisórios que se instalam apenas no período de safra, como os de parceiros, pequenos arrendatários, varzeteiros, entre outros (DelGrossi, 2019, p. 6). Logo, a comparação entre os Censos tem que ser realizada com essa devida ressalva. Disponível em: <<https://www.cegafiunb.com/wp-content/uploads/2020/08/Texto-discuss%C3%A3o-CENSO-AGRO-2017.pdf>>.

¹⁸ É importante destacar que há diferenças metodológicas entre as pesquisas censitárias, de forma que os Censos Agropecuários não são diretamente comparáveis. De acordo com o IBGE, alguns tópicos do Censo Agropecuário 2017 mereceram abordagem conceitual diferenciada dos demais Censos, vindo por exigir atenção quanto à observação e acompanhamento da série histórica. No Censo Agropecuário 2017 as áreas não contínuas, exploradas por um mesmo produtor, foram consideradas como um único estabelecimento, desde que estivessem situadas no mesmo município, utilizassem os mesmos recursos técnicos (máquinas, implementos e instrumentos agrários, animais de trabalho, etc.) e os mesmos recursos humanos (o mesmo pessoal), e, também, desde que estivessem subordinadas a uma única administração: a do produtor ou a do administrador. No Censo Agropecuário 2006 (e demais), bastava que as áreas não contínuas do estabelecimento estivessem situadas em setores diferentes para que fossem admitidas como estabelecimentos distintos, consideradas algumas particularidades quanto à existência e localização de sua sede.

¹⁹ Magalhães et. al. (2018). Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/192534/1/CNPC-2018-Panorama.pdf>>.

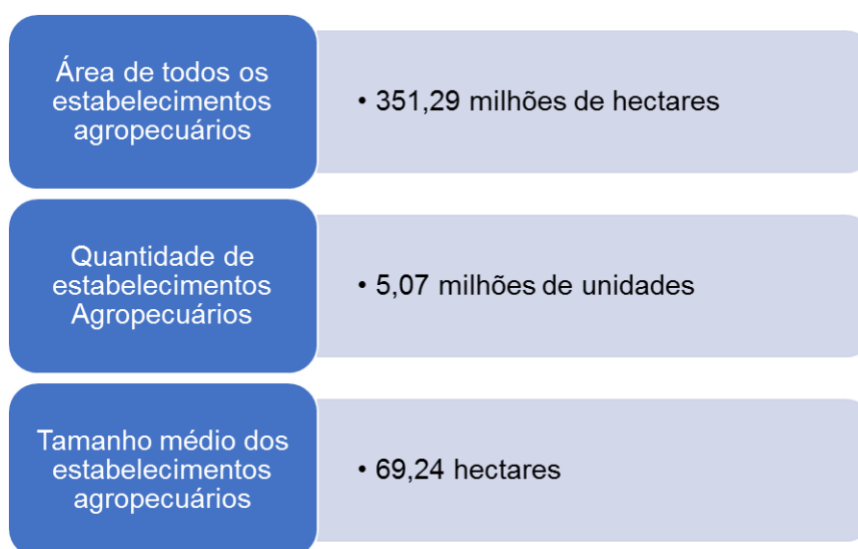
²⁰ PNADC. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e->>.

²¹ De acordo com o IBGE, os microdados consistem no menor nível de desagregação dos dados de uma pesquisa, retratando, sob a forma de códigos numéricos, o conteúdo dos questionários, preservado o sigilo das informações. Os microdados possibilitam aos usuários, com conhecimento de linguagens de programação ou softwares de cálculo, criar suas próprias tabelas. Os microdados da PNADC podem ser acessados em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>>.

Perfil dos Produtores Agropecuários

Segundo o IBGE (2019, p. 62)²², o Censo Agropecuário 2017 visitou 7.534.385 endereços, dos quais 5.073.324 foram identificados como estabelecimentos agropecuários, de forma que essas unidades produtivas estavam subordinadas ou a um produtor ou a um administrador. Esses estabelecimentos totalizaram uma área de 351.289.816 hectares, implicando em uma área média por estabelecimento de 69,24 hectares (Figura 2).

Figura 2. Estabelecimentos agropecuários (área, quantidade e tamanho médio) – 2017



Fonte: Censo Agropecuário 2017.

Ao longo do tempo, de modo geral, observou-se uma expansão dos números de estabelecimentos e da área total correspondente (Gráficos 1 e 2). Porém, como, entre 1920 e 2017, o número de unidades produtivas (682,7%) cresceu mais do que a área (100,6%), o tamanho médio dos estabelecimentos diminuiu, passando de 270,16 para 69,24 hectares – uma contração de 74,4% (Gráfico 3).

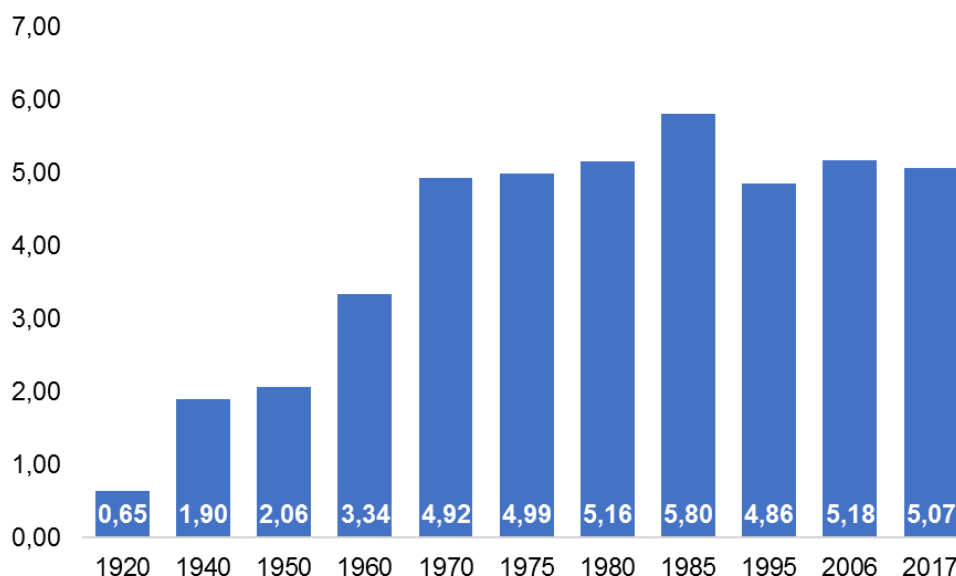
Vale ressaltar que a queda no tamanho médio dos estabelecimentos se deu, principalmente,

²² IBGE (2019). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf>.

entre 1920 e 1940 (retração de 61,6%, de 270,16 para 103,81 hectares), após esse período a contração perdeu ritmo e, desde 1970, se mantém entre 59 e 73 hectares. Considerando os últimos dois Censos Agropecuários (2006 e 2017), nota-se uma leve queda no número de estabelecimentos (-2,0%) e uma alta mais robusta (5,3%) na área total. Com isso, o tamanho médio das unidades produtivas cresceu 7,4%, refletindo o aumento na concentração agrária nos últimos dez anos.

Apesar da suave queda do número de estabelecimentos agropecuários no período mais recente, observa-se que, desde 1970, o número de unidades produtivas vem ficando em torno de 5 milhões, ou seja, relativamente estável. E isso ocorreu mesmo com a grande variedade de circunstâncias que vêm moldando a atividade agropecuária nesse período, como maior emprego de tecnologias e redução da mão de obra empregada (Helfand, Costa e Soares, 2020, p.220)²³.

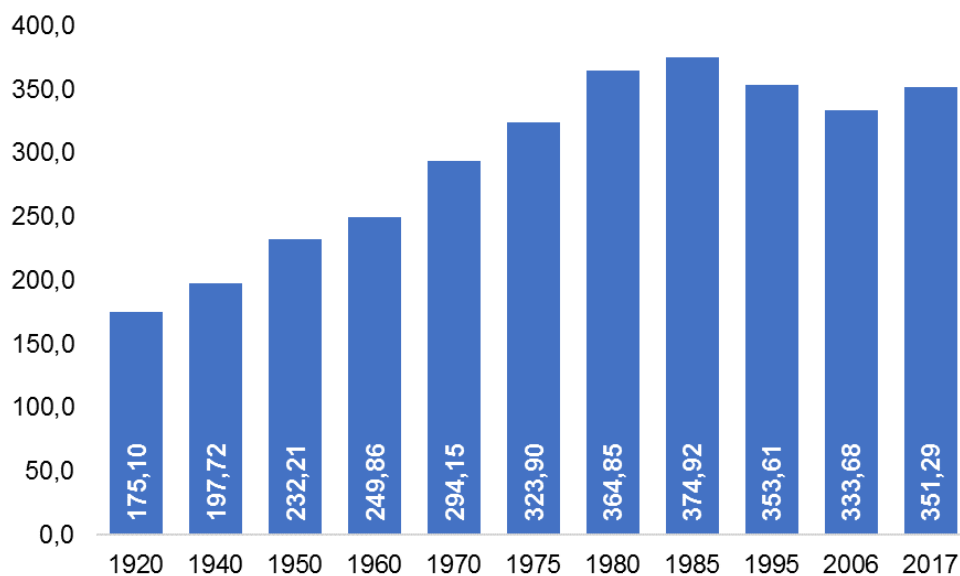
Gráfico 1. Número de estabelecimentos agropecuários (milhões de unidades)



Fonte: Censos Agropecuários (1920 a 2017).

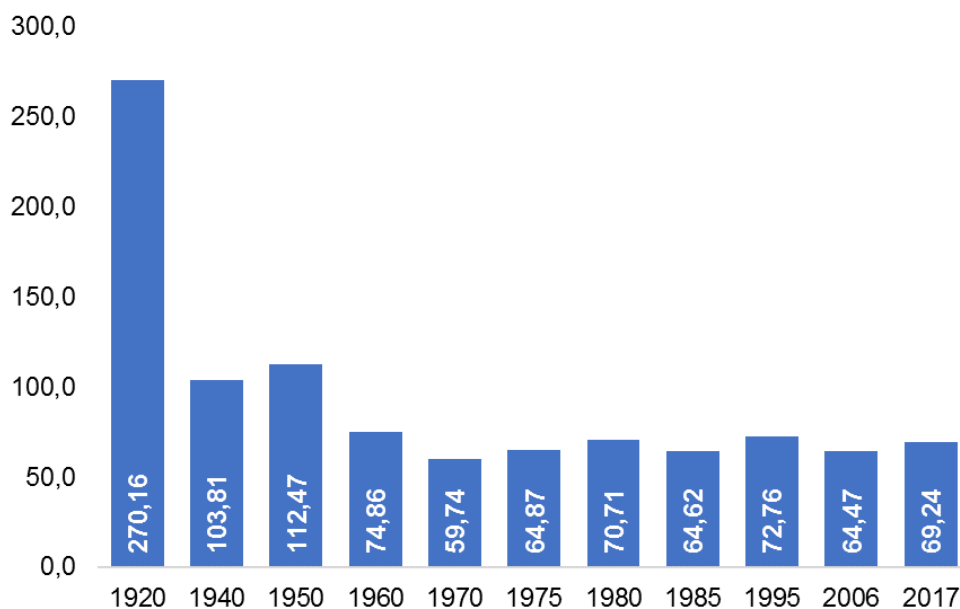
²³ Helfand, Costa e Soares (2020). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/201201_livro_uma_jornada_pelos_contrastes_do_brasil.pdf>.

Gráfico 2. Área total dos estabelecimentos agropecuários (milhões de hectares)



Fonte: Censos Agropecuários (1920 a 2017).

Gráfico 3. Tamanho médio dos estabelecimentos agropecuários (hectares)

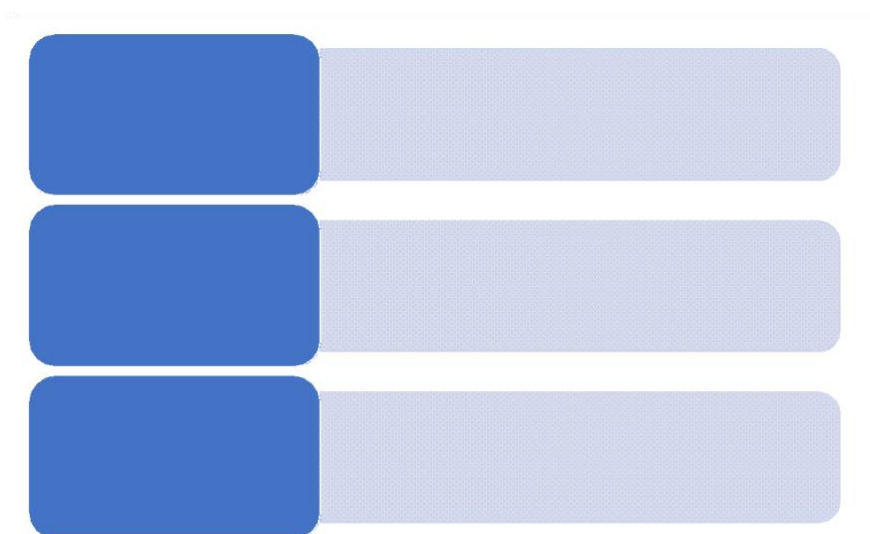


Fonte: Censos Agropecuários (1920 a 2017).

Perfil do produtor que dirige o estabelecimento agropecuário

Vale lembrar que cada um dos estabelecimentos consultados pelo Censo Agropecuário 2017 estava subordinado a uma única administração: seja a do produtor²⁴ ou a do administrador²⁵. Porém, constata-se que a participação do administrador no total é irrisória. De acordo com o Censo Agropecuário 2017, do total de 5,07 milhões de estabelecimentos agropecuários no país, 5,06 milhões eram dirigidos pelo produtor (ou seja, 99,7%) (Figura 3).

Figura 3. Estabelecimentos agropecuários dirigidos pelo produtor (área, quantidade e tamanho médio)



Fonte: Censo Agropecuário 2017.

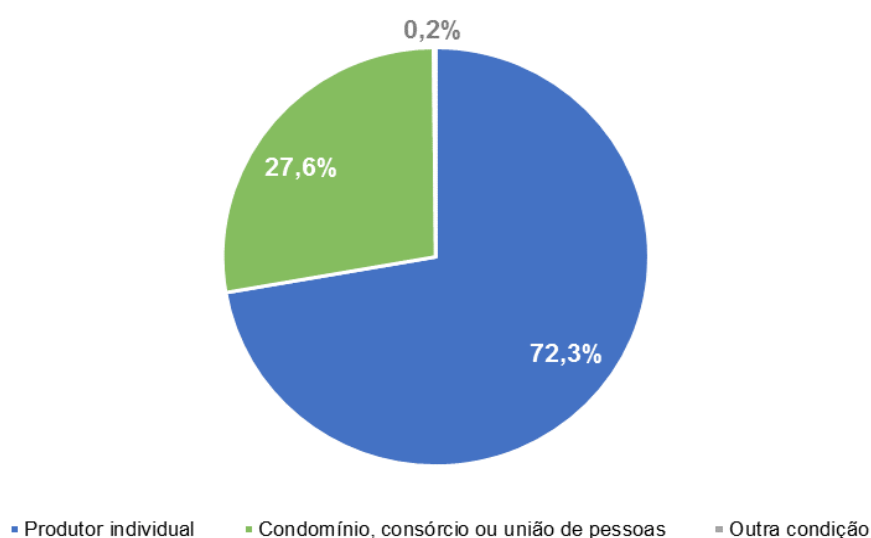
É importante ressaltar que, além disso, do total de estabelecimentos agropecuários dirigidos pelo produtor, 72,3% tinha o produtor individual como responsável e 27,6% tinha um condomínio, consórcio ou união de pessoas²⁶ para cuidar da atividade produtiva (Gráfico 4).

²⁴ De acordo com o IBGE, produtor é a pessoa física, independentemente do sexo, ou a pessoa jurídica responsável pelas decisões na utilização dos recursos, e que exerce o controle administrativo das operações que envolvem a exploração do estabelecimento agropecuário. O produtor tem a responsabilidade econômica ou técnica da exploração e pode exercer todas as funções direta ou indiretamente, por meio de um administrador (no caso do produtor ser uma pessoa jurídica). Não se deve confundir o produtor com o proprietário das terras. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf>.

²⁵ De acordo com o IBGE, o administrador é a pessoa física, independentemente do sexo, que assume a responsabilidade da gestão do estabelecimento agropecuário em nome do produtor.

²⁶ Quando o produtor é uma união de pessoas, como: casal, pais e filhos, amigos, um condomínio ou um consórcio

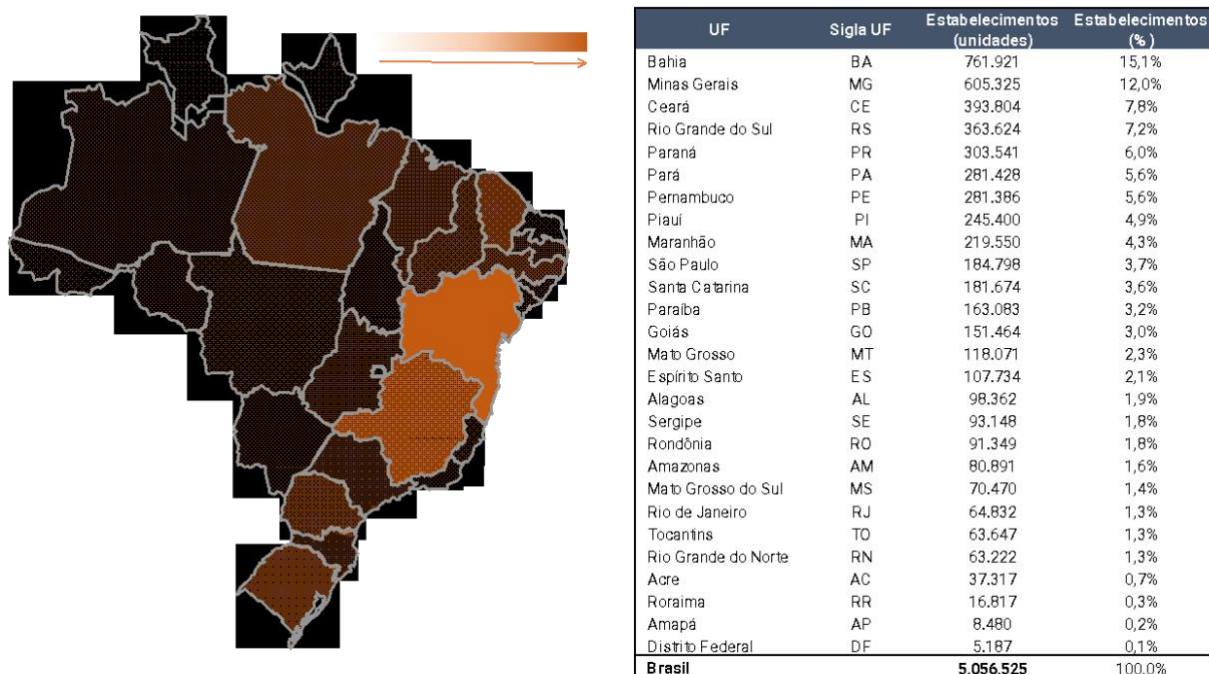
Gráfico 4. Estabelecimento agropecuários dirigidos pelo produtor, por condição legal do produtor – participação no total de estabelecimentos (%)



Fonte: Censo Agropecuário 2017.

As Unidades da Federação (UF) com mais estabelecimentos agropecuários dirigidos pelo produtor, em 2017, foram: Bahia, Minas Gerais, Ceará, Rio Grande do Sul e Paraná. Juntos, esses estados corresponderam a quase metade (48,1%) do total de estabelecimentos do país. A representatividade conjunta desses Estados manteve-se praticamente constante frente ao Censo Agropecuário de 2006 (48,4%). As UFs com menos estabelecimentos agropecuários foram: Acre, Roraima, Amapá e Distrito Federal, com uma participação conjunta de apenas 1,3% do total (Figura 4).

Figura 4. Número de estabelecimento agropecuários dirigidos pelo produtor, por Unidade da Federação (UF) – 2017 – unidades e participação no total (%)



Fonte: Censo Agropecuário 2017.

No que se refere à condição em relação à terra, de acordo com o IBGE, o produtor agropecuário pode ser: (i) proprietário²⁷, (ii) concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva²⁸; (iii)

²⁷ Isto é, dono da terra.

²⁸ Segundo o IBGE, o produtor é concessionário ou assentado quando a área produtiva é concedida por órgão fundiário e à qual ainda não havia sido outorgado o título definitivo de propriedade até a data de referência, como: título de domínio ou concessão de direito real de uso, título de ocupação colonial, título provisório ou outro (inclusive em regime de posse não titulada), e assentamentos. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf>.

arrendatário²⁹; (iv) parceiro³⁰; (v) comodatário³¹; (vi) ocupante³²; ou (vi) produtor sem área³³. Segundo o Censo Agropecuário 2017, a maior parte dos estabelecimentos é dirigida pelos próprios proprietários, representando 81,0% do total. Em seguida, vem os produtores que são concessionários ou assentados aguardando titulação definitiva da terra (5,1%) e, depois, os comodatários (4,9%)³⁴, os arrendatários (3,2%), os parceiros (2,3%), os ocupantes (2,1%) e, por fim, os produtores sem área (2,1%) (Gráfico 5).

É relevante destacar que, entre os Censos Agropecuários, houve aumento de participação dos estabelecimentos dirigidos pelo próprio proprietário, em detrimento, de modo geral, dos demais tipos de condição do produtor em relação às terras. Contudo, é possível notar ainda uma precariedade da relação do produtor com a terra, uma vez que 19% ainda estão na condição distinta de proprietário. Isso não é desejável, pois, como mostra Santana e Santos (2021, p.196)³⁵, a condição legal da terra é um fator que implica maior ou menor segurança jurídica, acesso a políticas públicas, empréstimos, seguros e garantias, qualquer que seja a condição do produtor.

Gráfico 5. Estabelecimento agropecuários dirigidos pelo produtor, por condição em relação às terras (2006 e 2017) – participação no total de estabelecimentos (%)

²⁹ Quando, de acordo com o IBGE, a área é de propriedade de terceiros e estava sendo explorada pelo produtor mediante pagamento, previamente ajustado, de uma quantia fixa, em dinheiro ou sua equivalência em produtos. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf>.

³⁰ De acordo com o IBGE, quando a área é de propriedade de terceiros e estava sendo explorada pelo produtor mediante pagamento, previamente ajustado, de parte da produção (meia, terça, quarta etc.). Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf>.

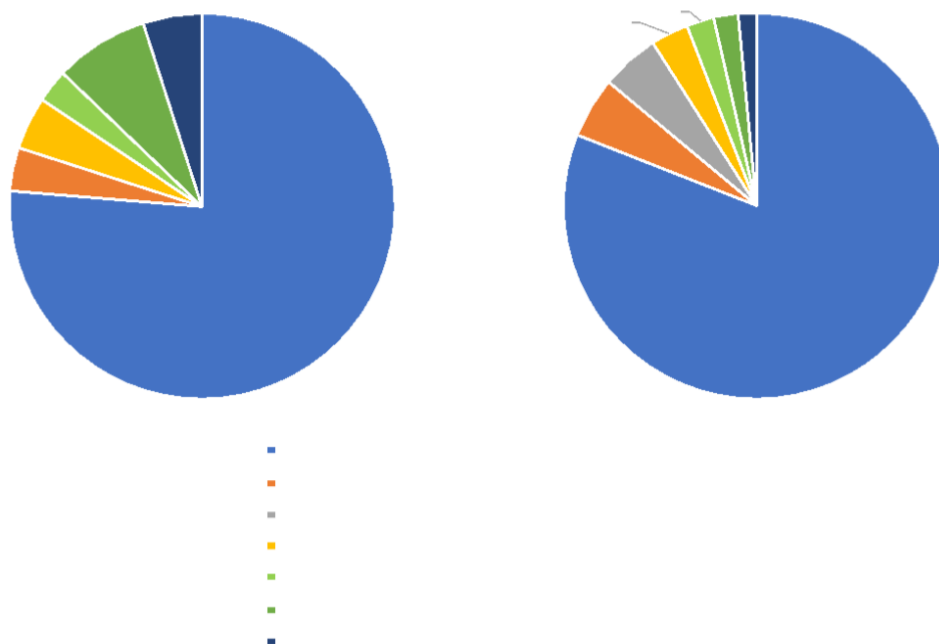
³¹ Para o IBGE, áreas de terra em regime de comodato se dá quando a área é de propriedade de terceiros e, na data de referência, estava sendo explorada pelo produtor mediante contrato ou acerto entre as partes, no qual somente o produtor (comodatário) assume as obrigações. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf>.

³² Quando, segundo o IBGE, a área (pública ou particular) é de propriedade de terceiros, e o produtor nada pagava pelo seu uso (ocupação ou posse). Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf>.

³³ Segundo o IBGE, foi atribuída a categoria produtor sem área quando não houvesse registro da área e da utilização das terras do estabelecimento. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf>.

³⁴ Essa condição do produtor em relação à terra não foi considerada no Censo Agropecuário 2006.

³⁵ Santana e Santos (2021). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10490/1/brua_23_artigo16.pdf>.

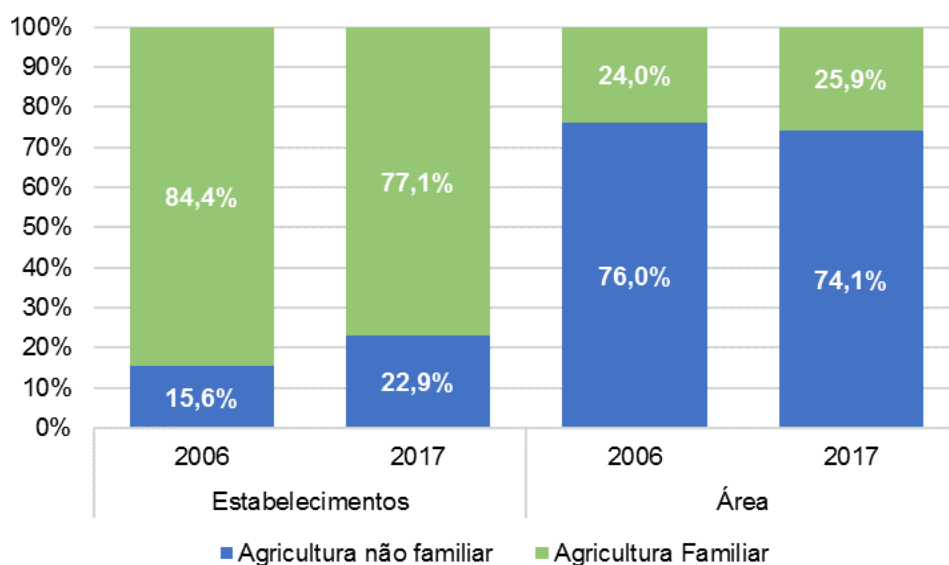


Fonte: Censos Agropecuários (2006 e 2017).

Além disso, observa-se que a maioria dos estabelecimentos dirigidos pelo produtor, de acordo com o último Censo Agropecuário, tem a agricultura familiar³⁶ (77,1%) como meio de produção. Porém, como, geralmente, são unidades produtivas de pequeno porte, o total de área correspondente a esse tipo de agricultura representa a menor parte: apenas 25,9% do total (Gráfico 6). Logo, constata-se que, em média, a área destinada a agricultura familiar é de 20,76 hectares enquanto que a destinada para a agricultura não familiar é de 200,0 hectares. Assim, um estabelecimento agropecuário sem a agricultura familiar é, em média, quase dez vezes maior do que aquele em que a agricultura familiar está presente.

Gráfico 6. Número de estabelecimento agropecuários dirigidos pelo produtor e área correspondente, por tipo de agricultura (familiar ou não) (2006 e 2017) – participação no total de estabelecimentos e de área (%)

³⁶ De acordo com a Lei 11.326 de 2006, para ser classificado como agricultura familiar, o estabelecimento agropecuário deve ser de pequeno porte (até 4 módulos fiscais), utilizar predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento; a atividade agrícola no estabelecimento deve compor, no mínimo, metade da renda familiar e ter gestão estritamente familiar. Disponível em: <[33](https://legis.senado.leg.br/scleg-getter/documento?dm=4080268&disposition=inline#:~:text=JULHO%20DE%202006,-,Estabelece%20as%20diretrizes%20para%20a%20formula%C3%A7%C3%A3o%20da%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20da,Art.>>.</p>
</div>
<div data-bbox=)



Fonte: Censos Agropecuários (2006 e 2017).

Ao longo do tempo³⁷, houve redução na proporção de estabelecimentos com agricultura familiar, mas aumento da área correspondente. Isso porque, enquanto o número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar contraiu 10,7% a área correspondente aumentou em 1,0% entre os dois últimos Censos Agropecuários. No mesmo período, a quantidade de estabelecimentos sem agricultura familiar cresceu 43,2%, mas a área contraiu em 8,6%.

Do total de estabelecimentos com agricultura familiar, apenas 35,4% possuíam, em 2017, de forma consciente, a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP). O restante (64,6%) ou não sabiam se tinham ou não possuíam efetivamente a DAP (Gráfico 7).

Essa condição de grande parte dos produtores agropecuários não é benéfica, uma vez que, de acordo com o MAPA (2019)³⁸, a DAP é um instrumento utilizado para identificar o agricultor familiar, configurando-se como a “porta de entrada” desse tipo de produtor às políticas públicas de incentivo à produção e geração de renda. Assim, a falta de acesso à DAP por parte do produtor, dificulta sobremaneira o acesso às políticas destinadas à agricultura familiar.

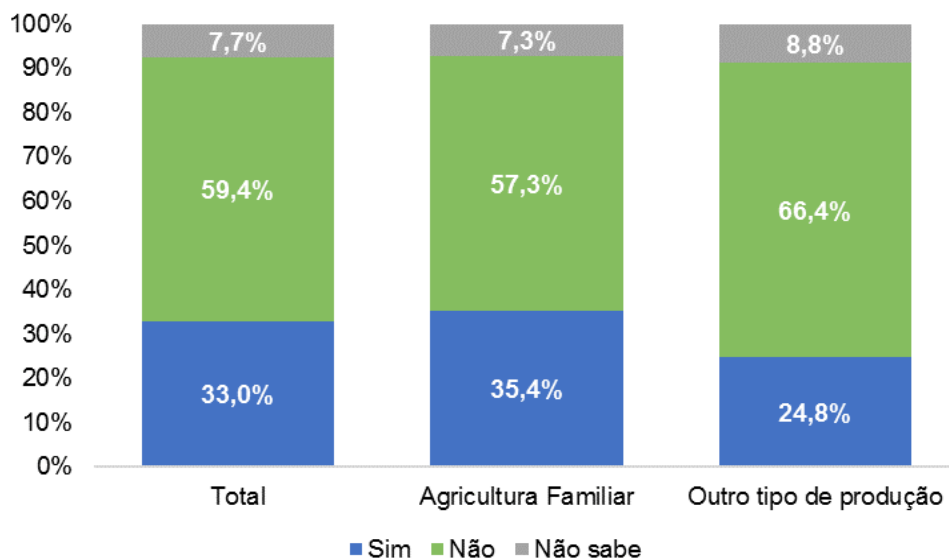
Vale ressaltar que, além dos agricultores familiares, a DAP pode ser também alcançada pelos pescadores artesanais, aquicultores, maricultores, silvicultores, extrativistas, quilombolas,

³⁷ O IBGE destaca que as informações referentes à agricultura familiar foram atualizadas conforme a legislação e as variáveis disponíveis no Questionário do Censo Agropecuário 2017. Portanto, não são comparáveis diretamente com as divulgadas no Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf>.

³⁸ MAPA (2019). Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/dap>>.

indígenas, assentados da reforma agrária e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Dessa forma, entre os produtores que não são pertencentes à agricultura familiar, apenas 24,8% tinham a posse da DAP, em 2017.

Gráfico 7. Número de estabelecimento agropecuários dirigidos pelo produtor, por posse da DAP (2017) – participação no total de estabelecimentos (%)



Fonte: Censo Agropecuário (2017).

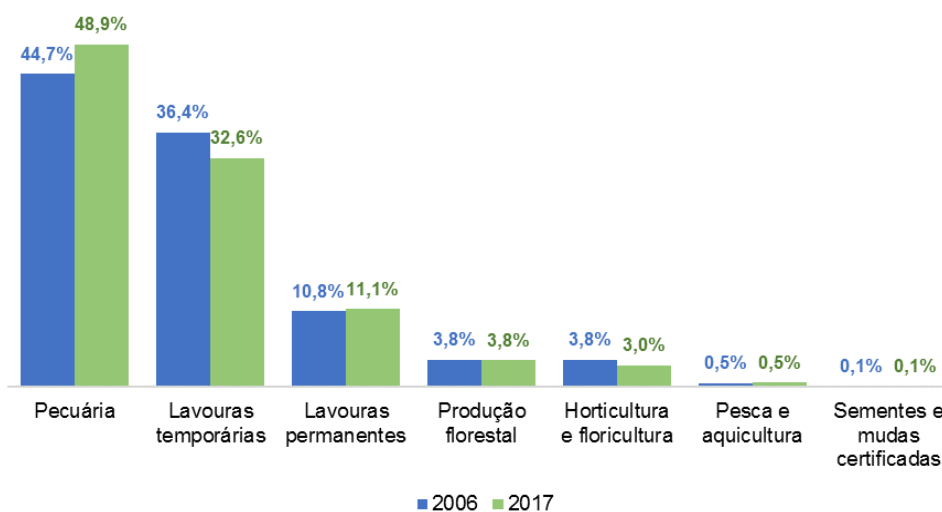
Através das informações do Censo Agropecuário 2017, nota-se que a maior parte dos estabelecimentos agropecuários do país (familiares ou não) tinham a pecuária (48,9%) como atividade predominante³⁹. Em seguida estão: as lavouras temporárias⁴⁰ (32,6%), as lavouras permanentes⁴¹ (11,1%) e a produção florestal (3,8%). Por sua vez, horticultura, floricultura, pesca, aquicultura e produção de sementes e mudas certificadas corresponderam, conjuntamente, à atividade predominante de apenas 3,6% dos produtores agropecuários (Gráfico 8).

³⁹ De acordo com o IBGE, a atividade econômica do estabelecimento foi identificada como aquela correspondente à predominância simples do maior valor da produção, consideradas as especificidades de cada atividade. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf>.

⁴⁰ Segundo o IBGE, lavoura temporária é a modalidade de lavoura que é caracterizada por cultura de curta ou média duração e que normalmente necessita de um novo plantio após a colheita, como o arroz, o abacaxi, o algodão herbáceo, o feijão, o milho, a soja, o tomate industrial, entre outros produtos. Cana-de-açúcar, mandioca e mamona foram considerados como produtos da lavoura temporária. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf>.

⁴¹ De acordo com o IBGE, lavoura permanente é a modalidade de lavoura que é caracterizada por cultura de longa duração, capaz de proporcionar colheita por vários anos sucessivos sem necessidade de novo plantio, como o abacate, a banana, a ameixa, o cacau, o café, a laranja, a seringueira plantada, entre outros produtos.

Gráfico 8. Número de estabelecimento agropecuários dirigidos pelo produtor, por atividade econômica (2006 e 2017) – participação no total de estabelecimentos (%)



Fonte: Censos Agropecuários (2006 e 2017).

Além disso, ressalta-se que, em 2017, a maior parte dos estabelecimentos agropecuários tinha o objetivo de comercializar⁴² sua produção (59,5%), porém, uma parcela relevante dos estabelecimentos produzia apenas para o consumo próprio ou de seus familiares (40,5%) (Gráfico 9).

Do total de estabelecimentos que comercializaram sua produção no período de referência do Censo Agropecuário 2017, 55,3% receberam uma renda maior do que outras rendas obtidas pelo produtor. Essa proporção cai para 22,0% entre os estabelecimentos que utilizaram a produção para o consumo próprio ou de sua família – ou seja, 78,0% dos produtores dos estabelecimentos que não realizaram a comercialização de sua produção receberam uma renda maior em outras atividades (Gráfico 10).

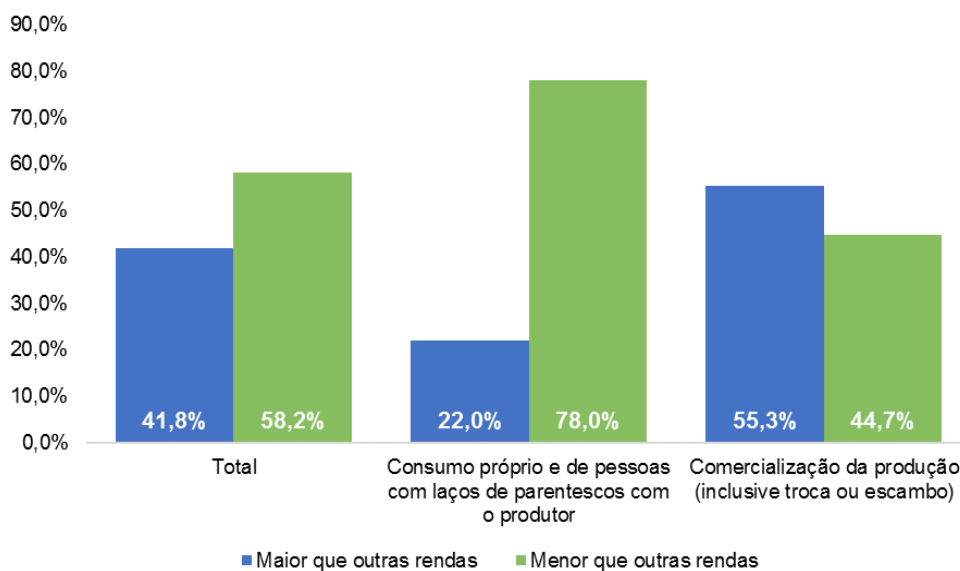
⁴² Considera-se aqui também a troca ou escambo.

Gráfico 9. Número de estabelecimento agropecuários dirigidos pelo produtor, por finalidade principal da produção agropecuária do estabelecimento (2017) – participação no total de estabelecimentos (%)



Fonte: Censo Agropecuário (2017).

Gráfico 10. Número de estabelecimento agropecuários dirigidos pelo produtor, por renda obtida com as atividades desenvolvidas no estabelecimento (2017) – participação no total de estabelecimentos (%)

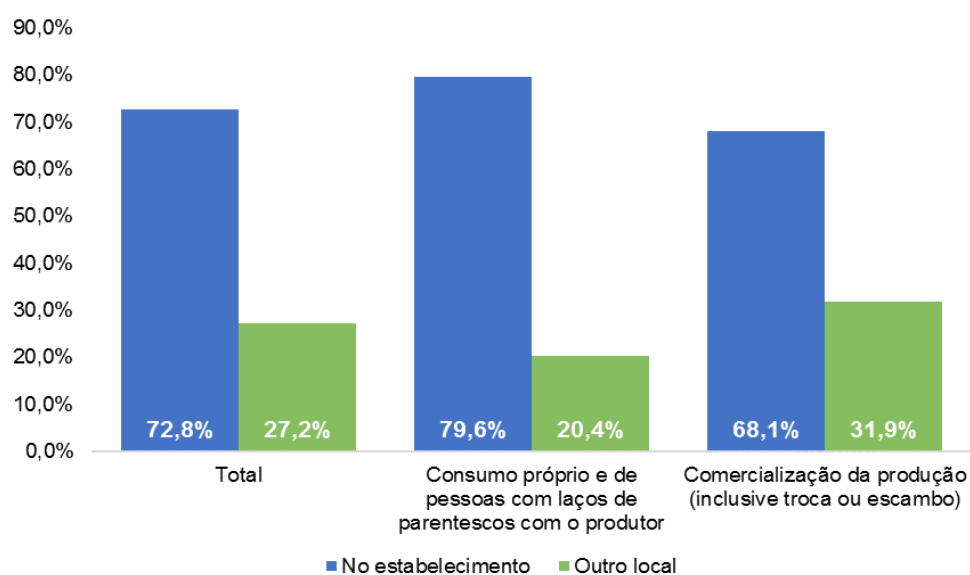


Fonte: Censo Agropecuário (2017).

Em média, 72,8% dos produtores moram no próprio estabelecimento agropecuário, sendo que essa proporção aumenta entre aqueles que produzem para o consumo próprio (79,6%) e diminui entre os que produzem para comercialização (68,1%) (Gráfico 11).

Nesse sentido, para DelGrossi e Balsadi (2020, p. 215)⁴³, isso indica que a maioria dos produtores continuam residindo nas áreas rurais do Brasil, o que reforça a necessidade de políticas públicas complementares aos tradicionais instrumentos de política agrícola. Assim, de acordo com os autores, aspectos ligados à saúde, à habitação, ao lazer, à cultura, à conectividade e aos serviços sociais básicos devem ser considerados nas políticas para que se promovam melhores condições de vidas para essas pessoas.

Gráfico 11. Número de estabelecimento agropecuários dirigidos pelo produtor, por residência (2017) – participação no total de estabelecimentos (%)



Fonte: Censo Agropecuário (2017).

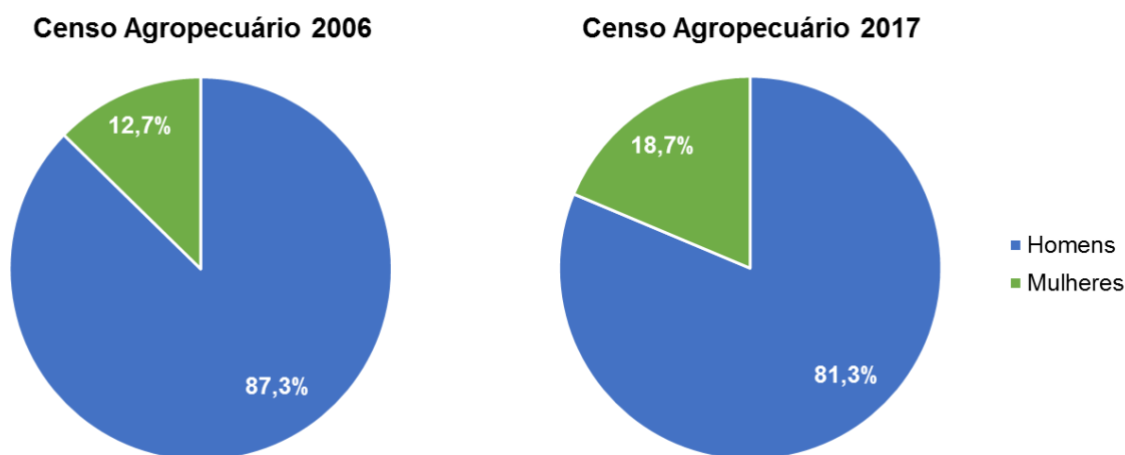
Do total de 5,06 milhões de estabelecimentos dirigidos pelo produtor no período de referência do Censo Agropecuário 2017, 81,3% era de responsabilidade de um homem e 18,7% de uma mulher. Para Maia (2020, p. 74)⁴⁴, as mulheres são mais propensas que os homens a abandonarem a atividade agropecuária, devido tanto a fatores de repulsão (as atividades agropecuárias priorizariam o trabalho masculino) quanto a fatores de atração (melhores oportunidades de emprego e acesso a uma série de serviços sociais nas áreas urbanas).

⁴³ DelGrossi e Balsadi (2020). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/201201_livro_uma_jornada_pelos_contrastes_do_brasil.pdf>.

⁴⁴ Maia (2020). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/201201_livro_uma_jornada_pelos_contrastes_do_brasil.pdf>.

Vale lembrar que, apesar de a direção da produção agropecuária ainda ser realizada, majoritariamente, por pessoas do sexo masculino, a participação das mulheres aumentou ao longo do tempo, uma vez que, em 2006, apenas 12,7% dos estabelecimentos estavam submetidos a uma mulher. Assim, entre os dois Censos Agropecuários, enquanto o número de mulheres dirigindo os estabelecimentos cresceu 44,2%, o de homens contraiu em 9,0% (Gráfico 12).

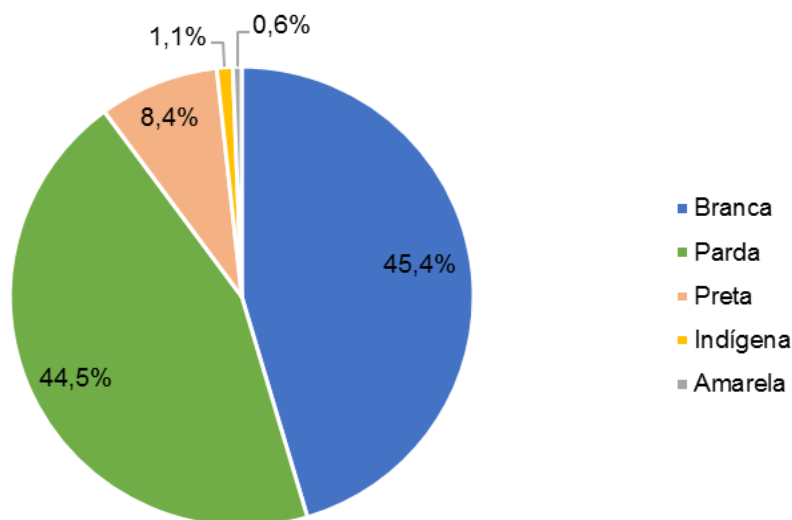
Gráfico 12. Número de estabelecimento agropecuários dirigidos pelo produtor, por sexo (2006 e 2017) – participação no total de estabelecimentos (%)



Fonte: Censos Agropecuários (2006 e 2017).

Além disso, a maior parte dos produtores agropecuários que dirigem os estabelecimentos era, em 2017, pessoas da cor ou raça branca e parda, representando, respectivamente, 45,4% e 44,5% do total. Os produtores de cor ou raça preta corresponderam a 8,4%, a indígena representa 1,1% e a amarela 0,6%. Vale lembrar que essa é a primeira vez que o Censo Agropecuário pesquisou a cor ou raça do produtor que dirige o estabelecimento, portanto, não é possível comparar com o Censos Agropecuários anteriores (Gráfico 13).

Gráfico 13. Número de estabelecimento agropecuários dirigidos pelo produtor, por cor ou raça (2017) – participação no total de estabelecimentos (%)



Fonte: Censo Agropecuário (2017).

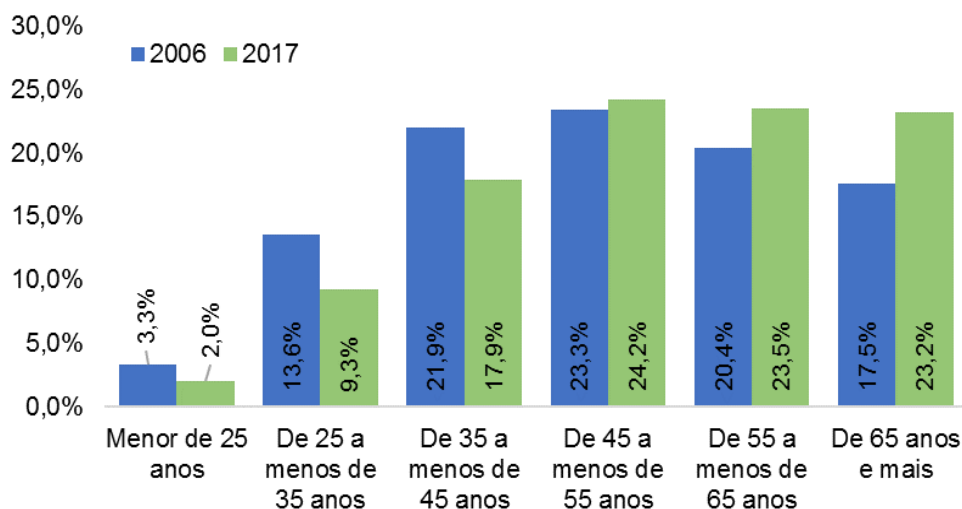
Em relação à idade, constata-se que, em 2017, 70,9% dos produtores que dirigiam os estabelecimentos agropecuários tinham 45 anos ou mais. Em 2006, essa proporção era de 61,2%. Ou seja, com o passar dos anos, os produtores têm, naturalmente, ficado mais velhos e, ao mesmo tempo, não está tendo uma renovação de produtores mais jovens, uma vez que a participação dos produtores com menos de 45 anos caiu de 38,8% para 29,1% entre os dois últimos Censos Agropecuários (Gráfico 14).

Para Maia (2020, p. 74)⁴⁵, os residentes rurais mais jovens e mais qualificados são atraídos por melhores oportunidades no mercado de trabalho e na vida social em geral, como um acesso mais fácil à assistência médica e à educação para seus filhos nas áreas urbanas. Nesse sentido, para DelGrossi e Balsadi (2020, p. 217)⁴⁶, o persistente envelhecimento dos responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários necessita de maior atenção para fins de políticas públicas, uma vez que pode sinalizar dificuldades no processo de sucessão rural no futuro.

⁴⁵ Maia (2020). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/porta/imagens/stories/PDFs/livros/livros/201201_livro_uma_jornada_pelos_contrastes_do_brasil.pdf.

⁴⁶ DelGrossi e Balsadi (2020). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/porta/imagens/stories/PDFs/livros/livros/201201_livro_uma_jornada_pelos_contrastes_do_brasil.pdf.

Gráfico 14. Número de estabelecimento agropecuários dirigidos pelo produtor, por idade (2006 e 2017) – participação no total de estabelecimentos (%)



Fonte: Censos Agropecuários (2006 e 2017).

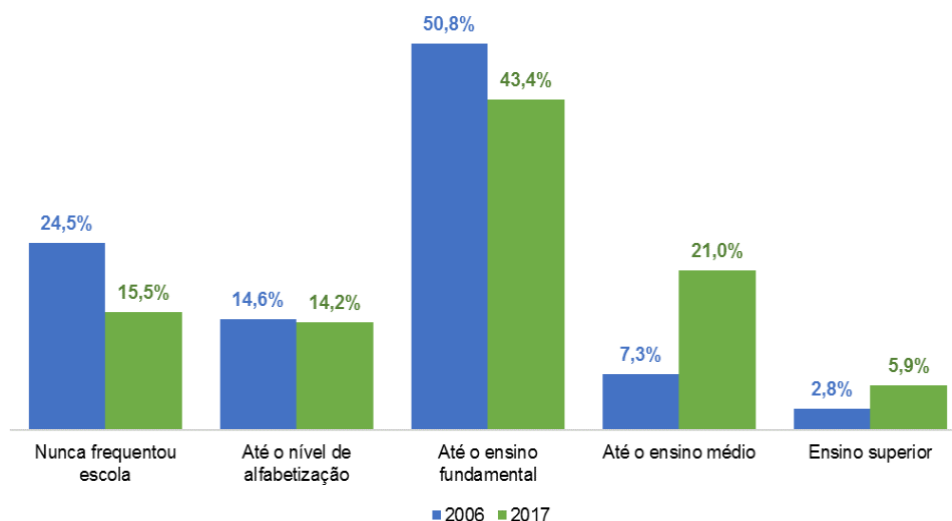
O produtor agropecuário que dirige o estabelecimento tem, em média, baixa qualificação. Ou seja, de acordo com as informações de 2017, 73,1% dos produtores tinham até o ensino fundamental, 21,0% tinham até o ensino médio e 5,9% tinham o ensino superior (Gráfico 15).

A escolaridade baixa dos produtores não é benéfica, uma vez que, assim como mostra Souza, Gomes e Alves (2020, p. 39)⁴⁷, a mão de obra qualificada e os insumos tecnológicos, são os principais impulsionadores da inserção produtiva e da redução da pobreza nos campos.

Apesar disso, é relevante ressaltar, houve uma evolução positiva entre os dois Censos Agropecuários, uma vez que, no de 2006, 89,9% tinham até o ensino fundamental e apenas 10,1% tinham acima desse nível de escolaridade (Gráfico 15).

⁴⁷ Souza, Gomes e Alves (2020). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/201201_livro_uma_jornada_pelos_contrastes_do_brasil.pdf>.

Gráfico 15. Número de estabelecimento agropecuários dirigidos pelo produtor, por escolaridade do produtor (2006 e 2017) – participação no total de estabelecimentos (%)



Fonte: Censos Agropecuários (2006 e 2017).

O nível de escolaridade, como mostra Conceição (2020, p. 44)⁴⁸, apresenta-se como uma variável-chave para o desenvolvimento, uma vez que ele dará o suporte, do ponto de vista do capital humano, para que as orientações técnicas possam ser absorvidas e utilizadas corretamente. Além de que, a baixa escolaridade pode fazer com que o produtor não dê a devida importância para a orientação técnica, explicando, pelo menos em parte, o reduzido acesso à esse tipo de assistência por parte dos produtores rurais, uma vez que a maioria deles, em 2017, não recebeu nenhum tipo de orientação técnica⁴⁹ (80,0%) (Gráfico 16).

Em 2006, essa proporção era ligeiramente menor (77,9%), o que evidencia que não houve evolução positiva nesse quesito ao longo do tempo, o que é mais um aspecto negativo, já que, assim como mostra Magalhães et. al. (2018, p.11)⁵⁰, a dificuldade de acesso à assistência técnica é um problema muito citado entre os entraves da produção.

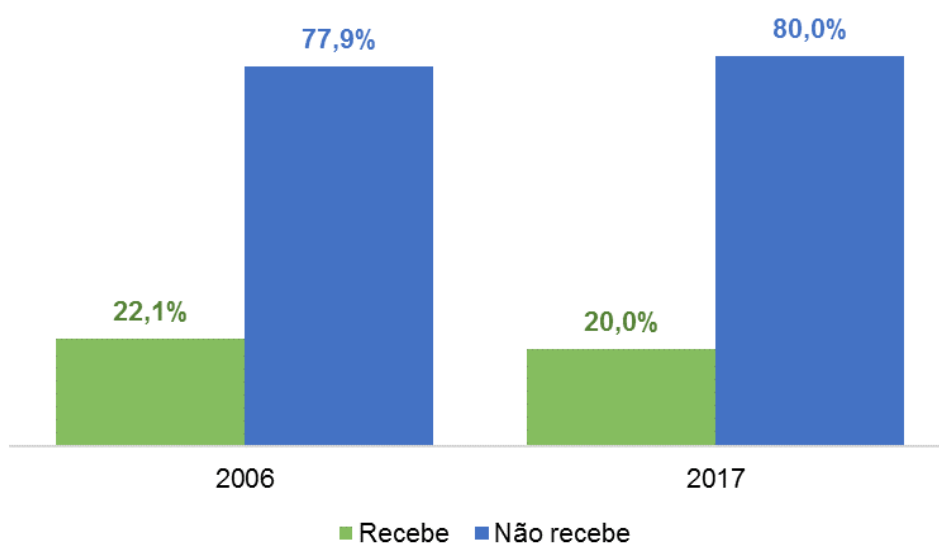
⁴⁸ Conceição (2020). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10474/1/brua_23_artigo3.pdf>.

⁴⁹ De acordo com o IBGE, considerou-se como orientação técnica especializada a assistência prestada ao estabelecimento agropecuário por profissionais habilitados, como engenheiros agrônomos, fl orestais ou agrícolas, veterinários, zootecnistas, biólogos, técnicos agrícolas, tecnologistas de alimentos ou economistas domésticos, com a finalidade de transmitir conhecimento e orientar os produtores agropecuários. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf>.

⁵⁰ Magalhães et. al. (2018). Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/192534/1/CNPC-2018-Panorama.pdf>>.

Para Guanziroli, Di Sabbato e Buanain (2020, p.195)⁵¹, a melhora na produtividade dos estabelecimentos agropecuários (sobretudo, nos de agricultura familiar), depende, primordialmente, do acesso à assistência técnica que lhes permita introduzir avanços tecnológicos na produção. Assim, de acordo com os autores, se este atendimento cai, obviamente, sentir-se-á nos rendimentos físicos da terra e do trabalho.

Gráfico 16. Número de estabelecimento agropecuários dirigidos pelo produtor, por orientação técnica (2006 e 2017) – participação no total de estabelecimentos (%)



Fonte: Censos Agropecuários (2006 e 2017).

Entre aqueles produtores que receberam algum tipo de orientação técnica, as principais origens dessa assistência ao estabelecimento agropecuário, em 2017, foram: governo⁵² (33,0%), própria ou contratada pelo produtor⁵³ (26,1%) e cooperativas⁵⁴ (21,3%). Juntas, são origem de 80,5%

⁵¹ Guanziroli, Di Sabbato e Buanain (2020). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/201201_livro_uma_jornada_pelos_contrastes_do_brasil.pdf>.

⁵² Governos federal, estaduais ou municipais – quando prestada por técnicos de órgãos governamentais, como a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias - EMBRAPA, Universidades, Secretarias de Agricultura, Empresas de Extensão Rural (EMATER, EMPAER, EPAGRI, Casa da Agricultura etc.), entre outros. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf>.

⁵³ Própria ou contratada pelo produtor – quando prestada por técnicos (pessoas físicas ou consultores) contratados pelo produtor ou quando a pessoa que administra o estabelecimento (produtor ou administrador) possuir habilitação técnica ou formação profissional legalmente autorizada a prestar assistência às atividades desenvolvidas no estabelecimento. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf>.

⁵⁴ Cooperativas – quando prestada por técnicos habilitados de cooperativas, desde que o produtor não tivesse contrato de integração com os mesmos. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf>.

das orientações técnicas recebidas pelos produtores agropecuários. O governo é a principal fontes das assistências aos produtores, porém, ao longo do tempo, perdeu representatividade, uma vez que, em 2006, correspondia a 39,5% do total. Em contrapartida, a orientação própria e por cooperativas ganharam relevância, entre 2006 e 2017 (Gráfico 17).

Além dessas, há outras origens de orientação técnica para o produtor rural, são elas: empresas integradoras⁵⁵, Sistema S⁵⁶, empresas privadas de planejamento⁵⁷, organização não-governamental (ONG)⁵⁸, ou outra origem não especificada anteriormente. No agregado, essas fontes responderam, em 2017, por apenas 19,5% da orientação técnica recebida pelos produtores, perdendo relevância com o passar do tempo, uma vez que, em 2016, representavam 22,2% do total (Gráfico 17).

Para Peixoto (2020, p. 337)⁵⁹, os dados do Censo Agropecuário 2017 relativos ao recebimento de orientação técnica e formas de obtenção de informações revelam que o país tem um longo caminho a percorrer na ampliação da oferta de serviços de assistência técnica e extensão rural, públicos ou privados. Diante disso, de acordo com o autor, o Estado tem um papel importante, tanto como prestador direto de tais serviços, devendo ampliar sua oferta, quanto como indutor da sua oferta em mercados ou segmentos em que há propensão à sua contratação direta pelo produtor diretamente de provedores privados desses serviços. Entretanto, para Peixoto (2020, p. 337)⁶⁰, os agricultores familiares e médios produtores não podem esperar mais uma década para que se registrem tais avanços, sendo, portanto, urgente as mudanças necessárias nas políticas públicas que viabilizem o desenvolvimento socioeconômico da população rural.

⁵⁵ Empresas integradoras – quando prestada por técnicos habilitados de empresas com as quais o produtor tivesse contrato de integração. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf>.

⁵⁶ Sistema S – quando prestada por técnicos do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, Serviço Social do Comércio - SESC, Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Serviço Social da Indústria - SESI, Serviço Social do Transporte - SEST, Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf>.

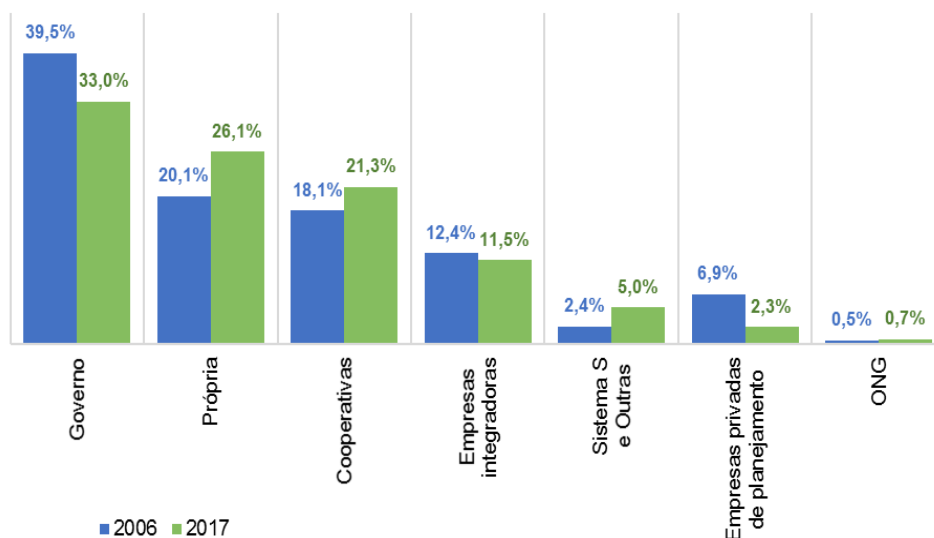
⁵⁷ Empresas privadas de planejamento – quando prestada por técnicos de empresas contratadas pelo produtor. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf>.

⁵⁸ Organização não governamental – quando prestada por técnicos de ONGs. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf>.

⁵⁹ Peixoto (2020). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/201201_livro_uma_jornada_pelos_contrastes_do_brasil.pdf>.

⁶⁰ Peixoto (2020). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/201201_livro_uma_jornada_pelos_contrastes_do_brasil.pdf>.

Gráfico 17. Número de estabelecimento agropecuários dirigidos pelo produtor, por origem da orientação técnica que recebem (2006 e 2017) – participação no total de estabelecimentos (%)



Fonte: Censos Agropecuários (2006 e 2017).

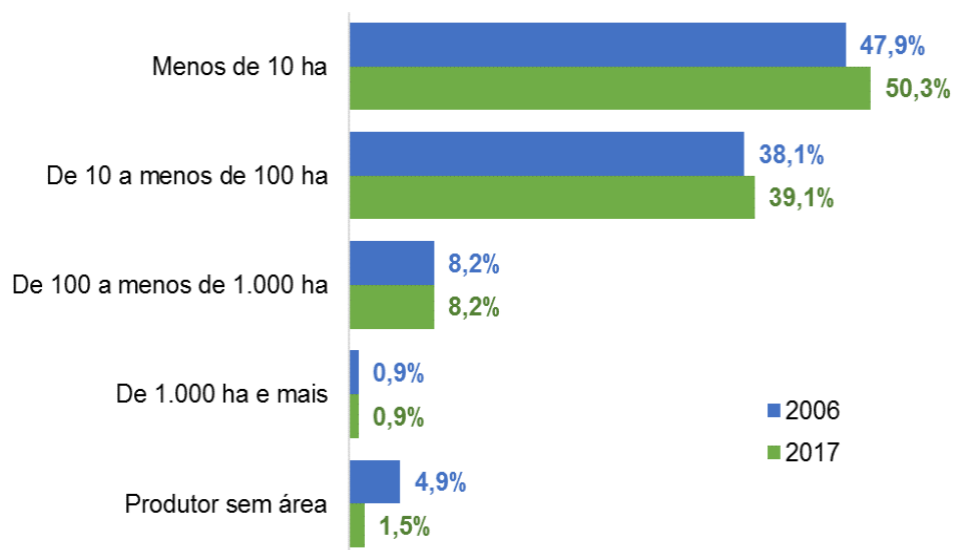
Perfil do produtor que dirige o estabelecimento agropecuário por grupos de área

Quanto à distribuição dos estabelecimentos dirigidos pelo produtor por tamanho, isto é, por grupos de área, observa-se que, na pesquisa de 2017, mais do que a metade (50,3%) das unidades produtivas tinha menos do que 10 hectares. Os estabelecimentos desse porte ganharam ligeira participação frente à pesquisa realizada em 2006, uma vez que respondiam, naquela época, por 47,9% do total (Gráfico 18). As unidades produtivas que possuem de 10 a 100 hectares também ganharam participação entre o período dos dois Censos, porém, de forma bem mais modesta: passou de 38,1% para 39,1%.

Os estabelecimentos de maior porte (acima de 100 hectares), por sua vez, apresentaram estabilidade de sua representatividade (em torno de 9,1%, nas duas pesquisas). Por fim, a participação dos produtores que não possuem área caiu drasticamente, passando de 4,9%, em 2006, para 1,5% em 2017 (Gráfico 18).

Ou seja, fica claro que, de modo geral, os dados indicam relativa estabilidade do número de estabelecimentos entre grupos de área entre os dois últimos Censos Agropecuários, não apresentando nenhuma alteração drástica entre as duas últimas pesquisas.

Gráfico 18. Estabelecimento agropecuários dirigidos pelo produtor, por grupos de tamanho dos estabelecimentos (2006 e 2017) – participação no total de estabelecimentos (%)



Fonte: Censos Agropecuários (2006 e 2017).

Quando se observa o tamanho dos estabelecimentos agropecuários por condição do produtor em relação às terras, constata-se que, quanto maior o porte da unidade produtiva, mais relevante é a participação do proprietário, uma vez que nos estabelecimentos com menos de 10 hectares, os proprietários respondem por 77,7% dos estabelecimentos e no caso de áreas com mais de 1.000 hectares, eles correspondem a 92,3% do total. A mesma dinâmica, de modo geral, ocorre entre os arrendatários. Em contrapartida, a participação dos concessionários ou assentados, parceiros, comodatários e ocupantes diminui conforme aumenta o porte dos estabelecimentos agropecuários sendo, portanto, mais relevantes em estabelecimentos de menor porte (Tabela 2).

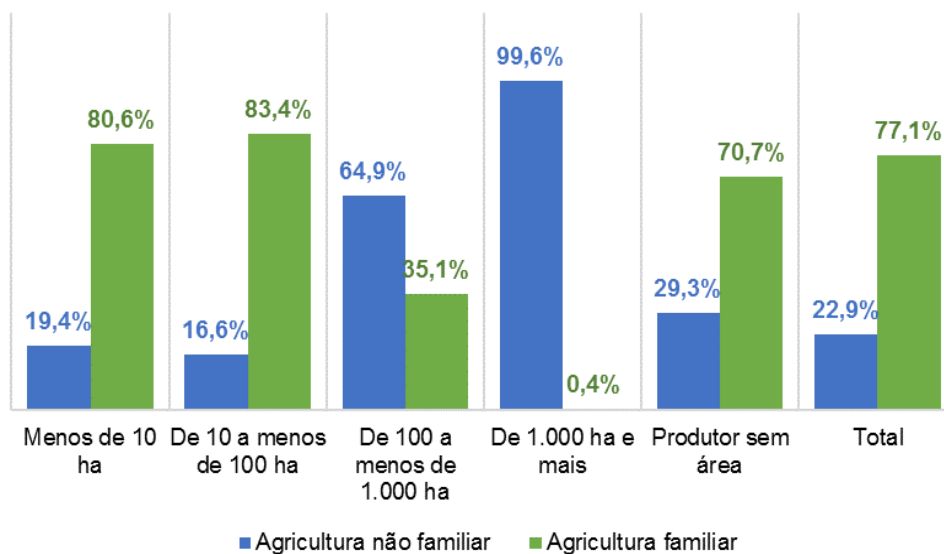
Tabela 2. Estabelecimento agropecuários dirigidos pelo produtor, por condição em relação às terras e grupos de área (2017) – participação no total de estabelecimentos (%)

Condição do produtor	Grupos de área			
	Menos de 10 ha	De 10 a menos de 100 ha	De 100 a menos de 1.000 ha	De 1.000 ha e mais
Proprietário(a)	77,7%	85,9%	91,4%	92,3%
Concessionário(a) ou assentado(a) aguardando titulação definitiva	4,3%	7,2%	1,4%	0,4%
Arrendatário(a)	3,6%	2,5%	4,0%	4,9%
Parceiro(a)	3,4%	1,1%	0,9%	0,8%
Comodatário(a)	7,7%	2,3%	1,5%	0,9%
Ocupante	3,2%	1,0%	0,8%	0,7%

Fonte: Censo Agropecuário (2017).

Considerando os grupos de áreas dos estabelecimentos agropecuários dirigidos pelo produtor, observa-se que, de modo geral e conforme o esperado, quanto maior a área da unidade produtiva, menor é a participação da agricultura familiar. Dessa forma, de acordo com o Censo Agropecuário 2017, mais de 81,0% dos estabelecimentos agropecuários com até 100 hectares tinham a agricultura familiar como forma de produção. No caso das grandes unidades produtivas, com mais de 1.000 hectares, somente 0,4% dos estabelecimentos contavam com esse tipo de produção. O produtor sem área, vale ressaltar, também tem a agricultura familiar como modo de produção predominante, estando presente em 70,7% dos estabelecimentos agropecuários, de acordo com a pesquisa de 2017 (Gráfico 19).

Gráfico 19. Número de estabelecimento agropecuários dirigidos pelo produtor, por tipo de agricultura (familiar ou não) e grupos de área (2017) – participação no total de estabelecimentos (%)



Fonte: Censo Agropecuário (2017).

Quando se leva em conta a área dos estabelecimentos agropecuários, nota-se também que a pecuária e as lavouras temporárias são as atividades predominantes independentemente do tamanho da unidade produtiva. No caso dos produtores sem área e dos estabelecimentos com até 10 hectares, as lavouras temporárias são mais representativas do que a pecuária, porém, nos estabelecimentos com mais de 10 hectares, a pecuária é, de longe, a atividade que predomina (Tabela 3).

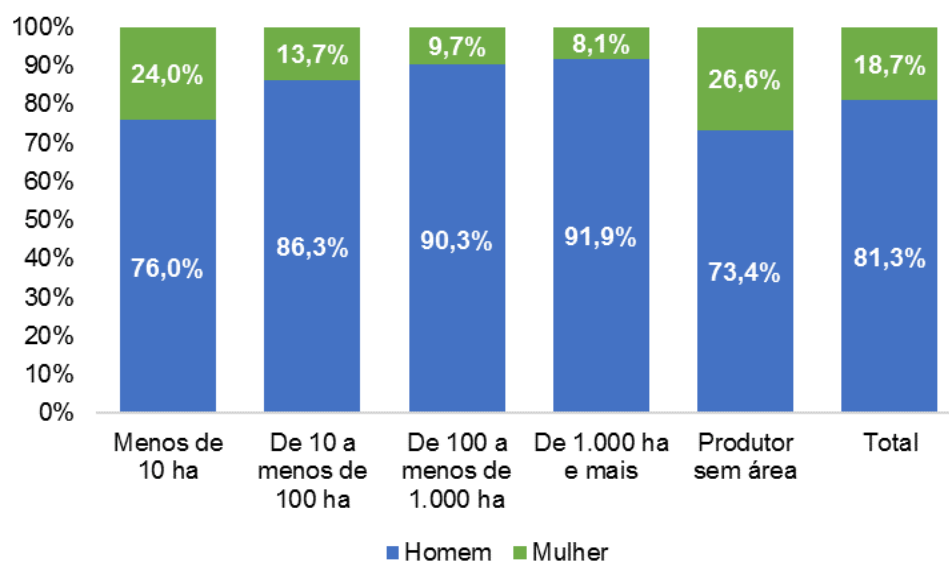
Tabela 3. Número de estabelecimento agropecuários dirigidos pelo produtor, por atividade econômica e grupos de área (2017) – participação no total de estabelecimentos e de área (%)

Atividade econômica	Grupos de área					Total
	Menos de 10 ha	De 10 a menos de 100 ha	De 100 a menos de 1.000 ha	De 1.000 ha e mais	Produtor sem área	
Pecuária	37,6%	59,0%	71,9%	69,9%	24,8%	48,9%
Lavouras temporárias	39,3%	26,1%	19,6%	25,8%	52,5%	32,6%
Lavouras permanentes	13,7%	9,6%	5,1%	1,4%	3,0%	11,1%
Produção florestal	3,9%	3,3%	2,7%	2,3%	17,4%	3,8%
Horticultura e floricultura	4,8%	1,5%	0,4%	0,1%	0,9%	3,0%
Pesca e aquicultura	0,7%	0,4%	0,4%	0,2%	1,4%	0,5%
Sementes e mudas certificadas	0,1%	0,1%	0,1%	0,3%	0,0%	0,1%

Fonte: Censo Agropecuário (2017).

Em relação ao sexo do produtor que dirige o estabelecimento agropecuário, quanto maior o porte, maior é a participação masculina. Ou seja, enquanto que nas unidades produtivas com até 10 hectares os homens representam 76,0% do total, no caso dos estabelecimentos com, no mínimo, 1.000 hectares, a participação masculina chega em 91,9% (Gráfico 20).

Gráfico 20. Número de estabelecimento agropecuários dirigidos pelo produtor, por sexo e grupos de área (2017) – participação no total de estabelecimentos (%)



Fonte: Censo Agropecuário (2017).

Em relação à cor ou raça do produtor que dirige o estabelecimento agropecuário, nota-se que, quanto maior o porte da unidade produtiva, maior é a participação dos brancos. No caso dos estabelecimentos com 1.000 ou mais hectares, sua representatividade chega em 74,9% do total.

A população amarela também ganha participação conforme aumenta o tamanho do estabelecimento, porém, claramente, em uma proporção muito menor: passa de 0,5% em áreas com menos de 10 hectares para 1,2% em áreas com, no mínimo, 1.000 hectares. Os produtores pardos, pretos e indígenas, por sua vez, têm uma participação mais relevante nos estabelecimentos com menos de 10 hectares e entre os produtores que não têm área, porém, eles são minorias independentemente do grupo de área considerado (Tabela 4).

Tabela 4. Número de estabelecimento agropecuários dirigidos pelo produtor, por cor ou raça e grupos de área (2017) – participação no total de estabelecimentos (%)

Cor ou raça	Grupos de área					Total
	Menos de 10 ha	De 10 a menos de 100 ha	De 100 a menos de 1.000 ha	De 1.000 ha e mais	Produtor sem área	
Branca	36,8%	53,5%	61,4%	74,9%	20,6%	45,4%
Parda	50,5%	38,8%	33,1%	21,4%	64,0%	44,5%
Preta	10,5%	6,5%	4,2%	2,3%	12,6%	8,4%
Indígena	1,7%	0,5%	0,3%	0,2%	2,3%	1,1%
Amarela	0,5%	0,7%	0,9%	1,2%	0,4%	0,6%

Fonte: Censo Agropecuário (2017).

Considerando a idade do produtor rural, observa-se que os mais jovens são minoria em todos os portes de estabelecimento agropecuário e quanto maior o estabelecimento, maior é a participação dos produtores mais idosos. Em áreas produtivas com até 10 hectares, a maior representatividade está entre aqueles entre 45 e 55 anos (23,9%). No caso de estabelecimentos a partir de 10 hectares, a participação das pessoas com 65 anos ou mais é mais representativa, chegando em 31,0% no caso dos estabelecimentos com 1.000 ou mais hectares. Em contrapartida, os produtores que não possuem área têm uma relevância maior dos mais jovens frente aos mais idosos (Tabela 5).

Tabela 5. Número de estabelecimento agropecuários dirigidos pelo produtor, por idade e grupos de área (2017) – participação no total de estabelecimentos (%)

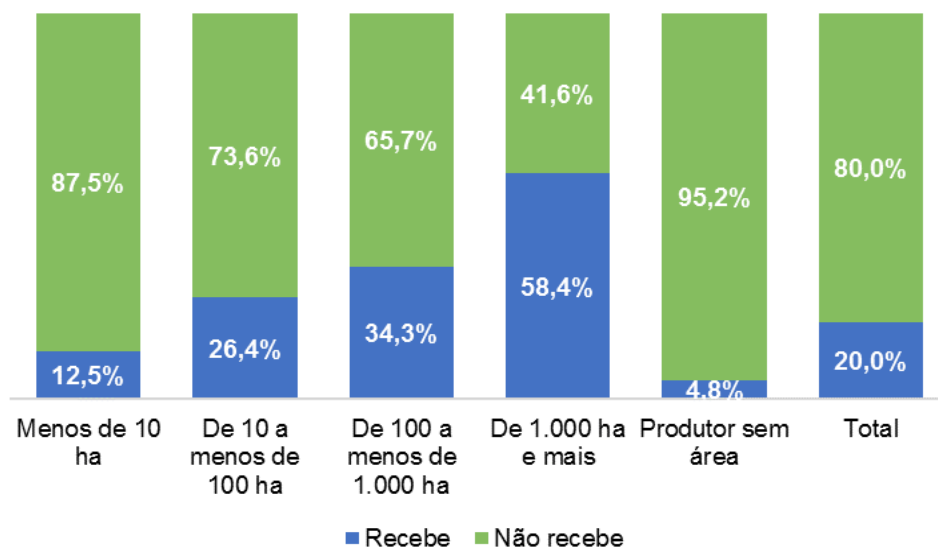
Idade	Grupos de área					Total
	Menos de 10 ha	De 10 a menos de 100 ha	De 100 a menos de 1.000 ha	De 1.000 ha e mais	Produtor sem área	
Menor de 25 anos	2,7%	1,1%	0,8%	0,6%	5,5%	2,0%
De 25 a menos de 35 anos	11,8%	6,6%	5,4%	5,3%	17,7%	9,3%
De 35 a menos de 45 anos	20,1%	15,8%	13,8%	13,2%	24,0%	17,9%
De 45 a menos de 55 anos	23,9%	24,8%	23,8%	22,7%	23,3%	24,2%
De 55 a menos de 65 anos	21,6%	25,5%	25,6%	27,1%	17,4%	23,5%
De 65 anos e mais	19,8%	26,2%	30,6%	31,0%	12,0%	23,2%

Fonte: Censo Agropecuário (2017).

O acesso à orientação técnica também cresce à medida que aumenta a área do estabelecimento agropecuário. Ou seja, apenas 4,8% dos produtores sem área e 12,5% dos produtores responsáveis pelas unidades produtivas com até 10 hectares receberam orientação técnica, no período de referência do Censo Agropecuário 2017. Quando se considera grandes estabelecimentos agropecuários como, por exemplo, os de 1.000 ou mais hectares, 58,4% dos produtores que dirigem essas áreas receberam algum tipo de orientação técnica (Gráfico 21).

Por fim, quanto menor é o tamanho do estabelecimento, maior é a orientação técnica ofertada pelo Governo, seja ele federal, estadual ou municipal. Em contrapartida, nos estabelecimentos maiores, de 100 ou mais hectares, a orientação técnica própria tem maior relevância, chegando em 72,3% do total no caso das áreas a partir de 1.000 hectares (Tabela 6).

Gráfico 21. Número de estabelecimento agropecuários dirigidos pelo produtor, por orientação técnica (recebe e não recebe) e grupos de área (2017) – participação no total de estabelecimentos (%)



Fonte: Censo Agropecuário (2017).

Tabela 6. Número de estabelecimento agropecuários dirigidos pelo produtor, por origem da orientação técnica recebida e grupos de área (2017) – participação no total de estabelecimentos (%)

Origem da orientação técnica	Grupos de área					Total
	Menos de 10 ha	De 10 a menos de 100 ha	De 100 a menos de 1.000 ha	De 1.000 ha e mais	Produtor sem área	
Governo (federal, estadual ou municipal)	44,1%	32,4%	16,2%	5,4%	54,2%	33,0%
Própria ou do próprio produtor	17,5%	22,6%	49,3%	72,3%	13,3%	26,1%
Cooperativas	16,0%	24,9%	21,8%	9,2%	13,5%	21,3%
Empresas integradoras	13,3%	12,5%	5,1%	4,6%	3,7%	11,5%
Empresas privadas de planejamento	1,6%	2,5%	2,9%	4,5%	1,9%	2,3%
Organização não-governamental (ONG)	1,2%	0,6%	0,3%	0,1%	1,6%	0,7%
Sistema S	0,6%	0,6%	0,6%	0,5%	3,8%	0,6%
Outra	5,8%	3,8%	3,8%	3,5%	8,0%	4,4%

Fonte: Censo Agropecuário (2017).

Mercado de Trabalho da Agropecuária

Pessoal ocupado

No segundo trimestre de 2021⁶¹, o mercado de trabalho associado às atividades agropecuárias foi de 8,6 milhões de pessoas, de forma que 66,2% (ou 5,7 milhões) estavam ocupados⁶² na agricultura e 33,8% (ou 2,9 milhões) na pecuária (Gráfico 22).

Ao longo do tempo, nota-se uma perda dos postos de trabalho das atividades dentro da porteira. Isto é, em relação ao quarto trimestre de 2012^{63,64} (início da série histórica), o número de vagas do setor diminuiu 16,4% (redução de 1,7 milhão de postos). Essa contração foi derivada, notadamente, da queda de pessoal ocupado na agricultura, sendo essa atividade responsável por 85,1% da contração (perda de 1,4 milhão de vagas ou -20,1%). Contudo, vale ressaltar, a pecuária também reduziu seu mercado de trabalho (redução de 250,6 mil postos ou -7,9%), porém, em menor proporção, sendo responsável, portanto, por 14,9% da queda de pessoas ocupadas na agropecuária (Gráfico 22).

Diante disso, o mercado de trabalho associado às atividades dentro da porteira perdeu participação, ao longo do tempo, no total de vagas no país, passando de 11,5%, no quarto trimestre de 2012, para 10,0%, no segundo trimestre de 2021 – a menor participação foi alcançada no primeiro trimestre de 2021, período anterior ao início da pandemia de Covid-19, no Brasil (Gráfico 23). É importante ressaltar que essa perda de participação do setor agropecuário no mercado de trabalho brasileiro ocorreu por conta de uma queda maior dos ocupados nas atividades dentro da porteira (-16,4%) do que na média de todos os setores econômicos (-4,0%), no período.

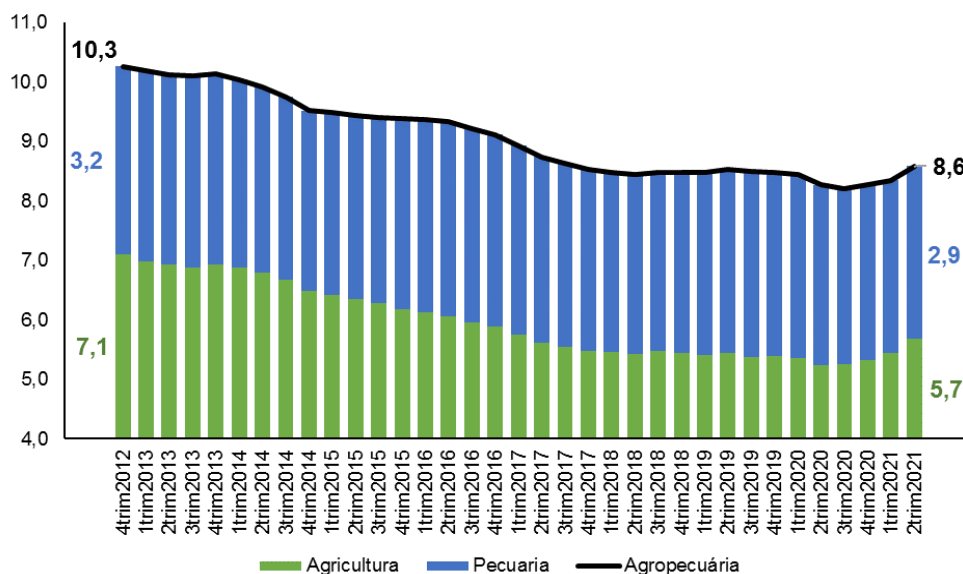
⁶¹ Média dos últimos quatro trimestres, ou seja, do terceiro trimestre de 2020 ao segundo trimestre de 2021.

⁶² De acordo com o IBGE, são classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.), ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, ou, ainda, as que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana. Consideram-se como ocupadas temporariamente afastadas de trabalho remunerado as pessoas que não trabalharam durante pelo menos uma hora completa na semana de referência por motivo de férias, folga, jornada variável ou licença remunerada (em decorrência de maternidade, paternidade, saúde ou acidente da própria pessoa, estudo, casamento, licença-prêmio etc.). Além disso, também foram consideradas ocupadas as pessoas afastadas por motivo diferente dos já citados, desde que o período transcorrido do afastamento fosse inferior a quatro meses, contados até o último dia da semana de referência. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101733_notas_tecnicas.pdf>.

⁶³ Média dos últimos quatro trimestres, ou seja, do primeiro trimestre de 2012 ao quarto trimestre de 2012.

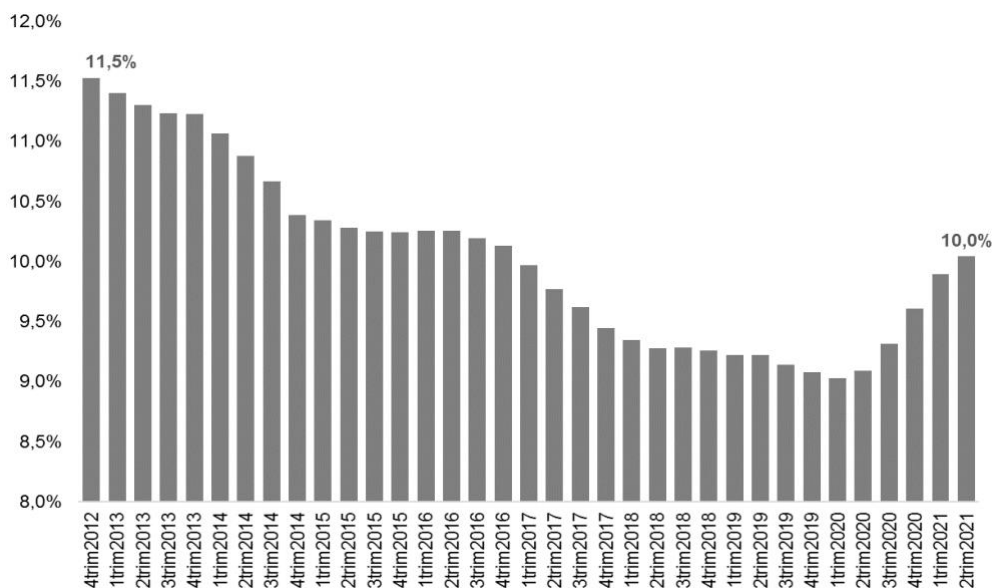
⁶⁴ As análises ao longo do tempo com os dados da PNADC serão realizadas sem considerar qualquer ajuste sazonal. Porém, serão utilizadas médias móveis de quatro trimestres com o objetivo de controlar essa sazonalidade.

Gráfico 22. Pessoal ocupado na agropecuária (total, agricultura e pecuária) – milhões de pessoas – média móvel de quatro trimestres



Fonte: PNADC.

Gráfico 23. Participação do pessoal ocupado na agropecuária em relação ao total do pessoal ocupado no Brasil – média móvel de quatro trimestres



Fonte: PNADC.

Quase a metade (47,0%) da população ocupada na agropecuária, é importante destacar, trabalha por conta própria⁶⁵, ou seja, tem seu próprio empreendimento, porém, não tem nenhum funcionário trabalhando. Além dos ocupados por conta própria, uma parcela significativa (35,9%) está empregada⁶⁶ no setor privado, dos quais 20,4% está na informalidade (sem carteira de trabalho assinada) e 15,6% está trabalhando formalmente (com carteira de trabalho assinada). Ademais, há também os trabalhadores familiares⁶⁷ e os empregadores⁶⁸, que respondem por, respectivamente, 13,6% e 3,4% das vagas na agropecuária (Tabela 7).

É importante ressaltar que quanto se considera apenas a agricultura ou apenas a pecuária, de forma isolada, as proporções das categorias do emprego mantêm-se, praticamente, as mesmas, com conta própria e empregados no setor privado (sem e com carteira assinada) sendo as mais relevantes (Tabela 7).

Ao longo do tempo, observa-se que o trabalhador por conta própria, bem como o empregado no setor privado sem carteira assinada e os empregadores ganharam, mesmo que de forma ligeira, participação no total dos ocupados na agropecuária, em detrimento da estabilidade dos empregados no setor privado com carteira e da queda dos trabalhadores familiares (Tabela 7).

Essa alta da participação dos trabalhadores por conta própria e dos empregados sem carteira assinada é derivada de uma queda no número de ocupados nessas categorias em menor proporção relativamente às demais. Os empregadores foram os únicos que tiveram expansão em sua população ocupada, no período, porém, vale salientar, a relevância dessa categoria era e continua sendo relativamente baixa na atividade agropecuária (Tabela 8).

⁶⁵ Segundo o IBGE, é a pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador familiar auxiliar; Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101733_notas_tecnicas.pdf>.

⁶⁶ Segundo o IBGE, empregado é a pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo, em contrapartida, uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101733_notas_tecnicas.pdf>.

⁶⁷ De acordo com o IBGE, trabalhador familiar auxiliar é a pessoa que trabalhou sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana de referência, em ajuda na atividade econômica de membro da unidade domiciliar ou de parente que residia em outra unidade domiciliar. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101733_notas_tecnicas.pdf>.

⁶⁸ Para o IBGE, empregador é a pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101733_notas_tecnicas.pdf>.

Tabela 7. Participação do pessoal ocupado na agropecuária – por categoria do emprego – quarto trimestre de 2012 e segundo trimestre de 2021 (média móvel de quatro trimestres) - % no total

Categoria do emprego	4º trimestre de 2012				1º trimestre de 2021			
	Agricultura	Pecuária	Agropecuária	Brasil	Agricultura	Pecuária	Agropecuária	Brasil
Conta Própria	46,0%	43,4%	45,2%	22,8%	47,1%	46,9%	47,0%	27,4%
Privado sem carteira	17,8%	21,1%	18,8%	12,4%	20,4%	20,2%	20,4%	11,3%
Privado com carteira	15,5%	16,2%	15,7%	38,4%	15,2%	16,3%	15,6%	34,8%
Familiar	18,3%	15,4%	17,4%	3,1%	14,5%	11,9%	13,6%	2,4%
Empregador	2,3%	3,8%	2,8%	4,0%	2,8%	4,7%	3,4%	4,5%
Outros*	0,0%	0,1%	0,1%	19,3%	0,0%	0,0%	0,0%	19,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: PNADC.

*Outros: concursado militar e trabalhador doméstico com ou sem carteira.

Tabela 8. Variação do pessoal ocupado por categoria do emprego na agropecuária e no total do mercado de trabalho brasileiro – entre o quarto trimestre de 2012 e o segundo trimestre de 2021 (média móvel de quatro trimestres) - %

Categoria do emprego	Agricultura	Pecuária	Agropecuária	Brasil
Conta Própria	-18,1%	-0,7%	-13,0%	15,2%
Privado sem carteira	-8,6%	-11,7%	-9,6%	-12,2%
Privado com carteira	-21,9%	-7,3%	-17,2%	-12,9%
Familiar	-36,6%	-28,6%	-34,5%	-26,9%
Empregador	-4,8%	12,4%	2,4%	8,4%
Outros*	-97,8%	-100,0%	-98,7%	-2,5%
Total	-20,1%	-7,9%	-16,4%	-4,0%

Fonte: PNADC.

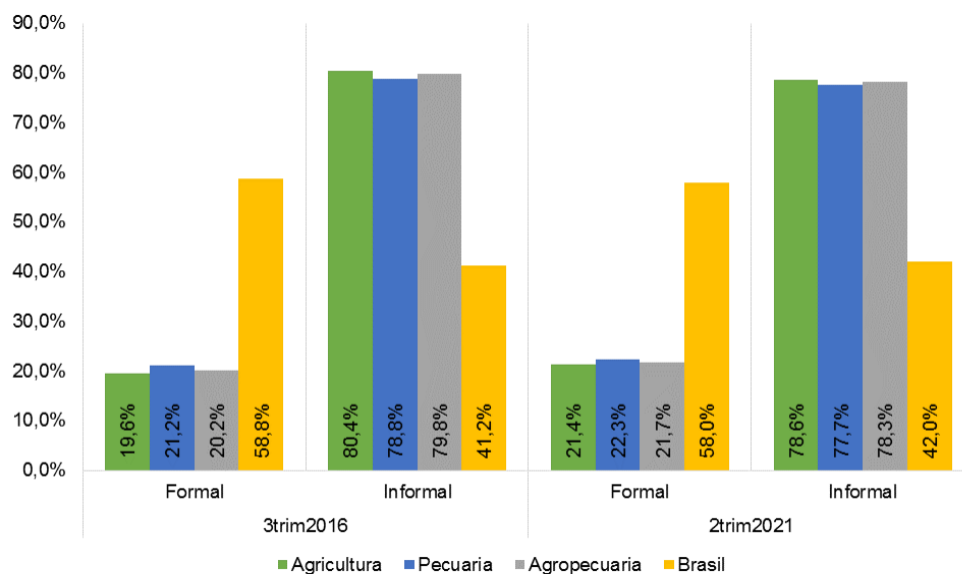
*Outros: concursado militar e trabalhador doméstico com ou sem carteira.

É importante considerar que o mercado de trabalho associado às atividades agropecuárias tem elevada informalidade quando se compara com a média das atividades econômicas do país. Ou seja, enquanto as atividades dentro da porteira têm 78,3% das pessoas ocupadas em ocupações informais, na economia brasileira essa proporção é de 42,0% (Gráfico 24).

Apesar disso, ao longo do tempo, houve suave melhora na formalidade das atividades agropecuárias, uma vez que no terceiro trimestre de 2016⁶⁹ (início da série histórica para esse nível de detalhamento), o pessoal ocupado nas atividades informais era de 79,8% - ou seja, no período houve uma queda de 1,5 pontos percentuais (p.p.). O aumento da relevância dos trabalhadores formais ocorreu tanto na agricultura como na pecuária. Ao mesmo tempo, na média do mercado de trabalho brasileiro, houve queda da formalidade em 0,8 p.p., no período (Gráfico 24).

Nesse estudo, para a análise da formalidade do mercado de trabalho, considera-se que as atividades formais são: empregados no setor privado com carteira assinada, conta própria e empregador com empreendimento da atividade registrado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da Receita Federal. Por sua vez, o pessoal ocupado informal corresponde a: empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada, conta própria e empregador com empreendimento da atividade sem registro no CNPJ e trabalhador auxiliar familiar.

Gráfico 24. Participação do pessoal ocupado formal e informal na agropecuária – terceiro trimestre de 2016 e segundo trimestre de 2021 (média móvel de quatro trimestres) - % no total

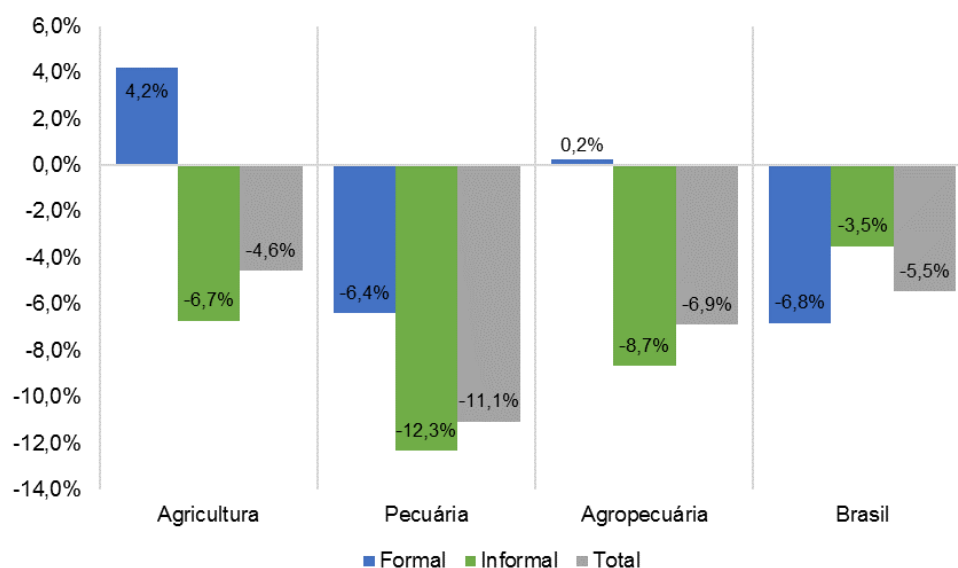


Fonte: PNADC.

⁶⁹ Média dos últimos quatro trimestres, ou seja, do quarto trimestre de 2015 ao terceiro trimestre de 2016.

O aumento da representatividade do pessoal ocupado formal, na agropecuária, ocorreu tanto por conta de uma ligeira alta (de 0,2%) nos trabalhadores formais quanto uma queda robusta nas ocupações informais (-8,7%). No mercado de trabalho brasileiro como um todo, o aumento da informalidade foi consequência de uma destruição mais intensa de vagas formais (-6,8%) do que informais (-3,5%), entre o terceiro trimestre de 2016 e o segundo trimestre de 2021 (Gráfico 25).

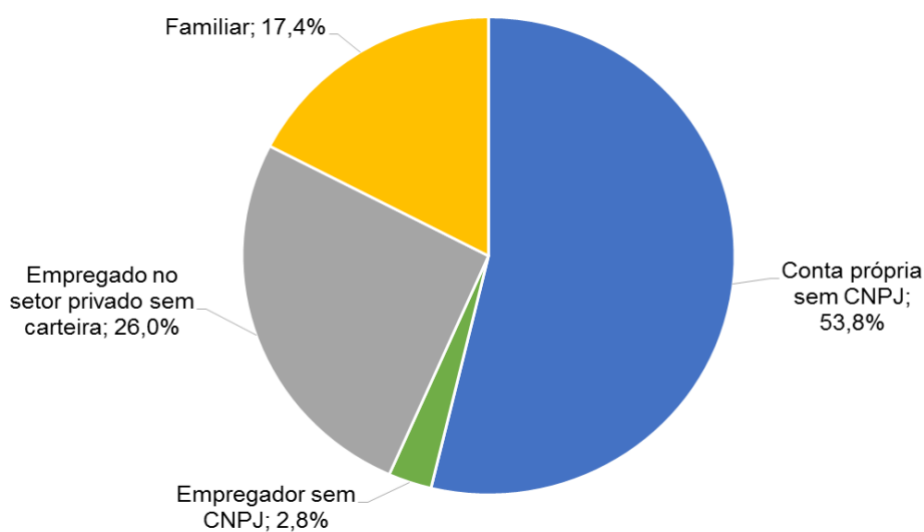
Gráfico 25. Variação do pessoal ocupado formal e informal na agropecuária e no total do mercado de trabalho brasileiro – terceiro trimestre de 2016 e segundo trimestre de 2021 (média móvel de quatro trimestres) - %



Fonte: PNADC.

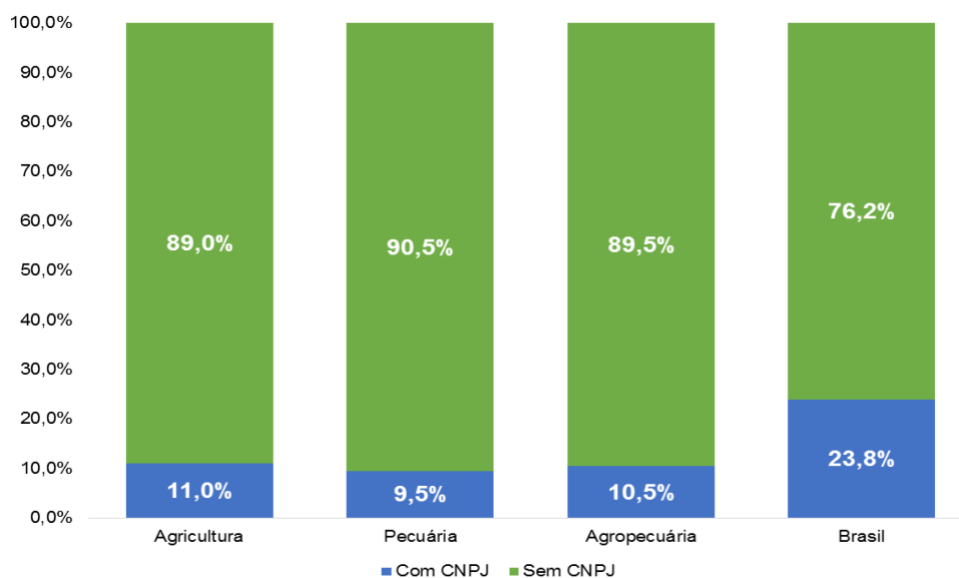
Vale ressaltar que a maior informalidade do setor agropecuário vem, notadamente, da ocupação por conta própria, uma vez que responde por 53,8% dos empregos informais (Gráfico 26). Isso porque do total de ocupados no setor, nessa categoria, 89,5% estão em empreendimentos informais e apenas 10,5% em formais. A informalidade da agropecuária nas ocupações por conta própria é mais significativa do que a do mercado de trabalho brasileiro como um todo, uma vez que, na média de todas as atividades econômicas do país, 76,2% dos ocupados por conta própria estão em empreendimentos informais (Gráfico 27).

Gráfico 26. Informalidade do mercado de trabalho da agropecuária, por categoria de ocupação – segundo trimestre de 2021 (média móvel de quatro trimestres) - % no total de ocupados informais



Fonte: PNADC.

Gráfico 27. Participação do pessoal ocupado por conta própria na agropecuária e no total do mercado de trabalho brasileiro – segundo trimestre de 2021 (média móvel de quatro trimestres) - % no total de ocupados por conta própria



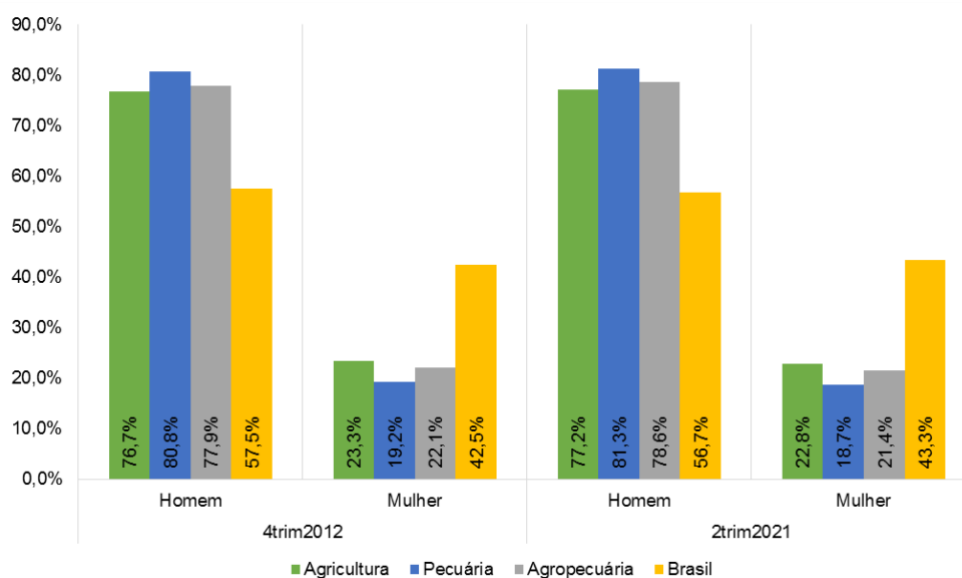
Fonte: PNADC.

Em relação ao sexo dos trabalhadores observa-se que o mercado de trabalho da atividade agropecuária é formado, majoritariamente, por homens, correspondendo por 78,6% do total. Ou seja, as mulheres ocupam apenas 21,4% das vagas do setor. O mercado de trabalho dentro da porteira é menos feminino do que o do Brasil como um todo, uma vez que, nesse caso, a participação masculina é relativamente menor: de 56,7% (Gráfico 28).

Vale ressaltar que as mulheres perderam ligeira participação nos postos de trabalhos agropecuários ao longo dos anos, uma vez que, no quarto trimestre de 2012, correspondiam a 22,1% no total. Ao mesmo tempo, a presença feminina aumentou quando se considera a média de todos os setores econômicos brasileiros, passando de 42,5% para 43,3% (Gráfico 28).

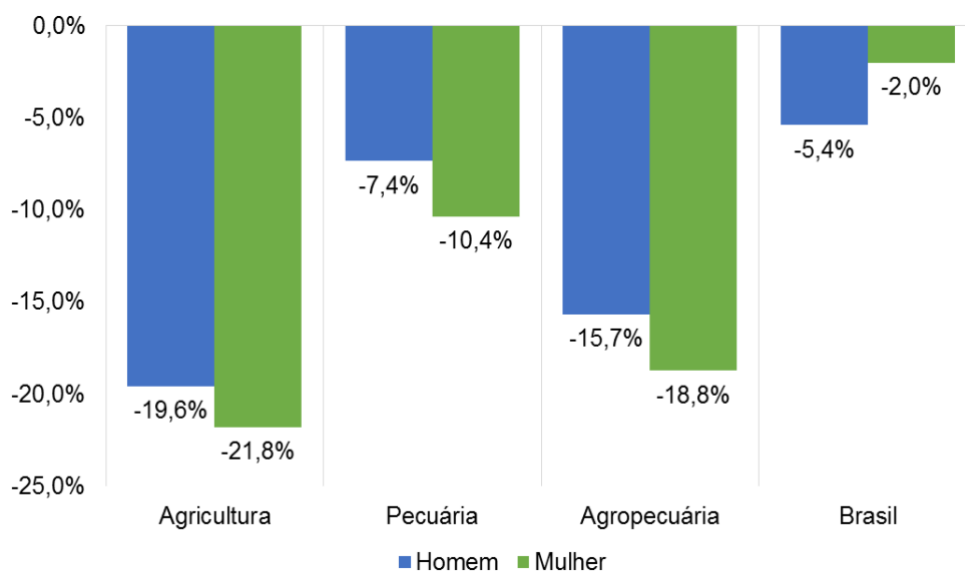
A perda de participação feminina no mercado de trabalho dentro da porteira ocorreu pois o número de homens ocupados no setor caiu menos (-15,7%, no período) do que o de mulheres (-18,8%). Essa dinâmica foi oposta ao do mercado de trabalho brasileiro como um todo, em que a queda das vagas femininas foi menos intensa (-2,0%) do que a masculina (-5,4%) (Gráfico 29).

Gráfico 28. Participação do pessoal ocupado por sexo na agropecuária e no total do mercado de trabalho brasileiro – quarto trimestre de 2012 e segundo trimestre de 2021 (média móvel de quatro trimestres) - % no total de ocupados



Fonte: PNADC.

Gráfico 29. Variação do pessoal ocupado por sexo na agropecuária e no total do mercado de trabalho brasileiro – entre o quarto trimestre de 2012 e o segundo trimestre de 2021 (média móvel de quatro trimestres) - %



Fonte: PNADC.

Além disso, o mercado de trabalho da atividade dentro da porteira é formado, sobretudo, por pessoas pardas e brancas, independentemente se estão ocupadas nas atividades agrícolas ou de pecuária. Vale ressaltar que a proporção de pardos na agropecuária (51,4%) é maior do que na média de todos os setores econômicos (43,3%); e a de brancos é menor na agropecuária (40,1%) do que no mercado de trabalho brasileiro como um todo (46,2%). Os trabalhadores pretos, amarelos e indígenas são minoria, tanto na agropecuária (respondem, conjuntamente, por 8,4% do total), como na média brasileira de todos os setores (10,4%) (Tabela 9).

Ao longo do tempo, as proporções por cor ou raça do trabalhador não se alteraram significativamente, porém, observa-se, na agropecuária, um aumento suave da participação de todas as cores e raças, com exceção dos pardos, que perderam representatividade, passando de 53,4%, em 2012, para 51,4%, em 2021. É importante ressaltar que a perda da relevância dos pardos dentro do mercado de trabalho agropecuário ocorreu ao mesmo tempo em que houve crescimento de relevância quando se considera os setores como um todo, uma vez que, nesse caso, passou de 43,1% para 43,3%, no período (Tabela 9).

Tabela 9. Participação do pessoal ocupado por cor ou raça na agropecuária e no total do mercado de trabalho brasileiro – quarto trimestre de 2012 e segundo trimestre de 2021 (média móvel de quatro trimestres) - % no total de ocupados

Cor ou raça	4º trimestre de 2012				2º trimestre de 2021			
	Agricultura	Pecuária	Agropecuária	Brasil	Agricultura	Pecuária	Agropecuária	Brasil
Amarela	0,3%	0,2%	0,3%	0,5%	0,7%	0,3%	0,6%	0,8%
Branca	37,4%	42,8%	39,1%	48,5%	39,7%	41,0%	40,1%	46,2%
Indígena	0,3%	0,2%	0,2%	0,2%	0,4%	0,3%	0,4%	0,3%
Parda	54,8%	50,3%	53,4%	43,1%	51,4%	51,4%	51,4%	43,3%
Preta	7,2%	6,6%	7,0%	7,7%	7,7%	7,0%	7,5%	9,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: PNADC.

A redução da participação dos pardos no mercado de trabalho dentro da porteira ocorreu por conta da queda de 19,6% do número ocupados dessa cor, ao mesmo tempo em que houve uma redução menor na quantidade brancos (-14,1%) e pretos (-10,3%) e aumento dos amarelos (73,2%) e indígenas (27,4%) (Tabela 10).

Tabela 10. Variação do pessoal ocupado por cor ou raça na agropecuária e no total do mercado de trabalho brasileiro – entre o quarto trimestre de 2012 e o segundo trimestre de 2021 (média móvel de quatro trimestres) - %

Cor ou raça	Variação (%)			
	Agricultura	Pecuária	Agropecuária	Brasil
Amarela	76,9%	59,7%	73,2%	56,8%
Branca	-15,2%	-11,8%	-14,1%	-8,4%
Indígena	19,0%	53,0%	27,4%	53,5%
Parda	-25,1%	-5,9%	-19,6%	-3,5%
Preta	-13,7%	-1,8%	-10,3%	15,7%
Total	-20,1%	-7,9%	-16,4%	-4,0%

Fonte: PNADC.

Remuneração média mensal

No segundo trimestre de 2021, o pessoal ocupado nas atividades agropecuárias teve uma remuneração média mensal^{70,71} de R\$ 1.507. Isso corresponde a 59,4% da remuneração paga pelo mercado de trabalho como um todo (R\$ 2.540) - ou seja, em média, um trabalhador da agropecuária recebeu, no período, 40,6% a menos do que os ocupados em outros setores (Gráfico 30).

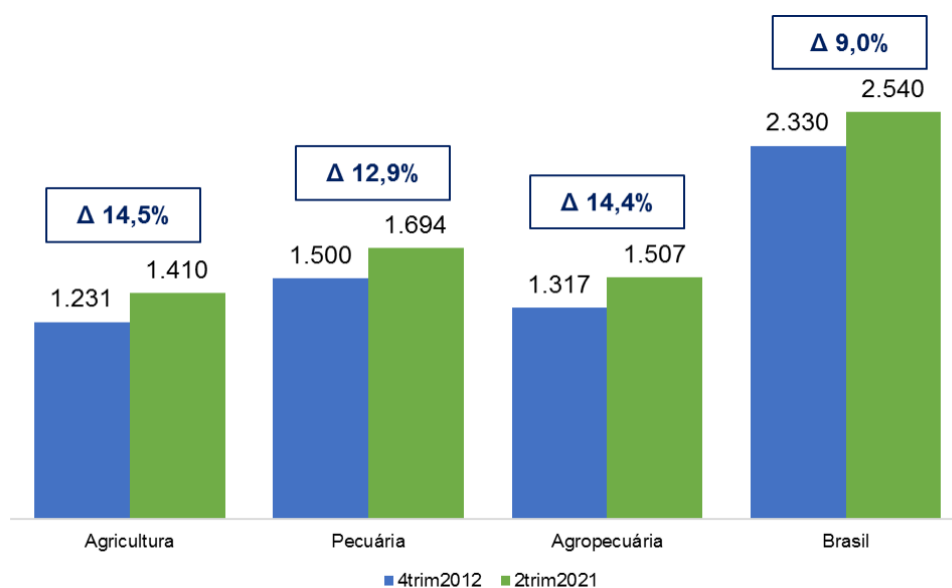
Apesar disso, a diferença entre as remunerações médias diminuiu ao longo do tempo, uma vez que, no quarto trimestre de 2012, a remuneração recebida pelos ocupados nas atividades dentro da porteira (R\$ 1.317) era 43,4% menor do que a média brasileira (R\$ 2.330) (Gráfico 30).

Essa redução da desigualdade foi ocasionada por uma expansão mais substancial da remuneração média dos ocupados na agropecuária (14,4%) do que no mercado de trabalho brasileiro como um todo (9,0%). Vale ressaltar que o crescimento da remuneração nas atividades agrícolas (14,5%) foi maior do que o dos ocupados na pecuária (12,9%), porém, a remuneração média nas ocupações relacionadas à criação de animais (R\$ 1.694) continua superior à da agricultura (R\$ 1.410) (Gráfico 30).

⁷⁰ Remuneração média, nesse estudo, é sinônimo de rendimento médio (termo adotado pelo IBGE, nas divulgações da PNADC). Além disso, considera-se apenas a remuneração média do trabalho principal da semana de referência. De acordo com o IBGE, considera-se trabalho principal da semana de referência o único trabalho que a pessoa teve nessa semana ou, para a pessoa com mais de um trabalho na semana de referência, isto é, ocupada em mais de um empreendimento, define-se como principal aquele em que a pessoa trabalhava normalmente maior número de horas semanais. Havendo igualdade no número de horas normalmente trabalhadas, define-se como principal aquele que proporcionava normalmente maior rendimento mensal. Em caso de igualdade, também, no rendimento mensal habitual, define-se como trabalho principal aquele em que a pessoa tinha mais tempo de permanência. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101733_notas_tecnicas.pdf>.

⁷¹ A remuneração média está deflacionada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). As séries de rendimentos reais são calculadas a preços do último trimestre, assumindo como nível de preços representativo de cada trimestre, a média aritmética dos números índices dos três meses que o compõem. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101813.pdf>>.

Gráfico 30. Remuneração média real mensal dos ocupados na agropecuária e no total do Brasil – quarto trimestre de 2012 e o segundo trimestre de 2021 (média móvel de quatro trimestres) – R\$ e variação



Fonte: PNADC.

Como foi visto anteriormente, a maior parte da população ocupada nas atividades agropecuárias, no segundo trimestre de 2021, estava exercendo sua função por conta própria (47,0%). Diante disso, observa-se que o trabalhador rural que tem essa categoria de emprego tinha, no período, uma remuneração média de R\$ 1.293 – o que é 31,9% a menos do que recebe um ocupado na mesma categoria no mercado de trabalho brasileiro como um todo (Tabela 11).

Os empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada, que correspondem a 20,4% dos ocupados na agropecuária, receberam por mês, em média, R\$ 868 – é a categoria que tem a menor remuneração dentro da porteira e a que tem a maior diferença em relação à média do mercado de trabalho brasileiro (51,8%). Os empregados no setor privado com carteira de trabalho assinada, por sua vez, representam 15,6% dos ocupados na agropecuária e recebem, em média, uma remuneração mensal 22,3% menor do que a média brasileira para essa categoria de emprego (Tabela 11).

Por fim, os empregadores são os que recebem, em média, a maior remuneração, tanto considerando as atividades dentro da porteira (R\$ 6.506), como os setores econômicos como um todo (R\$ 6.479). Essa é a única categoria que o trabalhador do agro recebe mais do que o de outros setores do mercado de trabalho, sendo 0,4% maior. Essa remuneração maior vem por conta das atividades agrícolas (R\$ 6.752), uma vez que a pecuária (R\$ 6.218) paga, em média, para o empregador, um valor 4,0% menor do que a média brasileira⁷² (Tabela 11).

⁷² Como foi visto anteriormente, dentro das atividades agropecuárias, há também o trabalhador familiar auxiliar, que correspondeu a

Tabela 11. Remuneração média real mensal do pessoal ocupado na agropecuária e no total das atividades econômicas – por categoria do emprego – quarto trimestre de 2012 e segundo trimestre de 2021 (média móvel de quatro trimestres) – R\$

Período	Setor	Conta própria	Privado sem carteira	Privado com carteira	Empregador	Total
4º trimestre de 2012	Agricultura	984	807	1.653	6.030	1.231
	Pecuária	1.348	901	1.593	5.994	1.500
	Agropecuária	1.096	839	1.634	6.013	1.317
	Brasil	1.862	1.405	2.295	6.495	2.330
2º trimestre de 2021	Agricultura	1.173	816	1.955	6.752	1.410
	Pecuária	1.532	968	1.761	6.218	1.694
	Agropecuária	1.293	868	1.886	6.506	1.507
	Brasil	1.898	1.676	2.427	6.479	2.540

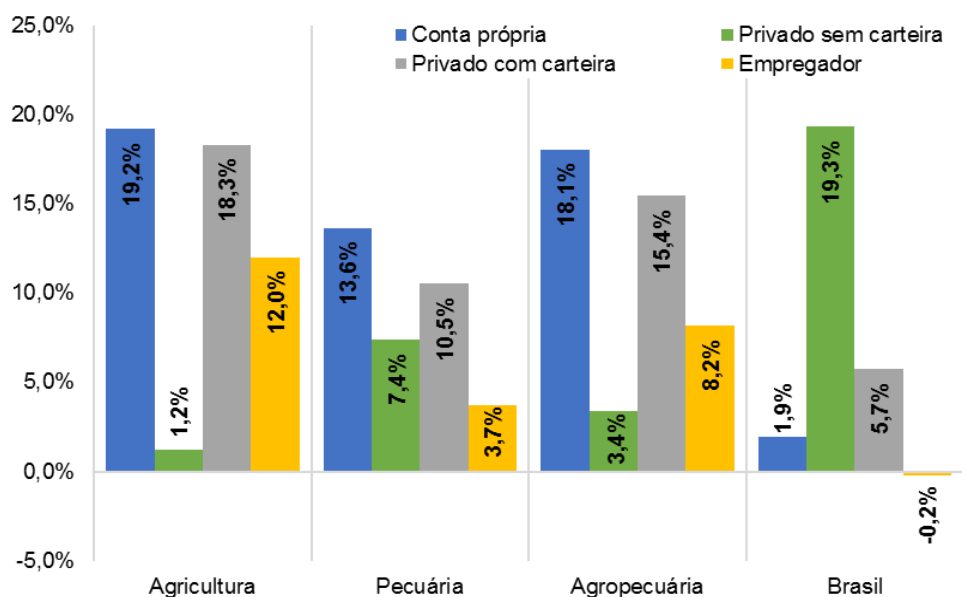
Fonte: PNADC.

Todas as categorias de ocupação tiveram aumento, entre o quarto trimestre de 2012 e o segundo trimestre de 2021, da remuneração média dentro das atividades agropecuárias, sendo que as mais robustas foram, respectivamente, a dos ocupados por conta própria (18,1%) e empregados privados no setor privado com carteira assinada (15,4%). Os ocupados no setor privado sem carteira e os empregadores também tiveram expansão de suas remunerações, porém, em menores proporções (3,4% e 8,2%, na mesma ordem) (Gráfico 31).

Apenas os empregados no setor privado sem carteira tiveram suas remunerações crescendo menos na agropecuária (3,4%) do que no mercado de trabalho brasileiro como um todo (19,3%). Todos as demais categorias tiveram um aumento mais expressivo da remuneração média nas atividades dentro da porteira do que nos demais setores econômicos do país. Destaca-se positivamente, sobretudo, a expansão da remuneração mensal média dos ocupados por conta própria que, enquanto na média brasileira aumentou em apenas 1,9%, na agropecuária a expansão foi de 18,1% (Gráfico 31).

13,6% da população ocupada do setor, no segundo trimestre de 2021. Porém, para o IBGE, o trabalhador familiar auxiliar é definido como pessoa que trabalhou sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana de referência, em ajuda na atividade econômica de membro da unidade domiciliar ou de parente que residia em outra unidade domiciliar. Ou seja, o trabalhador familiar auxiliar não tem, por definição, remuneração. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101733_notas_tecnicas.pdf>.

Gráfico 31. Variação da remuneração média real mensal do pessoal ocupado na agropecuária e no total das atividades econômicas – por categoria do emprego – quarto trimestre de 2012 e segundo trimestre de 2021 (média móvel de quatro trimestres) – %



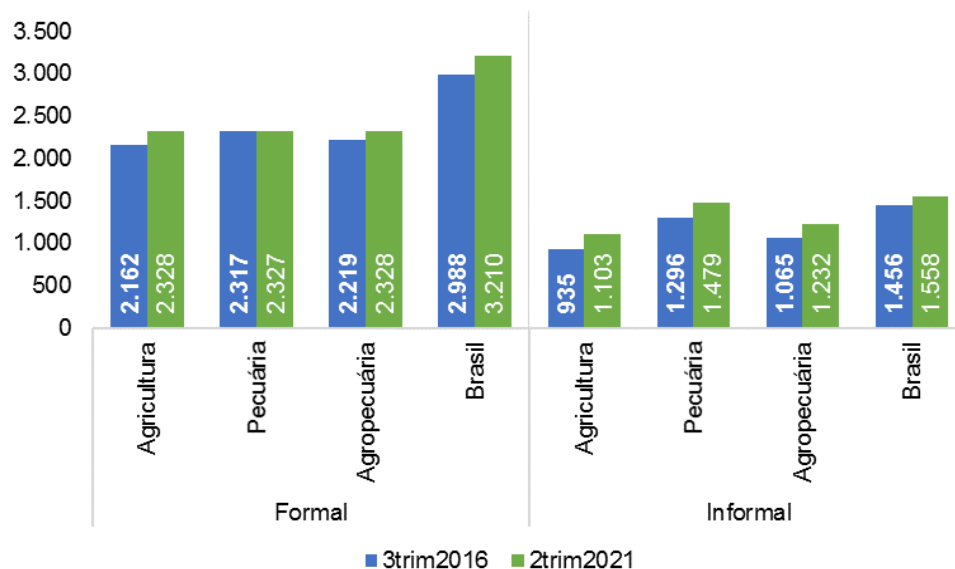
Fonte: PNADC.

Dentro das atividades agropecuárias, bem como considerando o mercado de trabalho brasileiro como um todo, a população ocupada em categorias formais de emprego recebe uma remuneração média mensal maior do que aqueles que estão em posições informais. No caso da população ocupada dentro da porteira, a diferença de remuneração entre os dois tipos de emprego é de 52,9% - ou seja, os informais (R\$ 1.232) recebem, em média, 47,1% da remuneração que os empregados formais (R\$ 2.328) ganham. Essa diferença é mais expressiva do que a observada no mercado de trabalho do país, no qual a diferença salarial entre formais e informais é de 48,5% (isto é, os informais recebem 51,5% da remuneração dos formais) (Gráfico 32).

Apesar disso, entre o terceiro trimestre de 2016⁷³ e segundo trimestre de 2021, a remuneração média mensal dos informais (15,6%) cresceu de forma mais intensa do que a dos formais (4,9%), na agropecuária – ao contrário do que ocorreu, na média, de todos os setores econômicos (7,4% para os formais e 7,0% para os informais) (Gráfico 33).

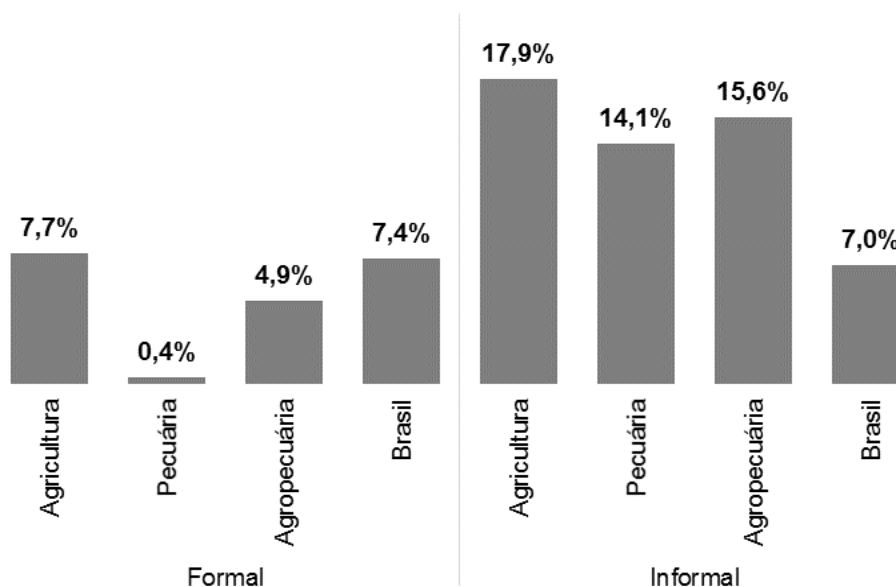
⁷³ Início da série histórica para esse detalhamento.

Gráfico 32. Remuneração média real mensal do pessoal ocupado na agropecuária e no total das atividades econômicas – formal e informal – terceiro trimestre de 2016 e segundo trimestre de 2021 (média móvel de quatro trimestres) – R\$



Fonte: PNADC.

Gráfico 33. Variação da remuneração média real mensal do pessoal ocupado na agropecuária e no total das atividades econômicas – formal e informal – terceiro trimestre de 2016 e segundo trimestre de 2021 (média móvel de quatro trimestres) %



Fonte: PNADC.

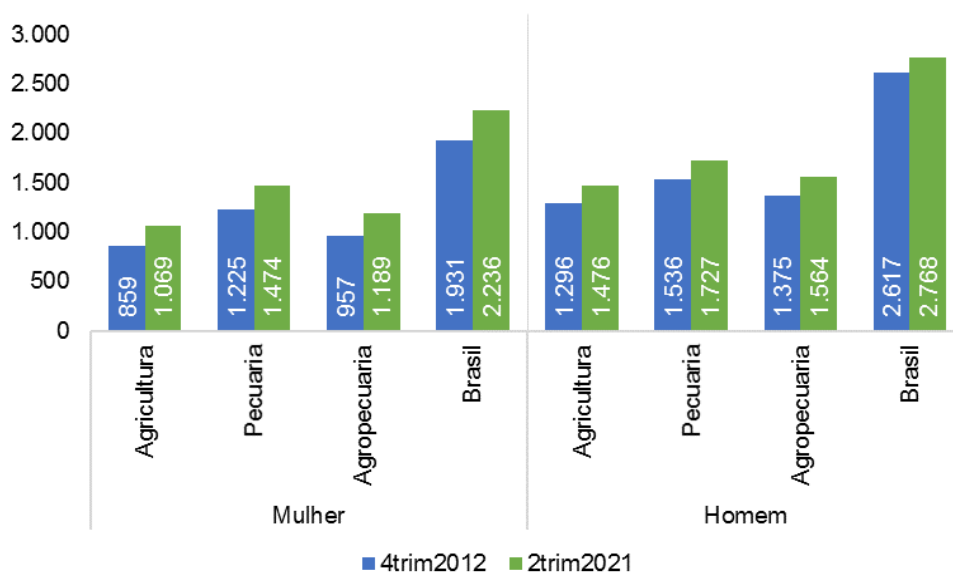
Como foi visto anteriormente, parcela majoritária do pessoal ocupado é do sexo masculino nas

atividades agropecuárias, representando 78,6% do total. Justamente os homens são os que têm a maior remuneração média dentro do setor: R\$ 1.564 frente a R\$ 1.189 recebido pelas mulheres – ou seja, os ocupados do sexo feminino, em média, recebem 76,0% da remuneração dos homens (Gráfico 34).

Vale ressaltar ainda que a diferença salarial entre homens e mulheres é maior nas atividades agropecuárias do que no mercado de trabalho brasileiro como um todo. Porém, quando se considera a pecuária isoladamente observa-se que a diferença entre o salário feminino e masculino é menor (as mulheres recebem 85,3% da remuneração dos homens) do que na agricultura (72,4%) e na média de todos os setores econômicos (80,8%) (Gráfico 34).

Antes de prosseguir, é importante destacar que o diferencial de remuneração média não é sinônimo de discriminação de gênero nem dentro das atividades agropecuárias, nem considerando o mercado de trabalho brasileiro. Isso porque, é possível que uma maior proporção de mulheres esteja alocada em atividades que pagam uma remuneração média menor, mas não quer dizer que, dentro dessa atividade, um homem receba um salário maior do que as mulheres, tendo a mesma função e qualificação. Para responder essa questão, análises mais específicas seriam necessárias, mas não são escopo desse estudo.

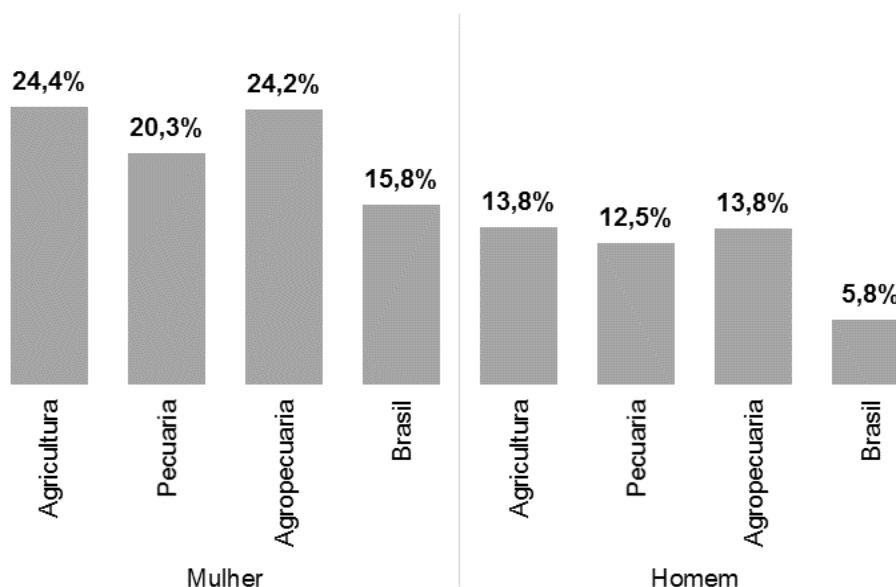
Gráfico 34. Remuneração média real mensal do pessoal ocupado na agropecuária e no total das atividades econômicas – por sexo – quarto trimestre de 2012 e segundo trimestre de 2021 (média móvel de quatro trimestres) – R\$



Fonte: PNADC.

Apesar da diferença entre os salários médios femininos e masculinos, observa-se que, ao longo do tempo, as remunerações das mulheres cresceram mais do que a dos homens, tanto considerando a economia como um todo, como levando em conta apenas as atividades agropecuárias. Além disso, observa-se que as mulheres do agro tiveram uma expansão do rendimento (24,2%) ainda maior do que a média feminina considerando todos os setores brasileiros (15,8%), no período entre o quarto trimestre de 2012 e o segundo trimestre de 2021. Ou seja, a diferença salarial entre homens e mulheres diminuiu mais entre o pessoal ocupados nas atividades agropecuárias do que no mercado de trabalho como um todo (Gráfico 35).

Gráfico 35. Variação da remuneração média real mensal do pessoal ocupado na agropecuária e no total das atividades econômicas – por sexo – quarto trimestre de 2012 e segundo trimestre de 2021 (média móvel de quatro trimestres) – %



Fonte: PNADC.

Ademais, grande parte da população ocupado dentro da porteira é parda (51,4%) ou branca (40,1%). Esses trabalhadores receberam, em média, por mês, respectivamente, R\$ 1.086 e R\$ 2.165. Ou seja, entre a população ocupada no setor, os brancos são os que recebem a maior remuneração média mensal, de forma que é 99,3% maior do que a remuneração recebida pelos pardos, 120,9% maior do que a recebida pelos pretos, 129,6% maior do que a dos indígenas e 10,9% maior do que a dos amarelos (Tabela 12).

A diferença salarial considerando a cor ou raça dos ocupados é maior dentro da porteira do que no mercado de trabalho brasileiro, que segue: diferença de 73,5% entre brancos e pardos, de 76,0% entre brancos e pretos, 63,8% entre brancos e indígenas e de 26,6% entre brancos e amarelos (nesse último caso, os amarelos têm uma remuneração maior do que os brancos) (Tabela 12).

Aqui, mais uma vez, é importante fazer uma ressalva: o diferencial de remuneração média não é sinônimo de discriminação de cor ou raça, nem dentro das atividades agropecuárias, nem considerando o mercado de trabalho brasileiro. Isso porque, é possível que uma maior proporção de pardos, negros, amarelos e indígenas esteja alocada em atividades que pagam uma remuneração média menor, mas não quer dizer que, dentro dessa atividade, uma pessoa com essa cor ou raça receba um salário maior do que um branco, tendo a mesma função e qualificação. Para responder essa questão, análises mais específicas seriam necessárias, mas, mais uma vez, não são escopo desse estudo.

Apesar das diferenças entre os recebimentos médios, nota-se que, entre o quarto trimestre de 2012 e o segundo trimestre de 2021, a remuneração dos pardos foi a que mais cresceu (18,4%). No entanto, a remuneração recebida pela população ocupada preta (10,3%) cresceu menos do que a branca (11,7%), o que significa que a diferença salarial entre as pessoas brancas e pretas aumentou, no período (Tabela 12).

Por fim, a população ocupada amarela e indígena tiveram suas remunerações médias diminuídas ao longo do tempo (respectivamente, -38,8% e -12,2%). Ou seja, nesses casos, a diferença em relação ao rendimento dos trabalhadores brancos também aumentou no período (Tabela 12).

Tabela 12. Remuneração média real mensal do pessoal ocupado na agropecuária e no total das atividades econômicas – por cor ou raça – quarto trimestre de 2012 e segundo trimestre de 2021 (média móvel de quatro trimestres) – R\$ e variação (%)

Cor ou raça	4º trimestre de 2012 (R\$)			
	Agricultura	Pecuária	Agropecuária	Brasil
Parda	849	1.066	917	1.698
Branca	1.840	2.133	1.938	2.972
Preta	842	994	888	1.687
Amarela	3.083	3.662	3.191	4.089
Indígena	1.089	862	1.073	1.816
2º trimestre de 2021 (R\$)				
Parda	993	1.261	1.086	1.881
Branca	2.054	2.377	2.165	3.263
Preta	927	1.092	980	1.854
Amarela	1.777	2.445	1.952	4.419
Indígena	902	1.026	943	1.992
Variação (%)				
Parda	16,9%	18,3%	18,4%	10,8%
Branca	11,7%	11,4%	11,7%	9,8%
Preta	10,2%	9,9%	10,3%	9,9%
Amarela	-42,4%	-33,2%	-38,8%	8,1%
Indígena	-17,2%	19,0%	-12,2%	9,7%

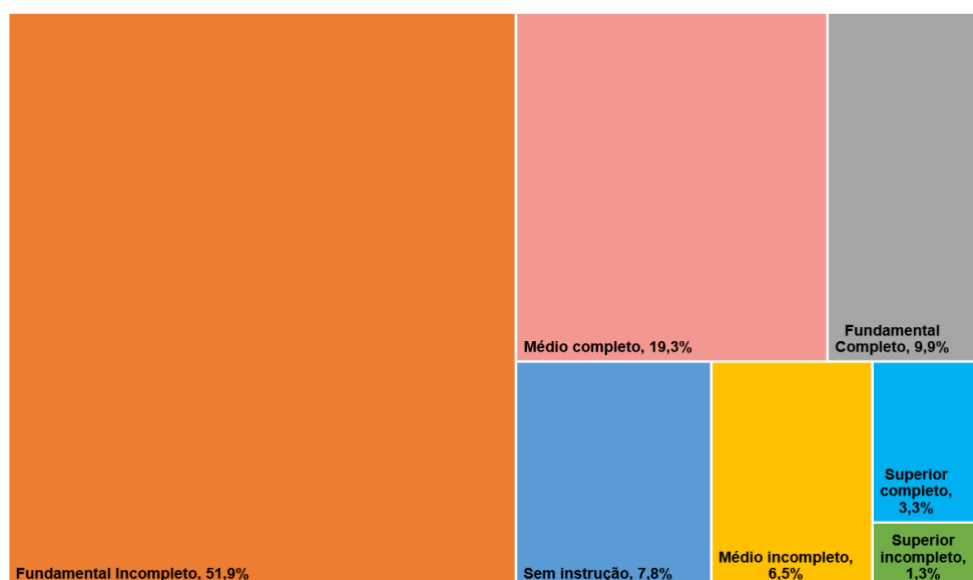
Fonte: PNADC.

Indicadores educacionais

Como foi visto anteriormente na análise dos dados do Censo Agropecuário 2017, os produtores rurais têm, de modo geral, baixa qualificação, de modo que 73,1% tinham até o ensino fundamental, 21,0% tinham até o médio e apenas 5,9% tinham o superior.

Quando se considera o mercado de trabalho associado às atividades agropecuárias, o cenário é muito similar: 69,6% da população ocupada no setor, no segundo trimestre de 2021, tinham até o ensino fundamental (isto é, sem instrução, fundamental incompleto e fundamental completo). Apenas 25,8% tinham até o ensino médio (ou seja, incompleto ou completo) e 4,6%, o ensino superior (completo ou incompleto). Dessa forma, constata-se que, assim como os produtores rurais, o mercado de trabalho dentro da porteira também é caracterizado pela baixa qualificação (Gráfico 36).

Gráfico 36. Participação do pessoal ocupado por nível de instrução na agropecuária – segundo trimestre de 2021 (média móvel de quatro trimestres) - % no total de ocupados



Fonte: PNADC.

Comparativamente ao mercado de trabalho brasileiro como um todo, o pessoal ocupado do setor agropecuário tem uma escolaridade inferior. Enquanto dentro da porteira, 51,9% dos trabalhadores têm apenas fundamental incompleto, na média do Brasil essa proporção é de 20,1%. Além disso, a representatividade do pessoal ocupado com ensino médio completo e ensino superior completo é bem maior na média do mercado de trabalho do país (33,8% e 24,3%, respectivamente), do que quando se considera apenas as atividades agropecuárias (19,3% e 3,3%, na mesma ordem). Vale ressaltar que, dentro da agropecuária, as proporções não se alteram significativamente quando se considera apenas a agricultura ou somente a pecuária – ou seja, em ambos os casos, há a predominância de ocupados com fundamental incompleto, representando mais da metade dos trabalhadores, no período (Tabela 13).

Apesar disso, é importante salientar que houve uma evolução positiva ao longo dos anos, uma vez que, entre o quarto trimestre de 2012 e o segundo trimestre de 2021 (média móvel dos últimos quatro trimestres), a participação das pessoas ocupadas que não possuíam instrução passou de 14,1% para 7,8% na agropecuária (Tabela 13), reflexo de uma contração de 53,7% no número de pessoas ocupadas com esse nível de instrução (Gráfico 37). No mesmo período também contraiu a representatividade dos trabalhadores com ensino fundamental incompleto (de 60,9% para 51,9%) e aumentou a participação de todos os demais níveis de escolaridade (fundamental completo, médio incompleto e completo e superior completo e incompleto) (Tabela 13).

Tabela 13. Participação do pessoal ocupado por nível de instrução na agropecuária e no mercado de trabalho brasileiro – quarto trimestre de 2012 e segundo trimestre de 2021 (média móvel de quatro trimestres) - % no total de ocupados

Escolaridade	4° trimestre de 2012			
	Agricultura	Pecuária	Agropecuária	Brasil
Sem instrução	15,2%	11,6%	14,1%	3,6%
Fundamental Incompleto	60,3%	62,1%	60,9%	29,8%
Fundamental Completo	9,4%	9,4%	9,4%	10,8%
Médio incompleto	4,4%	4,6%	4,5%	6,4%
Médio completo	8,9%	9,6%	9,2%	29,8%
Superior incompleto	0,5%	0,9%	0,6%	5,1%
Superior completo	1,2%	1,7%	1,3%	14,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Escolaridade	2° trimestre de 2021			
	Agricultura	Pecuária	Agropecuária	Brasil
Sem instrução	8,2%	7,1%	7,8%	1,8%
Fundamental Incompleto	51,5%	52,8%	51,9%	20,1%
Fundamental Completo	9,8%	9,9%	9,9%	7,5%
Médio incompleto	6,7%	6,0%	6,5%	6,1%
Médio completo	19,5%	18,9%	19,3%	33,8%
Superior incompleto	1,3%	1,4%	1,3%	6,4%
Superior completo	3,0%	3,8%	3,3%	24,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

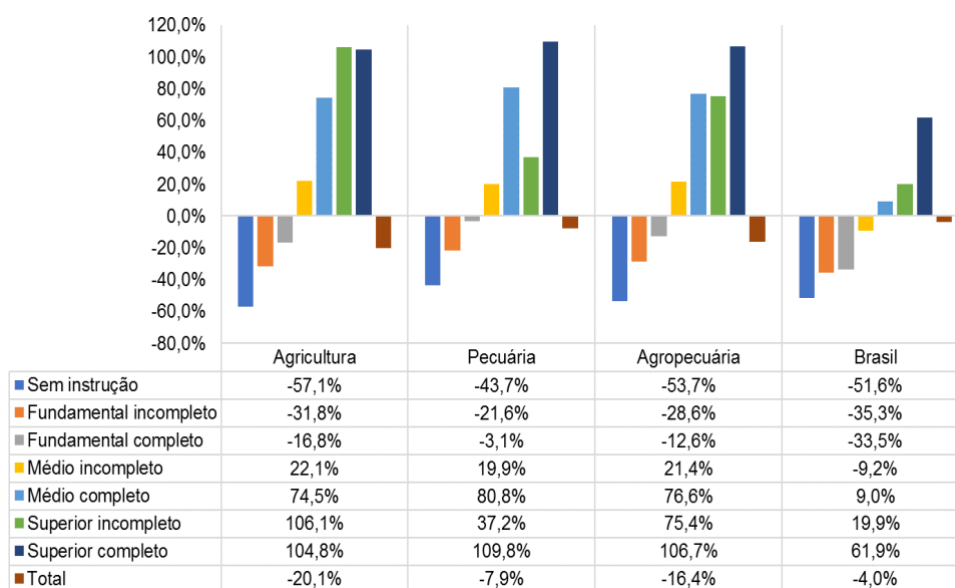
Fonte: PNADC.

Embora a participação do número de ocupados com fundamental completo tenha aumentado no período de análise, observa-se uma queda no número absoluto de trabalhadores com essa escolaridade. Isso só foi possível porque a contração observada (-12,6%) foi menos intensa do que a de pessoas sem instrução (-53,7%) e com o fundamental incompleto (-28,6%). A população ocupada com ensino médio e ensino superior (completo e incompleto) cresceu significativamente ao longo do tempo, de forma ainda mais robusta do que foi observado no mercado de trabalho brasileiro como um todo (Gráfico 37).

O aumento da escolaridade da população ocupada, apesar de ainda estar longe do ideal, possivelmente, implicou em aumento da produtividade desses trabalhadores, uma vez que,

segundo Gasques et al. (2020, p. 118), os principais impulsionadores do crescimento da produtividade têm sido a mão de obra, terra e capital. Para os autores, a mão de obra tornou-se mais qualificada nos últimos anos, e a disponibilidade de equipamentos e máquinas com melhor desempenho tornaram o trabalho mais produtivo. Por seu turno, novos sistemas de produção, alocação mais eficiente da terra, levando em conta as diferentes condições edafoclimáticas do território nacional, permitiram a elevação da produtividade desse fator de produção.

Gráfico 37. Variação do pessoal ocupado por nível de instrução na agropecuária e no mercado de trabalho brasileiro – entre o quarto trimestre de 2012 e o segundo trimestre de 2021 (média móvel de quatro trimestres) - %

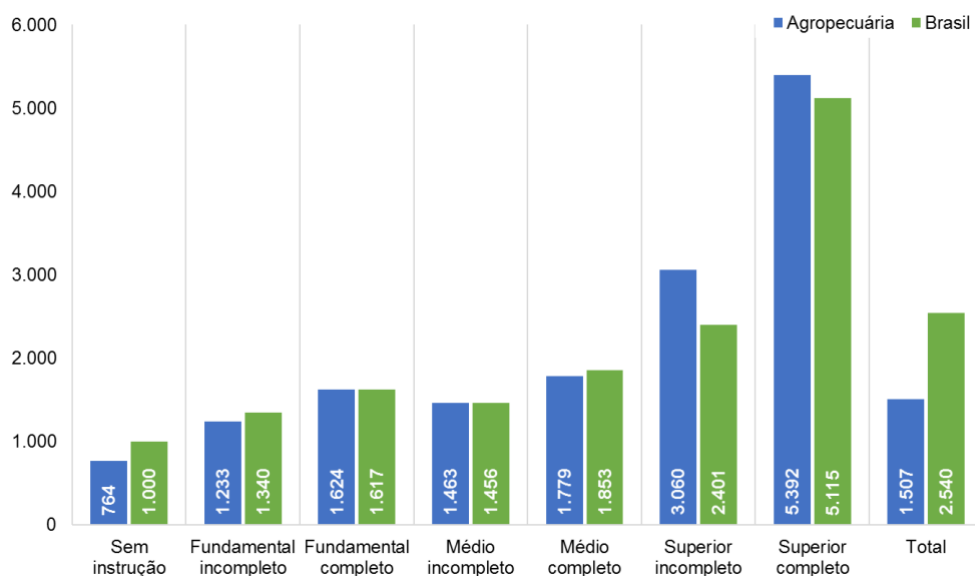


Fonte: PNADC.

Como foi visto anteriormente, a remuneração média mensal das pessoas ocupadas na agropecuária, no segundo trimestre de 2021, foi de R\$ 1.507. Apesar disso, a maior parte dos trabalhadores do setor, como foi visto, tem apenas o fundamental incompleto (51,9%) e recebem a remuneração de R\$ 1.233 por mês – essa remuneração só é maior do que a aquela recebida pelo trabalhador sem instrução (R\$ 764 mensal). Vale ressaltar que, para ambos os tipos de escolaridade, o trabalhador agropecuário recebe uma remuneração mensal menor do que aquela paga, em média, pela média dos setores econômicos brasileiros. Isso também ocorre para os trabalhadores com ensino médio completo: enquanto dentro da porteira os trabalhadores recebem R\$ 1.779 por mês, no mercado de trabalho brasileiro como um todo o valor pago é de R\$ 1.883, em média (Gráfico 38).

Por sua vez, os trabalhadores com fundamental completo, médio incompleto, superior completo e superior completo recebem uma remuneração média maior do que um profissional com a mesma escolaridade recebe no mercado de trabalho brasileiro, considerando todas os setores econômicos (Gráfico 38).

Gráfico 38. Remuneração média mensal do pessoal ocupado por nível de instrução na agropecuária e no mercado de trabalho brasileiro – segundo trimestre de 2021 (média móvel de quatro trimestres) – R\$



Fonte: PNADC.

Tabela 14. Remuneração média mensal do pessoal ocupado por nível de instrução na agropecuária e no mercado de trabalho brasileiro – quarto trimestre de 2012 e segundo trimestre de 2021 (média móvel de quatro trimestres) – R\$

Escolaridade	4º trimestre de 2012			
	Agricultura	Pecuária	Agropecuária	Brasil
Sem instrução	618	805	669	917
Fundamental incompleto	1.075	1.302	1.150	1.370
Fundamental completo	1.415	1.711	1.509	1.654
Médio incompleto	1.326	1.496	1.381	1.487
Médio completo	2.007	2.473	2.162	2.077
Superior incompleto	3.862	3.974	3.942	2.688
Superior completo	7.970	6.142	7.265	5.765
Total	1.231	1.500	1.317	2.330

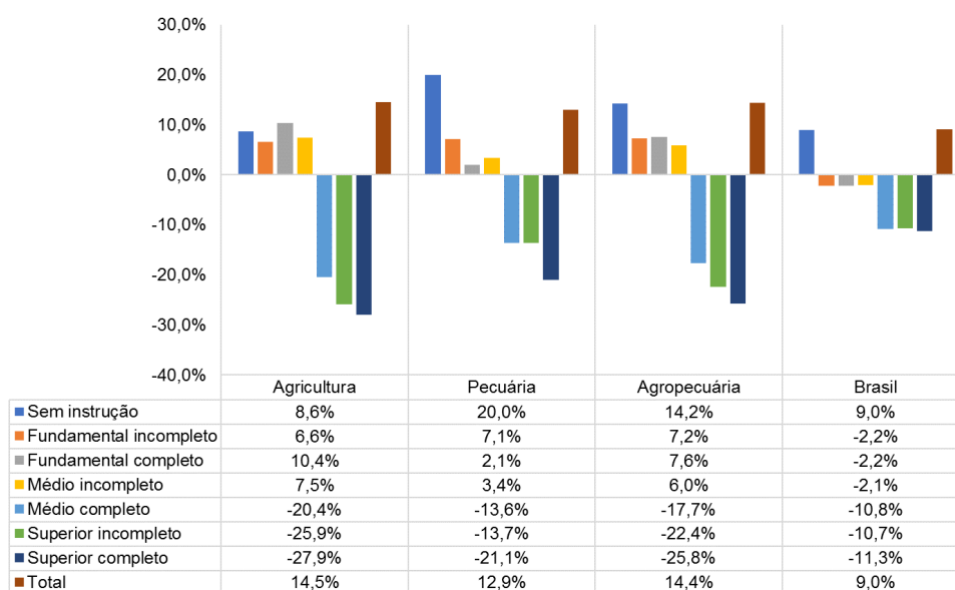
Escolaridade	2º trimestre de 2021			
	Agricultura	Pecuária	Agropecuária	Brasil
Sem instrução	671	966	764	1.000
Fundamental incompleto	1.146	1.394	1.233	1.340
Fundamental completo	1.562	1.746	1.624	1.617
Médio incompleto	1.425	1.546	1.463	1.456
Médio completo	1.597	2.136	1.779	1.853
Superior incompleto	2.862	3.431	3.060	2.401
Superior completo	5.744	4.849	5.392	5.115
Total	1.410	1.694	1.507	2.540

Fonte: PNADC.

Ao longo do tempo, observa-se uma redução da diferença salarial entre os ocupados com distintos níveis de escolaridade. Enquanto os trabalhadores com menores níveis de instrução (sem instrução, fundamental incompleto, fundamental completo, médio incompleto) tiveram aumento da remuneração entre o quarto trimestre de 2012 e o segundo trimestre de 2021, os ocupados com maiores qualificações (médio completo, superior incompleto e superior completo) tiveram queda da remuneração, no período (Tabela 14 e Gráfico 39).

Para comparação, quando se considera o mercado de trabalho brasileiro como um todo, apenas os trabalhadores sem instrução receberam um rendimento maior em 2021 do que em 2012 (aumento de 9,0%); todos os demais ocupados tiveram queda da remuneração média mensal. Apesar disso, a remuneração média mensal brasileira cresceu, no período, uma vez que aumentou proporcionalmente a população ocupada com maior qualificação em detrimento daquela com menor escolaridade, elevando, portanto, a média salarial (Tabela 14 e Gráfico 39).

Gráfico 39. Variação da remuneração média mensal do pessoal ocupado por nível de instrução na agropecuária e no mercado de trabalho brasileiro – entre o quarto trimestre de 2012 e o segundo trimestre de 2021 (média móvel de quatro trimestres) - %



Fonte: PNADC.

Como a pandemia afetou o mercado de trabalho da agropecuária em termos de população ocupada?

A pandemia de Covid-19 atingiu o Brasil, notadamente, a partir do segundo trimestre de 2020. Naquele momento, diversas medidas de isolamento social foram adotadas com o objetivo de conter a propagação da doença no país, isso, naturalmente, resultou em algumas consequências econômicas, fazendo com que o PIB brasileiro, por exemplo, contraísse 4,1%, em 2020 frente ao ano anterior. Conforme o esperado, o mercado de trabalho brasileiro também foi impactado, fazendo com que a taxa de desocupação passasse de 12,8% no primeiro semestre de 2020⁷⁴ para 14,4% no mesmo período de 2021⁷⁵ – logo, uma alta de 1,7 p.p..

Apesar disso, é relevante ressaltar que, como já foi visto anteriormente, o PIB da agropecuária foi o único que se expandiu em 2020, registrando uma alta de 2,0%. Ao mesmo tempo, a indústria e o setor de serviços apresentaram contração de, respectivamente, 3,5% e 4,5%. Contudo, fica claro que o mercado de trabalho associado às atividades dentro da porteira não passou ileso às turbulências causadas pela pandemia de Covid-19. Diante disso, nessa seção, serão analisados os dados da PNADC a fim de entender a dinâmica do mercado de trabalho da agropecuária ao longo da pandemia, considerando, sobretudo, os impactos no número de ocupados do setor.

Nesse sentido, constata-se que o número de ocupados na agropecuária vinha, desde o início de 2019, demonstrando, de modo geral, um leve crescimento⁷⁶, apesar de mais modesto do que o registrado pelo mercado de trabalho brasileiro como um todo.

Porém, com a chegada da Covid-19 no país, principalmente a partir do segundo trimestre de 2020, a população ocupada dentro da porteira passou a registrar fortes contrações, e se manteve em campo negativo até o primeiro trimestre de 2021, para então voltar a apresentar crescimento.

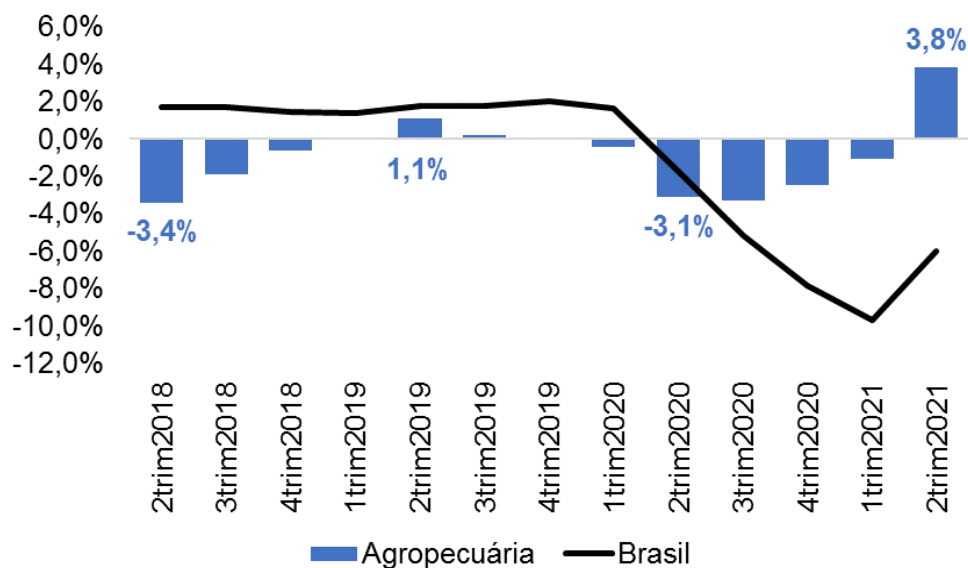
No caso da média dos setores econômicos, o impacto no número de ocupações foi ainda maior do que na agropecuária, uma vez que, no segundo trimestre de 2020, entrou em trajetória de contração, a qual se acelerou até o primeiro trimestre de 2021 para, enfim, entrar em uma dinâmica de desaceleração da queda. Com isso, enquanto a atividade agropecuária acumulou, no segundo trimestre de 2021, uma expansão de 3,8% na sua população ocupada, no mercado de trabalho como um todo há ainda queda no número de vagas (-6,0%), demonstrando que há ainda um longo caminho para voltar para o campo positivo (Gráfico 40).

⁷⁴ Média entre o primeiro e o segundo trimestre de 2020.

⁷⁵ Média entre o primeiro e o segundo trimestre de 2021.

⁷⁶ As análises dessa seção serão realizadas, mais uma vez, considerando a média móvel em quatro trimestres, com o objetivo de tentar controlar a sazonalidade das informações.

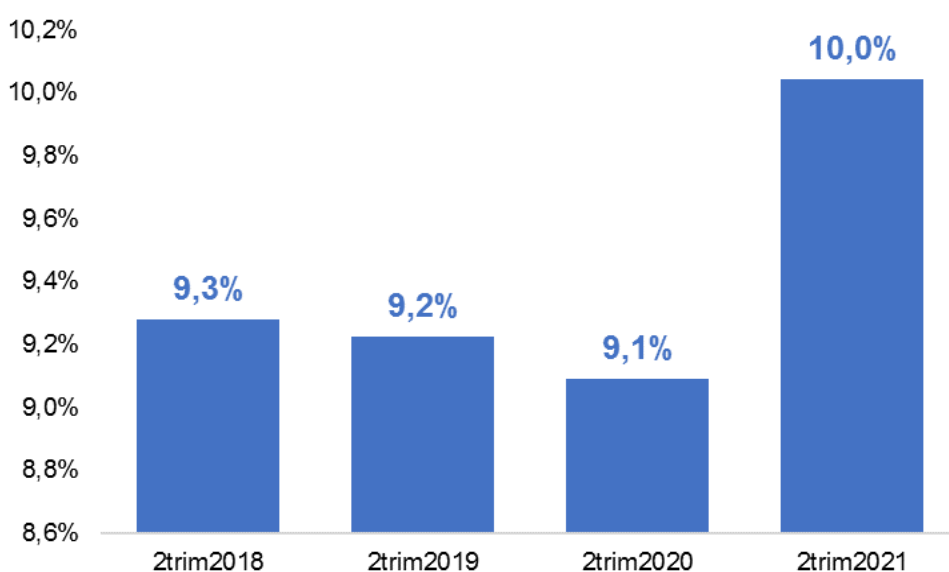
Gráfico 40. Variação acumulada em quatro trimestres do pessoal ocupado na agropecuária e no mercado de trabalho brasileiro (%)



Fonte: PNADC.

Logo, fica claro que apesar de o mercado de trabalho da agropecuária não ter passado ileso pelas turbulências da pandemia de Covid-19, o impacto foi menor do que aquele sofrido pela média das demais atividades econômicas. A partir disso, observa-se, conseqüentemente, um aumento da participação das ocupações na agropecuária frente ao mercado de trabalho brasileiro, passando de 9,1% no segundo trimestre de 2020 – início da crise sanitária no país – para 10,0% no mesmo período de 2021 (Gráfico 41).

Gráfico 41. Participação da agropecuária do mercado de trabalho brasileiro (%) – média móvel em quatro trimestres



Fonte: PNADC.

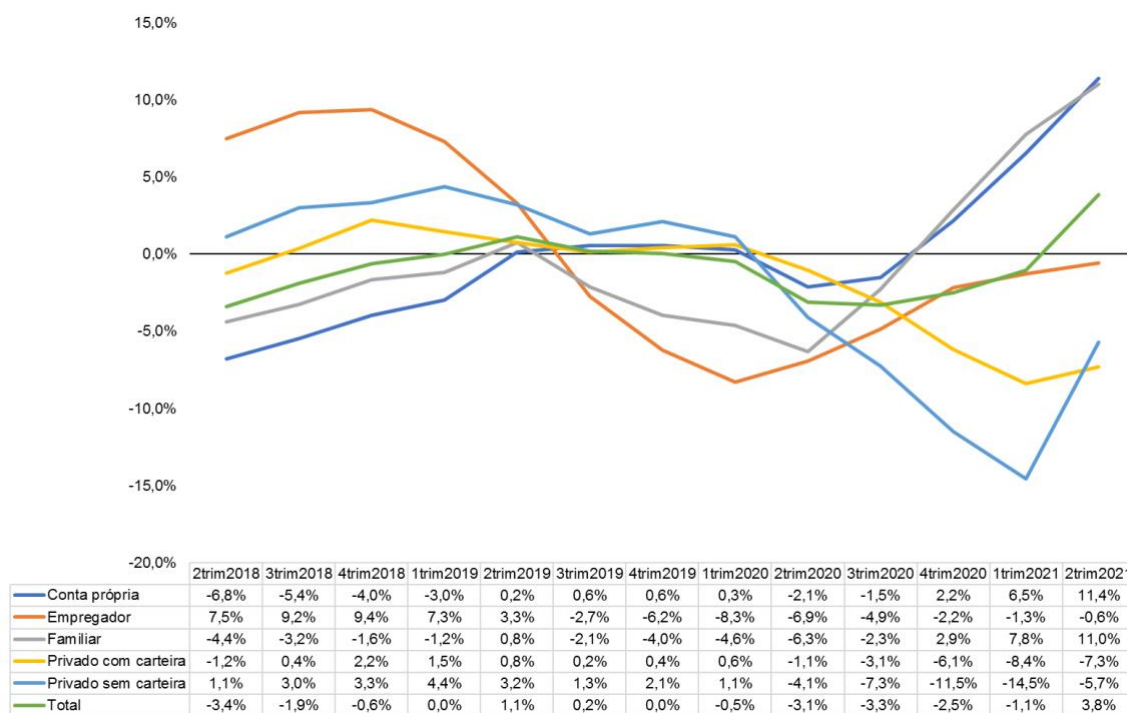
Vale ressaltar, no entanto, que a expansão dos ocupados no setor agropecuário, no segundo trimestre de 2021 (considerando o acumulado dos últimos quatro trimestres) não foi generalizada entre as categorias de ocupação. Ou seja, o crescimento da população ocupada no setor foi puxado, sobretudo, pelo aumento das ocupações por conta própria (alta de 11,4%) e dos trabalhadores familiares (11,0%). Todas as demais categorias sofreram contrações, sendo as mais representativas a dos empregados no setor privado com (-7,3%) e sem carteira assinada (-5,7%) (Gráfico 42).

É importante destacar que os ocupados por conta própria quase não sentiram efeitos negativos ao longo da pandemia. Isto é, a quantidade de trabalhadores nessa categoria vinha em estabilidade ao longo de 2019, passou a contrair no segundo e terceiro trimestre de 2020, e logo depois voltou para o campo positivo (Gráfico 42).

Em contrapartida, os empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada foram os que mais sofreram, uma vez que, até o primeiro trimestre de 2020, vinha apresentando taxas de crescimento positivas, mas a partir de então passou a contrair de forma cada vez mais intensa e, somente no primeiro trimestre de 2021 que passou a entrar em uma dinâmica de desaceleração da queda. Os trabalhadores do setor privado com carteira assinada apresentaram uma tendência semelhante ao dos sem carteira, mas com contrações menos intensas no período mais agudo da pandemia (Gráfico 42).

O empregador do setor agropecuário, por sua vez, já vinha em queda desde o início de 2019 e com o início da pandemia no país se manteve em campo negativo até, pelo menos, o segundo trimestre de 2021 (Gráfico 42).

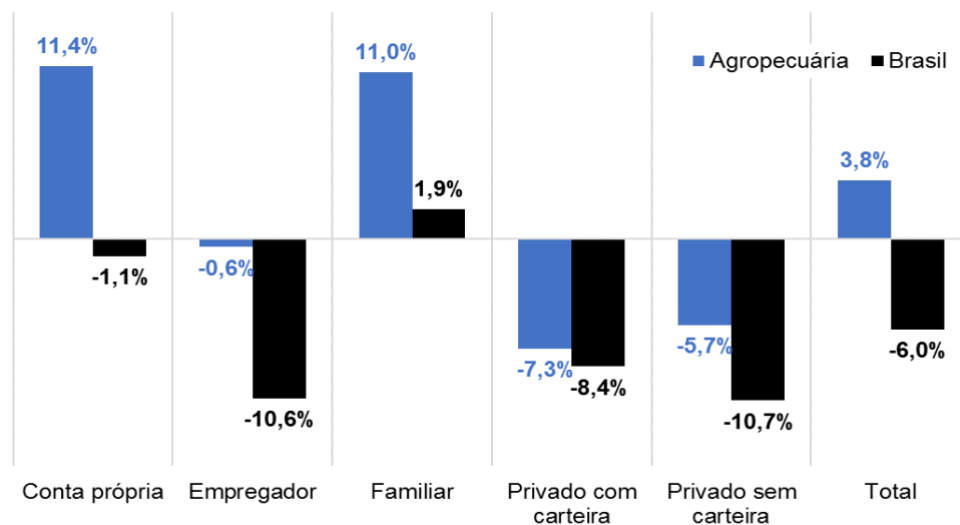
Gráfico 42. Variação acumulada em quatro trimestres do pessoal ocupado, por categoria de ocupação, na agropecuária (%)



Fonte: PNADC.

Comparativamente ao mercado de trabalho brasileiro como um todo, observa-se que para todas as categorias de ocupação, a atividade agropecuária sentiu menos as turbulências causadas pelo Covid-19, pelo menos até o momento, do que a média de todos os setores brasileiros. Ou seja, enquanto os ocupados por conta própria dentro da carteira acumula uma expansão de 11,4% nos últimos quatro trimestres, o número de trabalhadores da mesma categoria considerando o mercado de trabalho total contraiu 1,1%. Além disso, embora os empregados no setor privado na agropecuária sem e com carteira assinada terem acumulado contrações (respectivamente, -5,7% e -7,3%), no mercado de trabalho como um todo as quedas foram ainda mais intensas (-10,7% e -8,4%, na mesma ordem) (Gráfico 43).

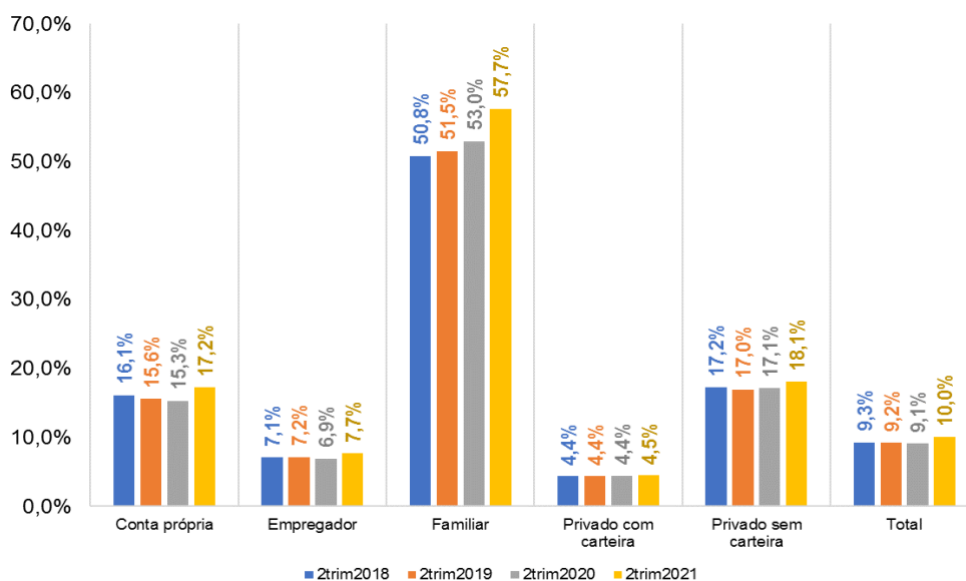
Gráfico 43. Variação acumulada em quatro trimestres do pessoal ocupado na agropecuária e no mercado de trabalho brasileiro, por categoria de ocupação – segundo trimestre de 2021 (%)



Fonte: PNADC.

Consequentemente, o que se observa é um aumento da participação da agropecuária no total de ocupações brasileiras para todas as categorias ao longo do período de pandemia de Covid-19. No caso dos trabalhadores por conta própria, a participação da agropecuária passou de 15,3% no segundo trimestre de 2020 para 17,2% no mesmo período de 2021. No caso dos trabalhadores familiares o aumento da relevância foi ainda mais significativo: de 53,0% para 57,7%, no período (Gráfico 44).

Gráfico 44. Participação do pessoal ocupado da agropecuária no mercado de trabalho brasileiro, por categoria de ocupação – segundo trimestres – média móvel de quatro trimestres (%)

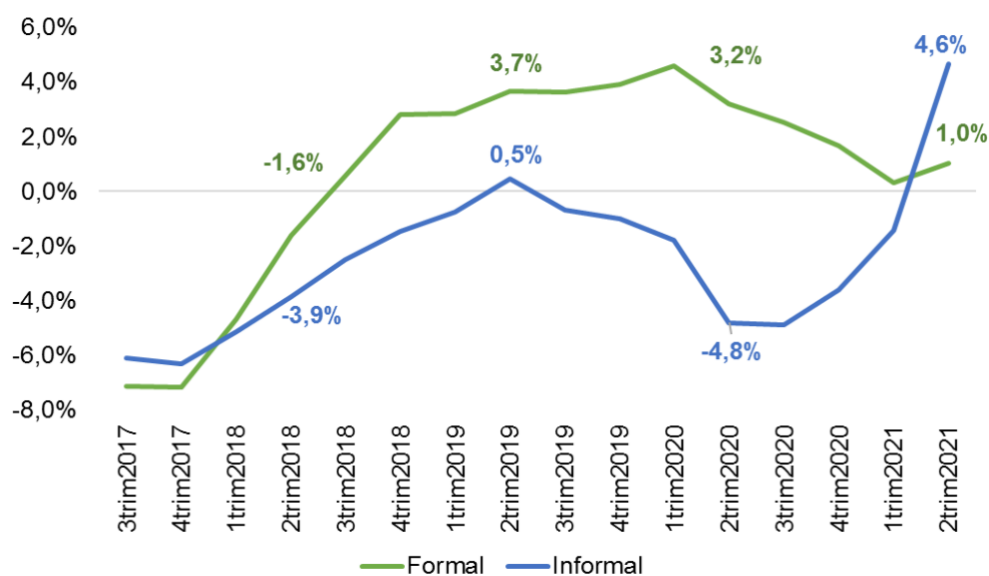


Fonte: PNADC.

Apesar da agropecuária ter, no segundo trimestre de 2021, acumulado uma expansão de 3,8%, puxada pela alta no número de trabalhadores por conta própria e familiares, esse aumento foi obtido com o crescimento, notadamente, das ocupações informais. Isto é, enquanto as ocupações formais acumularam uma ligeira alta de 1,0%, as informais registraram uma expansão de 4,6%, no período (Gráfico 45).

Antes da pandemia, enquanto as ocupações formais vinham crescendo significativamente, os informais registravam taxas de crescimento negativas de forma consecutiva e cada vez mais intensas. Somente a partir do segundo trimestre de 2020 é que o número de ocupados informais entrou em trajetória de desaceleração da queda, retomando o campo positivo no primeiro trimestre de 2021. Em contrapartida, os ocupados formais tiveram sua taxa de crescimento entrando em dinâmica de desaceleração com o início da crise sanitária no país, porém, até o momento, continua registrando variação positiva (Gráfico 45).

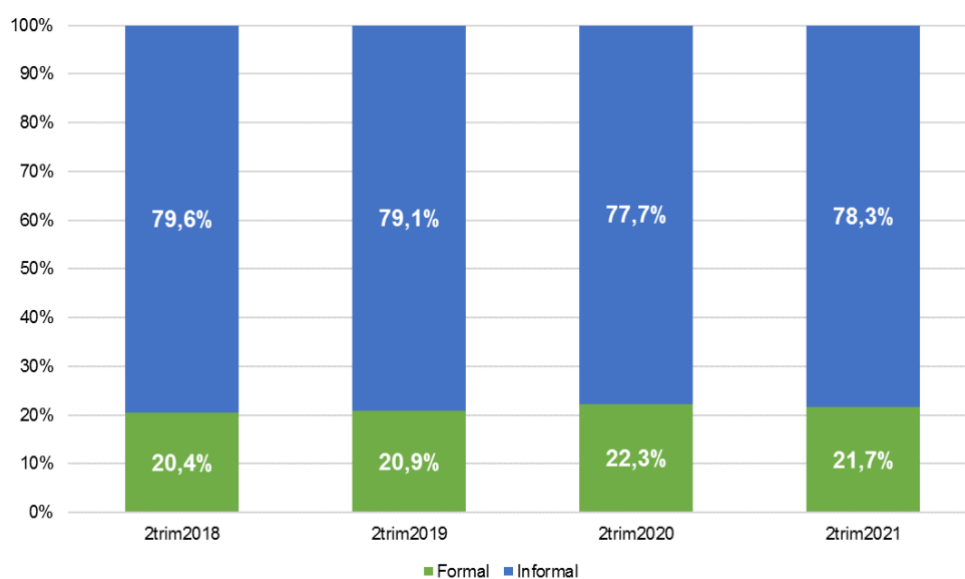
Gráfico 45. Variação acumulada em quatro trimestres do pessoal ocupado na agropecuária - formais e informais (%) – média móvel de quatro trimestres



Fonte: PNADC.

Com o crescimento mais expressivo das ocupações informais em relação às formais, observa-se um aumento da taxa de informalidade no mercado de trabalho associado às atividades agropecuárias. Isto é, enquanto que, no segundo trimestre de 2020, a participação dos informais era de 77,7%, no mesmo período de 2021, foi de 78,3%. Apesar disso, é importante destacar, a informalidade das ocupações da agropecuária não voltou ao patamar de antes de 2019 que, de modo geral, estava frequentemente acima de 79% (Gráfico 46).

Gráfico 46. Participação das ocupações formais e informais na agropecuária – média móvel em quatro trimestres (%)

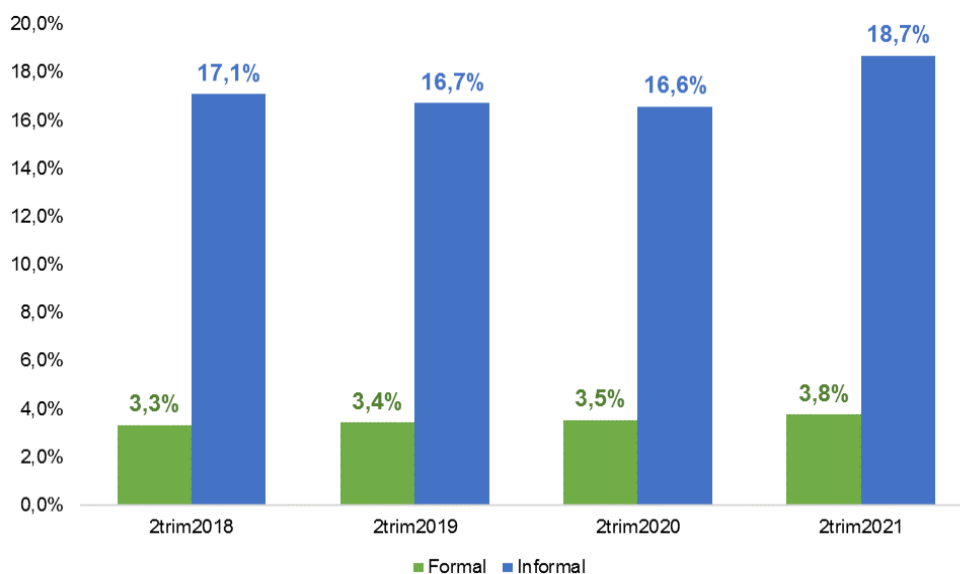


Fonte: PNADC.

Com isso, nota-se um aumento da participação das ocupações informais da agropecuária no total desse tipo de trabalho considerando o mercado brasileiro como um todo. Ou seja, no segundo trimestre de 2020, as vagas informais do agro correspondiam a 16,6% das ocupações do mesmo tipo do país; no mesmo período de 2021 essa participação foi para 18,7% (Gráfico 47).

Apesar disso, é válido ressaltar, as ocupações da agropecuária também ganharam relevância no total no país quando se considera os postos formais, passando de 3,5% para 3,8% - porém, em uma menor proporção (Gráfico 47).

Gráfico 47. Participação da agropecuária nas ocupações formais e informais do mercado de trabalho brasileiro – média móvel em quatro trimestres (%)



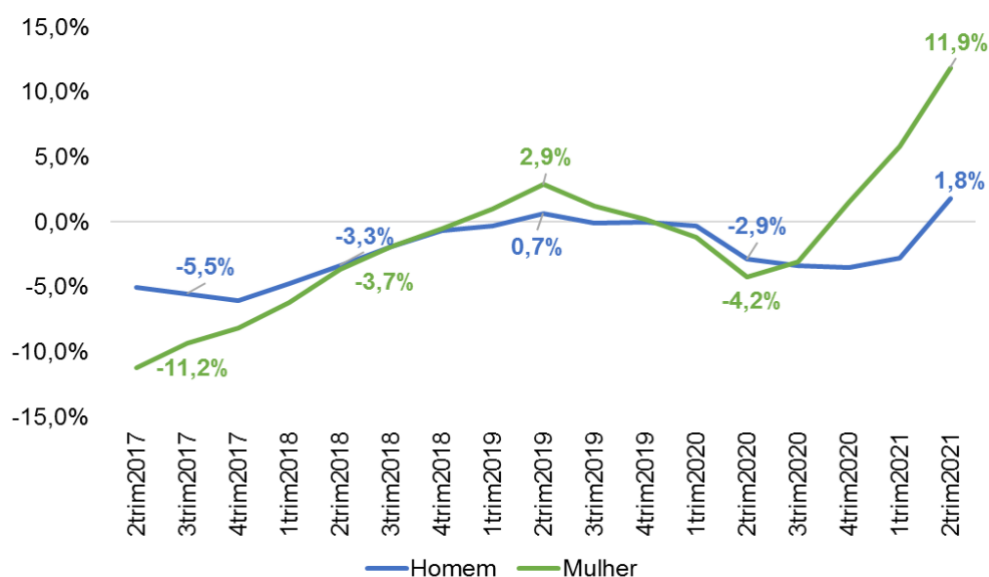
Fonte: PNADC.

Considerando as ocupações por sexo, observa-se que pandemia de Covid-19 trouxe piores consequências aos trabalhadores do sexo masculino do que do feminino.

Antes da crise sanitária atingir o país, sobretudo, desde o segundo semestre de 2019, as vagas ocupadas por mulheres vinham em trajetória de queda, a qual vinha se acelerando e atingiu seu pior momento no segundo trimestre de 2020. No entanto, essa dinâmica se alterou a partir de então e, desde o quarto trimestre de 2020, voltou para o campo positivo. Com isso, no segundo trimestre de 2021, as ocupações femininas registraram um aumento acumulado de 11,9% (Gráfico 48).

As vagas de trabalho masculinas, por sua vez, apresentam um desempenho distinto. Ou seja, desde 2019 vinha demonstrando, de modo geral, estabilidade e a partir do segundo trimestre de 2020 passou a registrar contrações, de forma que só voltou a expandir no mesmo período de 2021, acumulado uma alta de 1,8% (Gráfico 48).

Gráfico 48. Variação acumulada em quatro trimestres do pessoal ocupado na agropecuária – por sexo (%)

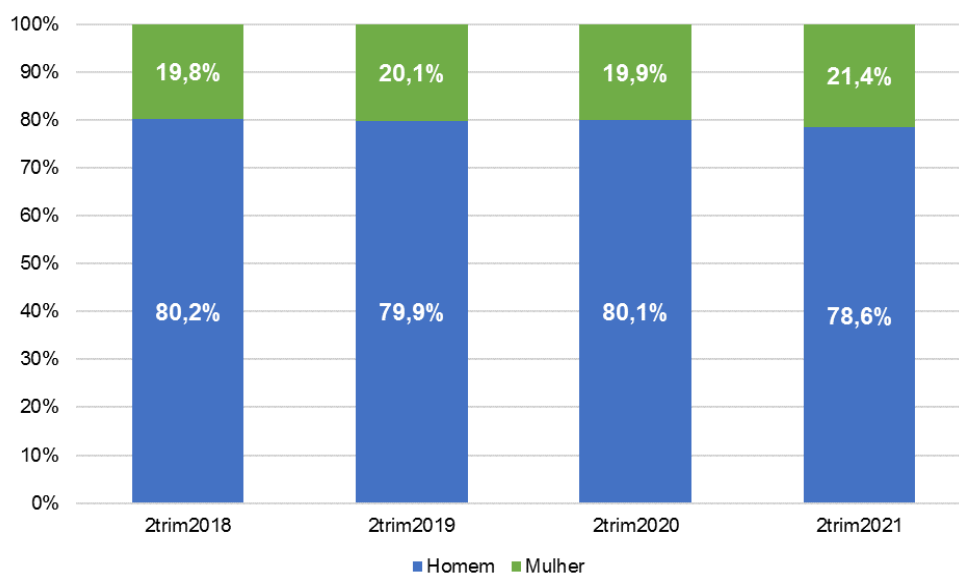


Fonte: PNADC.

Como consequência do crescimento mais expressivo das ocupações femininas frente às masculinas ao longo da pandemia, nota-se uma alta da representatividade das mulheres dentro da agropecuária, correspondendo no segundo trimestre de 2021, 21,4% da população ocupada no setor – maior participação para o segundo trimestre desde o início da série histórica. Apesar disso, vale lembrar, as mulheres continuam sendo minoritárias nas atividades dentro da porteira (Gráfico 49).

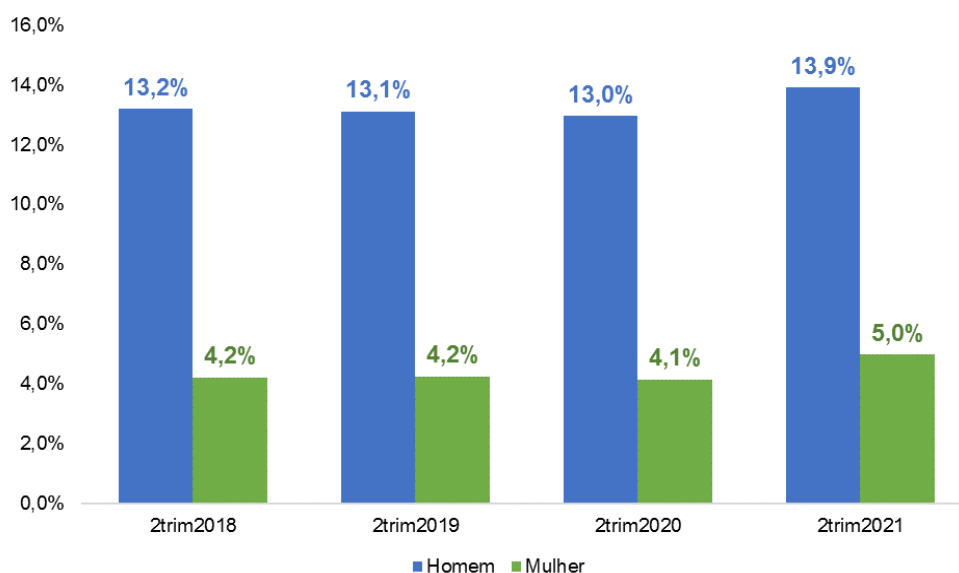
No mercado de trabalho como um todo, as mulheres do agro também ganharam participação passando de 4,1% para 5,0% (entre o segundo trimestre de 2020 e o mesmo de 2021), uma vez que enquanto as ocupações femininas cresceram na agropecuária (11,9%), contraíram (-7,1%) na média de todos os setores brasileiros. A relevância dos homens do agro no mercado de trabalho total também aumentou no período, passando de 13,0% para 13,9%, refletindo o aumento de 1,8% das vagas masculinas, no segundo trimestre de 2021, no setor agropecuário, ao mesmo tempo em que contraíram no mercado como um todo (-5,1%) (Gráfico 50).

Gráfico 49. Participação dos homens e mulheres na população ocupada da agropecuária – média móvel em quatro trimestres (%)



Fonte: PNADC.

Gráfico 50. Participação da agropecuária nas ocupações do mercado de trabalho brasileiro, por sexo – média móvel em quatro trimestres (%)



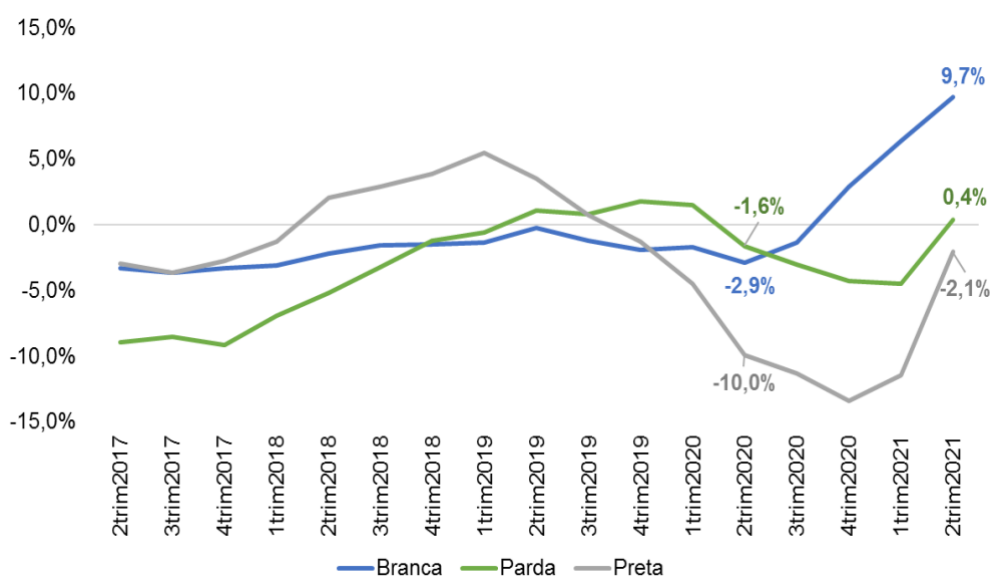
Fonte: PNADC.

Como foi visto anteriormente, do total da população ocupada nas atividades dentro da porteira, 99,0% são pardos (51,4%), brancos (40,1%) e pretos (7,5%). Dessas cores ou raças mais relevantes em termos de pessoal ocupado, o número de trabalhadores brancos foi o que mais se expandiu (9,7%), no segundo trimestre de 2021. A população ocupada parda também

aumentou no período, porém, em proporções bem menores: 0,4%. Os trabalhadores pretos, por sua vez, acumulam contração no número de ocupações, de -2,1% (Gráfico 51).

Vale ressaltar que a população ocupada branca entrou em trajetória de crescimento a partir do segundo trimestre de 2020 – pior momento da pandemia em termos econômicos no país. Em contrapartida, as vagas ocupadas por pardos começam a registrar contração exatamente nesse mesmo período e se manteve em campo negativo até o primeiro trimestre de 2021. Por fim, a população ocupada preta vem em trajetória de queda desde 2019, atingiu seu pior momento no quarto trimestre de 2020 e entrou em uma dinâmica de recuperação a partir de então, porém, não conseguiu acumular uma variação positiva até o segundo trimestre de 2021 (Gráfico 51).

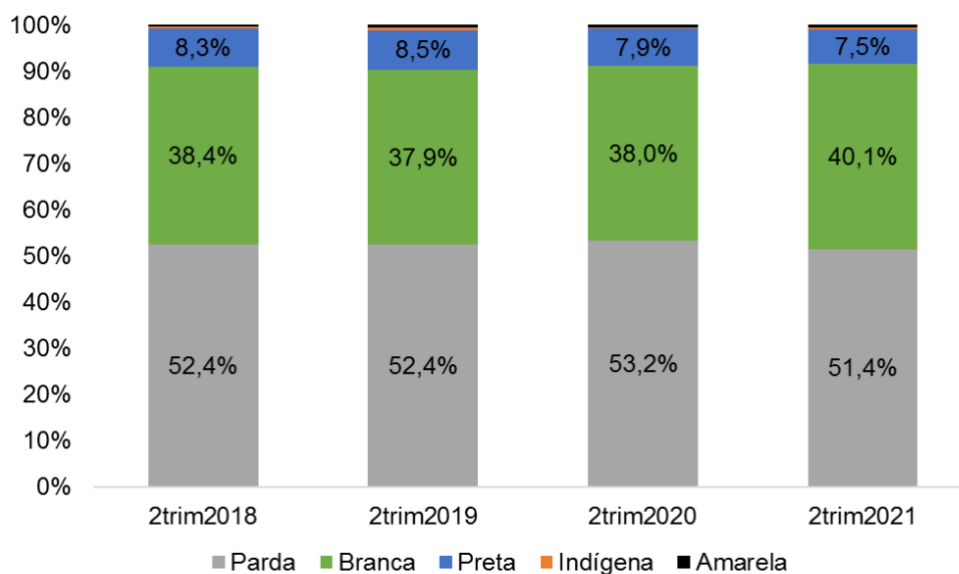
Gráfico 51. Variação acumulada em quatro trimestres do pessoal ocupado na agropecuária – por cor ou raça (%)



Fonte: PNADC.

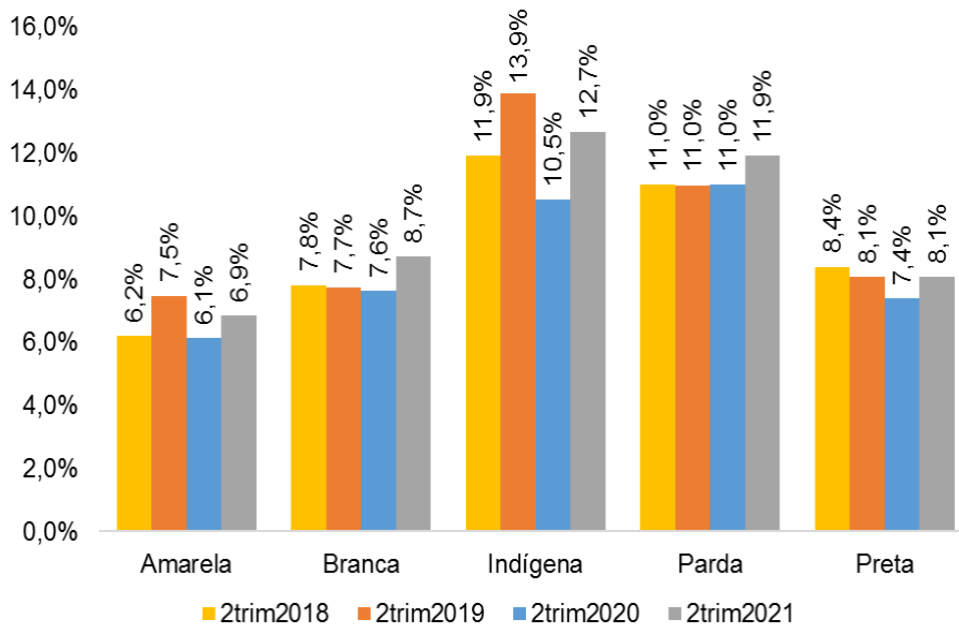
Como reflexo desses desempenhos, nota-se um aumento da relevância dos ocupados da cor branca, em detrimento dos demais (pardos e pretos), ao longo da pandemia, dentro da porteira (Gráfico 52). No entanto, para todas as cores e raças, a participação do agro no total do país aumentou, devido ao desempenho melhor do agro do que o mercado de trabalho brasileiro em geral (Gráfico 53).

Gráfico 52. Participação na população ocupada da agropecuária, por cor ou raça – média móvel em quatro trimestres (%)



Fonte: PNADC.

Gráfico 53. Participação da agropecuária nas ocupações do mercado de trabalho brasileiro, por cor ou raça – média móvel em quatro trimestres (%)

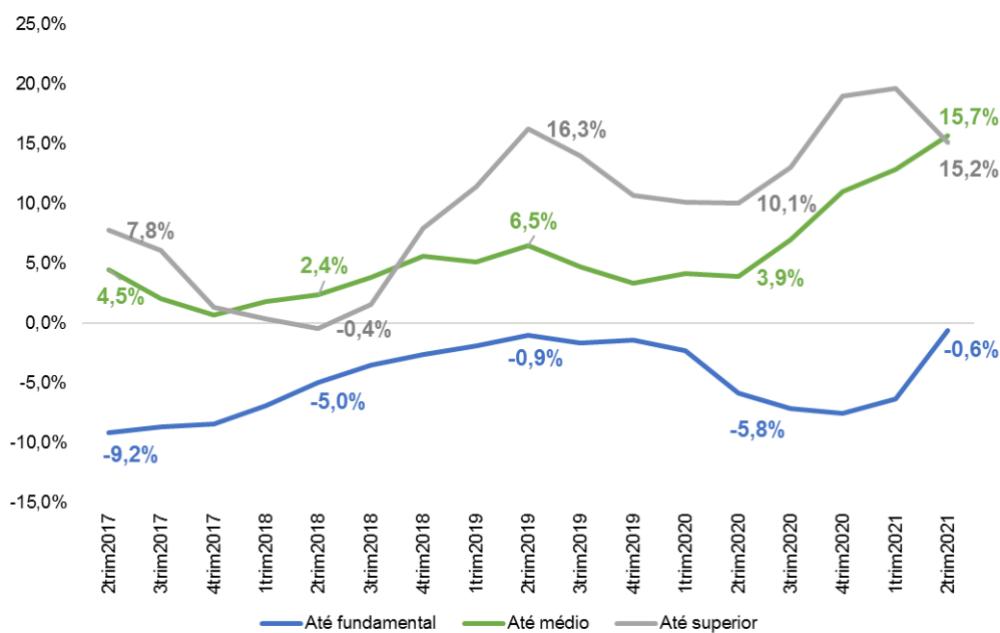


Fonte: PNADC.

Por fim, quando se analisa a população ocupada por escolaridade nota-se que quem mais sofreu as consequências negativas da pandemia foram os que têm menos instrução. Ou seja, enquanto os trabalhadores com ensino superior⁷⁷ e os com ensino médio⁷⁸ registraram uma expansão acumulada nos últimos quatro trimestres de, respectivamente, 15,2% e 15,7%, os com até fundamental completo⁷⁹ contraíram 0,6% (Gráfico 54).

Vale ressaltar que os ocupados com menos qualificação já vinham contraindo antes mesmo da pandemia, mas o ritmo de queda se intensificou no início de 2020 e voltou a desacelerar no começo de 2021. Os ocupados com até ensino médio e até ensino superior, quase não sentiram a crise, de forma que em nenhum momento desde o início da pandemia registraram contração, apenas registraram uma desaceleração no segundo trimestre de 2020, mas logo se recuperaram (Gráfico 54).

Gráfico 54. Variação acumulada em quatro trimestres do pessoal ocupado na agropecuária – por escolaridade (%) – média móvel de quatro trimestres



Fonte: PNADC.

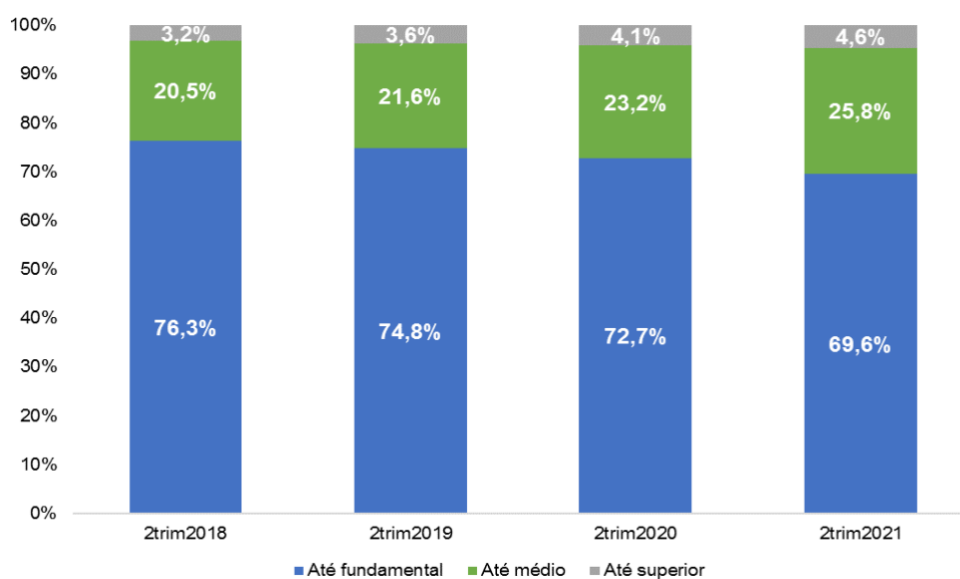
⁷⁷ Completo ou incompleto.

⁷⁸ Completo ou incompleto.

⁷⁹ Sem instrução, fundamental incompleto e completo.

Como resultado, a participação das pessoas com maiores qualificação (médio e superior) dentro da atividade agropecuária aumentou ao longo da pandemia, em detrimento dos que têm menor qualificação. No entanto, é importante destacar, que a maior parte do mercado de trabalho do setor, como já foi visto, ainda é formado por pessoas que têm até o ensino fundamental (69,6%) (Gráfico 55).

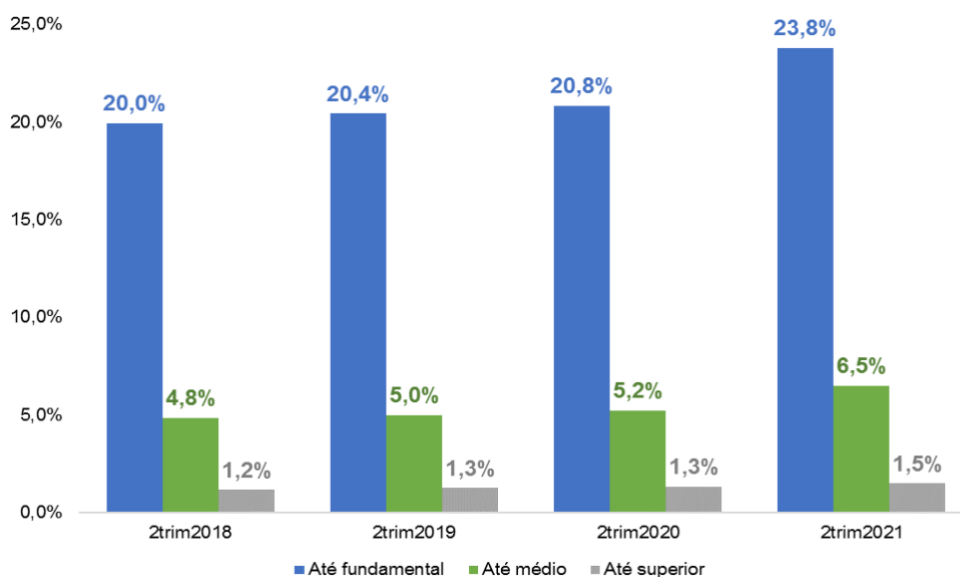
Gráfico 55. Participação na população ocupada da agropecuária, por escolaridade – média móvel em quatro trimestres (%)



Fonte: PNADC.

Em relação ao mercado de trabalho brasileiro, os ocupados na atividade agropecuária, independentemente da escolaridade, tiveram sua representatividade aumentada ao longo da crise sanitária que atingiu o país no início de 2020. Isso ocorreu porque, para todos os níveis de instrução, o desempenho da agropecuária foi melhor (ou menos pior) do que o do mercado em geral (Gráfico 56).

Gráfico 56. Participação da agropecuária nas ocupações do mercado de trabalho brasileiro, por escolaridade – média móvel em quatro trimestres (%)



Fonte: PNADC.

Diante disso, fica claro que, apesar do bom desempenho do setor agropecuário, em termos econômicos, ao longo da pandemia de Covid-19, o mercado de trabalho correspondente não passou ileso. Porém, foi, de modo geral, menos afetado do que a média de todos os setores econômicos do país.

Contudo, os impactos no mercado de trabalho do setor foram distintos quando se considera diferentes tipos de ocupação (categoria e formalidade), bem como as características do produtor (sexo, cor ou raça e escolaridade dos ocupados). De modo geral, os mais prejudicados pelas turbulências causadas pela pandemia de Covid-19 foram: empregados no setor privado, em ocupações formais, homens, pretos e pardos e com baixa escolaridade.

Referências bibliográficas

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA). **Metodologia - PIB do Agronegócio Brasileiro: Base e Evolução**. Piracicaba, 2017.

CONCEIÇÃO, J. C. P. R.. **Capital humano e obtenção de informações técnicas na agricultura: perfil e diferenças regionais a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017**. Boletim Regional, Urbano e Ambiental (BRU): n. 23, Edição Especial, Agricultura 2020.

DELGROSSI, M. E. e BALSADI, O. V.. **Mercado de trabalho e agricultura no Brasil contemporâneo**. In: Vieira Filho, J.E.R.; Gasques, J.G.(org). Uma jornada pelos contrastes do Brasil: cem anos do Censo Agropecuário. Brasília: IPEA, IBGE, 2020, p. 205 – 218.

GASQUES, J. G., BACCHI, M. R. P., BASTOS, E. T. e VALDES, C.. **Crescimento e produtividade da agricultura brasileira: uma análise do Censo Agropecuário**. In: Vieira Filho, J.E.R.; Gasques, J.G.(org). Uma jornada pelos contrastes do Brasil: cem anos do Censo Agropecuário. Brasília: IPEA, IBGE, 2020, p. 107 – 119.

GUANZIROLI, C. E., DI SABBATO, A. e BUAINAIN, A. M.. **Evolução da agricultura familiar no Brasil**. In: Vieira Filho, J.E.R.; Gasques, J.G.(org). Uma jornada pelos contrastes do Brasil: cem anos do Censo Agropecuário. Brasília: IPEA, IBGE, 2020, p. 191 – 203.

GUIMARÃES, D. D.; PEREIRA, J. P. de O.. **Panorama setorial 2015-2018: agropecuária**. In: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Brasil). Perspectivas do investimento 2015-2018 e panoramas setoriais. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014. p. 22-28.

HELFAND, S.M., COSTA, L. V., SOARES, W. L.. **Pequenos e médios produtores no Brasil: uma análise relativa ao tamanho e à escala de produção**. In: Vieira Filho, J.E.R.; Gasques, J.G.(org). Uma jornada pelos contrastes do Brasil: cem anos do Censo Agropecuário. Brasília: IPEA, IBGE, 2020, p. 219 – 228.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuaria.html?=&t=o-que-e>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017: Resultados Definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf>.

MAGALHÃES, K. A., MARTINS, E. C., LUCENA, C. C., HOLANDA FILHO, Z. F.. **Panorama da ovinocultura e da caprinocultura a partir do Censo Agropecuário 2017**. Sobral, CE: Embrapa Caprinos e Ovinos, 2018. 18 p.

MAIA, A.G.. **Mudanças demográficas no rural brasileiro de 2006 a 2017**. In: Vieira Filho, J.E.R.; Gasques, J.G.(org). Uma jornada pelos contrastes do Brasil: cem anos do Censo Agropecuário. Brasília: IPEA, IBGE, 2020. p. 67 – 76.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Brasília: 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/dap>>.

PEIXOTO, M.. **Assistência técnica e extensão rural: grandes deficiências ainda persistem**. In: Vieira Filho, J.E.R.; Gasques, J.G.(org). Uma jornada pelos contrastes do Brasil: cem anos do Censo Agropecuário. Brasília: IPEA, IBGE, 2020. p. 323 – 338.

SANTANA, A. S. e SANTOS, G. R.. **Os agricultores e seus estabelecimentos: dados e índices selecionados do Censo Agropecuário de 2017**. Boletim Regional, Urbano e Ambiental. Edição Especial Agricultura 2020. IPEA, Rio de Janeiro. 2021. p. 195-209.

SOUZA, G. S., GOMES, E. G. e ALVES, E. R. A.. **Uma visão da produção da agricultura brasileira com base em dados recentes do Censo Agropecuário**. In: Vieira Filho, J.E.R.; Gasques, J.G.(org). Uma jornada pelos contrastes do Brasil: cem anos do Censo Agropecuário. Brasília: IPEA, IBGE, 2020, p. 39 – 50.



PlanaFlor

Análise dos proprietários de terra e do emprego no campo

Projeto PlanaFlor



Financiamento



Norway's
International Climate
and Forest Initiative